



Boletim de Conjuntura do
**Programa de Educação Tutorial
de Relações Internacionais** da
Universidade de Brasília

Boletim de Conjuntura do
**Programa de Educação Tutorial
de Relações Internacionais** da
Universidade de Brasília

petrel

[v. 1 / n. 7, agosto de 2022]

Boletim de Conjuntura do
**Programa de Educação Tutorial
de Relações Internacionais** da
Universidade de Brasília

Expediente

Conselho Editorial:

Ana Luiza Flores Dias
Lucas Cavalcanti dos Santos
Natalia De Souza Grass
Vinicius Nunes Aguiar
Thiago Gehre Galvão
Yara Martinelli

Projeto Gráfico e Diagramação

Isis Lopes

Fotografia:

Erik Mclean

Revisão:

Thiago Gehre Galvão

**Programa de Educação Tutorial
- Relações Internacionais
[PET-REL]**

*Instituto de Relações
Internacionais, Universidade de
Brasília [IREL-UnB]
Universidade de Brasília, Campus
Darcy Ribeiro, Asa Norte - Brasília
[DF]*

CEP 70910-900 | petrel.unb.br

Programa de Educação Tutorial em Relações Internacionais

Criado e implantado em 1979 pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o PET – então Programa Especial de Treinamento e hoje PROGRAMA DE EDUCAÇÃO TUTORIAL – é um Programa acadêmico direcionado a alunos regularmente matriculados em cursos de graduação. Tais estudantes são selecionados pelas instituições de ensino superior de que participam e se organizam em grupos, recebendo orientação acadêmica de professores-tutores. O PET visa envolver os alunos que dele participam num processo de formação integral, propiciando-lhes compreensão abrangente e aprofundada de sua área de estudos. São objetivos deste Programa: a melhoria do ensino de graduação, a formação acadêmica ampla do estudante, a interdisciplinaridade, a atuação coletiva e o planejamento e a execução, em grupos sob tutoria, de uma gama diversificada de atividades acadêmicas. Até o ano de 1999, o Programa foi coordenado pela CAPES. A partir de 31 de dezembro de 1999, o PET teve sua gestão transferida para a Secretaria de Educação Superior, ficando sob a responsabilidade do Departamento de Projetos Especiais de Modernização e Qualificação do Ensino Superior. Desde então, vem sendo executado levando em conta as diretrizes e os interesses acadêmicos das universidades às quais se vincula, e que passaram a ser responsáveis por sua estruturação e coordenação. O PET/RÉL – Programa de Educação Tutorial em Relações Internacionais – foi criado em 1993. Inserido nos grupos PET da Universidade de Brasília, destaca-se por seu pioneirismo em levar o campo de estudos das relações internacionais para o âmbito do Programa. O PET/RÉL é constituído por estudantes, que desenvolvem atividades baseadas nas três funções básicas da Universidade: ensino, pesquisa e extensão.

O novo projeto do PET-REL, sob tutoria do professor Thiago Gehre Galvão, visa tornar-se este ecossistema de aprendizagem dedicado e sensível a estabelecer uma ponte entre a ortodoxia do pensamento internacionalista e a nova agenda emergente das últimas décadas. Parte de uma lógica de escuta ativa, na qual o tutor e os participantes estão em constante diálogo no desenvolvimento de suas ações. A inovação pretendida se relaciona ao estabelecimento de eixos prioritários para o desenvolvimento das atividades do PET-REL, complementado o foco na inserção internacional do Brasil com um diálogo mais compreensivo dos ditames de um campo de RI no século 21. Neste ponto, pretende-se desenvolver as atividades do PET-REL em eixos de prioridade: institucionalidade, educação, justiça epistêmica, interseccionalidades e criatividade. Com isto espera-se desenvolver um projeto de consolidação das habilidades didático-pedagógicas voltadas para a prática em RI, que forneça ferramentas de análise e de pesquisa voltadas às práticas de políticas públicas, ao mesmo tempo em que contribua para a promoção de uma cultura de inclusão, para a afirmação dos direitos humanos e o fortalecimento da cidadania.

O Laboratório de Análise de Relações Internacionais (LARI)

O LABORATÓRIO DE ANÁLISE DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS (LARI) é um dos principais instrumentos pedagógicos do PET/REL. O LARI estabelece-se pelo uso de um conjunto de metodologias consagradas no campo das Relações Internacionais, tais como Análise de Política Exterior, Análise Histórica de Relações Internacionais, Análise Crítica de Discurso, dentre outras. Com isso, constitui-se como esforço intelectual de captura, explicação e entendimento das dinâmicas das Relações Internacionais. O LARI oportuniza aos estudantes aprofundar e aprimorar conhecimentos essenciais para sua formação cidadã exigindo dedicação, disciplina, criatividade e pensamento crítico na construção e produção de análises internacionais. O LARI, pensado como um observatório da conjuntura internacional, permite aos estudantes produzir interpretações sobre as dinâmicas globais e que sejam cientificamente embasadas. O cerne das atividades do LARI compõe-se organicamente ao longo de todas as atividades desenvolvidas pelo PET-REL, com momentos especiais de encontros para discussão sobre temas pré-definidos, com base em um termo de referência construído coletivamente pelo grupo. O termo de referência (briefing) visa guiar os participantes e estimular o debate em torno de elementos de análise relevantes, possibilitando identificar variáveis e questões para serem consideradas nas análises. Vale pontuar que o LARI está aberto à participação de estudantes de outros cursos e instituições, no sentido de enriquecer a experiência e tornar o Laboratório ponte na construção de articulações interinstitucionais. Após o debate coletivo com base no termo de referência, os participantes partem para a etapa de produção de suas análises de conjuntura, teórica e metodologicamente embasadas. O conjunto dessas análises, corrigidas por pares, e avaliadas pelo tutor, compõem a Revista Petrel - Boletim de Conjuntura do Programa de Educação Tutorial de Relações Internacionais da Universidade de Brasília. Por fim, podemos afirmar que o PET-REL e o LARI consolidam-se como espaço de comunhão das atividades de ensino, pesquisa e extensão, conectando o trabalho do grupo com o de nossa comunidade acadêmica.

Sumário

- 10** **Apresentação**
- 14** **A pandemia de Covid-19 e oportunidades de reflexões no campo das Relações Internacionais em tempos de emergências sanitárias globais**
Leandro Luiz Viegas
- 19** **The Covid-19 response on tight and loose societies**
Jales Caur
- 26** **Covid-19 restrictions vs individual freedom: is it a true dilemma?**
Nicolás D. Nogueira
- 34** **Direito à Vida: um valor liberal durante a pandemia da Covid-19?**
Luigi Fialho
- 41** **Sinofobia: O efeito perverso da politização na comunicação durante a pandemia de Covid-19**
Lucas Cavalcanti dos Santos
- 50** **O Combate a Covid-19 sob O Embargo Econômico: Desafios e Exemplos Cubanos**
Vinícius Nunes Aguiar
- 57** **Taxação de riqueza: alternativas para um mundo pós-pandêmico?**
Ana Luiza Flores

- 66** **O multilateralismo no combate à Covid-19: perspectivas para o fim da pandemia**
Ana Beatriz Zanuni
- 72** **Os efeitos da Covid-19 em competições esportivas: o impacto da pandemia nas Olimpíadas de Verão de Tóquio 2020 e seus bastidores**
Camila Gomes
- 80** **Pandemia e desigualdades**
Mariana Nascimento
- 86** **Refuge, Covid-19 and Global Health: the struggle of those who were already vulnerable**
Bruna Maciel
- 93** **Humanitarian workers as Trojan Horses: Gender-Based Violence in times of crisis**
Ana Luísa Vitali
- 98** **O amor ao próximo durante a pandemia: uma reflexão pertinente às Relações Internacionais**
Lenio Carneiro Jr.
- 104** **Pandemia no Brasil: patentes, vacinas e o direito à vida**
Yara Martinelli e Natália Gráss

Apresentação

Pesquisa Científica em Grandes Temas: Covid-19

Thiago Gehre Galvão

Com a eclosão da Pandemia da Covid-19, a universidade viu sua vida totalmente afetada. Em um ambiente de incerteza quanto às decisões administrativas, desgoverno nas medidas de enfrentamento à crise de saúde instalada, a UnB reagiu em diferentes frentes. No âmbito do ensino, decidiu pelo incentivo para que as unidades acadêmicas passassem a ofertar uma disciplina sob a denominação de Pesquisa Científica em Grandes Temas: Covid-19. Seria a oportunidade de ofertar no curso de graduação do IREL disciplina específica que pudesse refletir sobre o drama que nos assolava, de uma maneira crítica e organizada.

A disciplina no IREL foi, portanto, elaborada como um laboratório para estimular a pesquisa multidisciplinar sobre o tema da pandemia da Covid-19, partindo-se das Relações Internacionais, mas dialogando com as diferentes ciências. A disciplina procurava ampliar o conhecimentos sobre as múltiplas dimensões dos impactos de pandemias ao longo da história, para a compreensão do atual contexto da Covid-19. Ademais, buscava incorporar novas abordagens temáticas, analíticas e teóricas para repensar a ordem global, o multilateralismo, cooperação e conflito, e o Brasil no contexto da saúde global.

1 Um interessante ponto de partida é compreender se a pandemia transformaria as características centrais do sistema internacional ou aceleraria tendências que estavam em andamento anteriormente. Recomendamos a conferência de Stephen Walt “The World Order after the Pandemic”. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=Ht5Gvxz6rGY>

Pedagogicamente, a disciplina exigiria de cada estudante desenvolver um projeto ao longo do semestre letivo em torno de 5 (cinco) grandes eixos temáticos: raça, gênero, sexualidade, povos indígenas e comunidades tradicionais; política externa, diplomacia em saúde e saúde global; desenvolvimento, (pós) capitalismo e limites planetários; multilateralismo, ordem global e crises internacionais; e educação global, democracia e inclusão social.

A disciplina extrapolou seu próprio caráter disciplinar ao avançar em reflexões que ainda estavam em maturação, mas que oportunizaram conectar os diálogos de sala de aula com o papel social da universidade (Ribeiro, 1986) e um entendimento sobre a constituição e funcionamento do sistema mundial.¹ Um dos eixos mais relevantes de debate para as Relações Internacionais diria respeito à reconstrução da ordem internacional à luz de um plano de resposta à Covid-19 em diferentes direções, mas como oportunidade para se pensar em um mundo mais sustentável (CEPAL, 2020).

A pandemia suscitou reflexões sobre a preparação das sociedades em agir pelo desenvolvimento humano em contextos extremos de vulnerabilidade (Kovacevic & Jahic, 2020). Neste caso, o conjunto de implicações da pandemia nas economias nacionais se espalhou para todo o tecido social, aprofundando as desigualdades e exigindo ações emergenciais de enfrentamento da fome (FAO 2020), da pobreza e de promoção de condições dignas de habitação (ONU-Habitat, 2020). Também o aumento do número de crianças desassistidas e dos casos de violência baseada em gênero, desvelou padrões pré-existentes relacionados à iniquidade de gênero em diferentes facetas da política internacional (UN Women, 2020). De fato, a pandemia aprofundou o silenciamento daqueles mais necessitados em se fazer ouvir, como reforçou o padrão de invisibilização de populações vulnerabilizadas em diferentes partes do mundo. (WFW, 2020).

A pandemia afetaria as dinâmicas geopolíticas globais, asseverando a desigual distribuição do poder mundial e alargando o conjunto de riscos para a estabilidade do sistema internacional (WEF, 2020). Quando a pandemia é enquadrada pela ótica do capitalismo e, logo, pela desigualdade de classes intrínseca ao modelo de desenvolvimento (Harvey, 2020), entendemos a profundidade de suas implicações para países do Sul Global. O Brasil seria particularmente afetado não apenas pela pandemia em si, mas pelo uso político, que culminaram em uma sequência de equívocos sucessivos da gestão da crise pelo governo federal (Augusto; Santos; Dutra, 2020; Cernov & Pietricovsky, 2020).

2 Outro ponto de partida para reflexões de interesse ver: “O mundo após pandemia: cenários”, com José Luís Fiori <https://www.youtube.com/watch?v=mc3vTPoHu-DU&list=PLWaWNw7W1S-npIM0gbCEsYH5LAJRuMk-lhn&index=44&t=4789s>

Por um lado, a pandemia da Covid 19 revelou falhas no funcionamento e na estruturação do multilateralismo, oriundas, no caso da Organização Mundial da Saúde (OMS), de disputas de poder num contexto de exacerbação crescente do capitalismo, em especial após o fim da Guerra Fria, com a consequente redução do papel do Estado na definição de políticas globais de saúde (Almeida & Campos 2020). Logo, deixou cicatrizes na ordem mundial, transcendendo o campo da saúde global para compor um quadro de incertezas quanto ao futuro da humanidade².

Este boletim do PET-REL apresenta um conjunto de textos que vão desafiar a noção da imutabilidade das RI e o quanto aprendemos com esta marcante experiência.

Boa Leitura!

Referências

ALMEIDA, Celia; PIRES DE CAMPOS, Rodrigo (2020). Multilateralismo, ordem mundial e Covid-19: questões atuais e desafios futuros para a OMS. *Saúde debate*. Rio de Janeiro, v. 44, n. Especial 4, p. 13-39, Dezembro 2020. Disponível em: <https://revista.saudeemdebate.org.br/sed/article/view/4511>

AUGUSTO, Cristiane Brandão; SANTOS, Rogério Dutra (Orgs) (2020). *Pandemias e pandemônio no Brasil*. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2020.

CEPAL (2020). *Covid-19: Towards an inclusive, resilient and green recovery – building back better through regional cooperation*. CEPAL, may, 2020. Disponível em: <https://www.cepal.org/en/publications/45551-Covid-19-towards-inclusive-resilient-and-green-recovery-building-back-better>

CERNOV, Ana; PIETRICOVSKY, Iara (2020). *Brazil at the crossroads: the SDGs, the crises and the impact of Covid-19*. Socia Watch, 2020. Disponível em: <https://www.socialwatch.org/node/18506>.

DREZNER Daniel W. (2020). The Song Remains the Same: International Relations After Covid-19. *International Organization*, Volume 74 , Issue S1, December 2020 , pp. E18 - E35. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0020818320000351>

FAO (2020). Agri-food markets and trade policy in the time of Covid-19. Disponível em: <https://www.fao.org/policy-support/tools-and-publications/resources-details/ar/c/1269722/>

HARVEY, David, et al (2020). *Coronavírus e a luta de classes*. Terra sem Amos: Brasil, 2020.

KOVACEVIC, Milorad. JAHIC, Admir (2020). *Covid-19 and human development: exploring global preparedness and vulnerabilities*. UNDP, May 2020.

KRENAK, Ailton. *O amanhã não está à venda*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

ONU-HABITAT (2020). *Plano de resposta à Covid-19 do ONU-Habitat*. Disponível em: https://unhabitat.org/sites/default/files/2020/07/1-covid-appeal2_-_porto-2.pdf

RIBEIRO, Darcy (1986). *Universidade para que?* Brasília: Editora UnB, 1986.

SANTOS, Boaventura de Sousa (2020). *A cruel pedagogia do vírus*. Coimbra: Edições Almedina, 2020.

UN (2020). *Shared Responsibility, Global Solidarity*: Responding to the socio-economic impacts of Covid-19. Disponível em: <https://unsdg.un.org/sites/default/files/2020-03/SG-Report-Socio-Economic-Impact-of-Covid19.pdf>

UN Women (2020). *The Shadow Pandemic*: Violence Against Women and Girls and Covid-19, New York. Disponível em: <https://www.unwomen.org/en/digital-library/multimedia/2020/4/infographic-covid19-violence-against-women-and-girls>

WEF (2020). *Covid-19 Risks Outlook*: Preliminary Mapping and Its Implications. World Economic Forum, 2020. Disponível em: <https://www.weforum.org/reports/Covid-19-risks-outlook-a-preliminary-mapping-and-its-implications/>

WFW (2020). *Unheard, Unseen*: A Covid-19 briefing. Ensuring the inclusion of marginalised women in fragile and conflict-affected states in Covid-19 prevention, response and recovery. Women for Women International, 2020. Disponível em: <https://reliefweb.int/report/world/unheard-unseen-Covid-19-briefing>

A pandemia de Covid-19 e oportunidades de reflexões no campo das Relações Internacionais em tempos de emergências sanitárias globais

por **Leandro Luiz Viegas**

A irrupção da pandemia de Covid-19 tem sido uma prova de fogo para o sistema internacional, não apenas no que diz respeito à resposta das autoridades de saúde ao avanço do vírus, mas também em termos políticos, econômicos e sociais nunca antes experimentados pelas sociedades em todo o mundo. Até o início de julho de 2022, foram registrados mais de 559 milhões de casos e mais de 6,3 milhões de vidas foram perdidas (OMS, 2022). Para além dos dados sanitários, estima-se que o impacto da Covid-19 sobre a economia global alcance a cifra dos US\$ 8.5 trilhões nos próximos dois anos, o que levará a desequilíbrios nas cadeias de suprimentos e suprimirá milhões de vagas de trabalho, ampliando o número de pessoas abaixo da linha de extrema pobreza (ONU, 2022). A pandemia, que já atingiu desproporcionalmente os indivíduos em situação de maior vulnerabilidade, aprofundará ainda mais a iniquidade dentro dos países e entre eles.

Em se tratando de um surto de proporções globais, a pandemia de Covid-19 é classificada, tecnicamente, como uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII), figura jurídica criada quando da aprovação do Regulamento Sanitário Internacional – RSI (2005), marco regulatório global sediado na Organização Mundial da Saúde (OMS). Aprovado pelos Estados membros da OMS como o instrumento internacional de referência para a preparação e resposta a surtos nacionais (OMS, 2005), regionais e globais de doenças infecciosas, esperava-se que o RSI (2005) seria o guia natural na ocorrência de eventos de interesse para a saúde pública, como é o caso da Covid-19, e que a OMS serviria de palco para a coordenação global para uma ação concertada voltada à contenção e ao controle da doença.

Ao contrário do esperado, o que se observou no desenrolar dos primeiros meses da pandemia de Covid-19, e tem-se agravado desde então, foi não apenas um movimento de descrédito na capacidade e na atuação da OMS no que diz respeito à contenção da doença, mas também recrudescimento de comportamentos de cunho nacionalista, justificados, em alguma medida, na proteção de determinadas populações senão de economias

nacionais. De forma mais grave, a crise gerada pela Covid-19 serviu de pretexto para derivas autoritárias de governos com lideranças populistas ou ofereceu risco de erração de democracias consolidadas (ALVIAR et al., 2020; VENTURA&DUARTE, 2021).

Embora o Comitê de Emergências da OMS não tenha recomendado qualquer medida de interferência sobre as circulação de pessoas e mercadorias em função da pandemia de Covid-19 (OMS, 2020), diversos Governos implementaram bloqueios de portos e aeroportos que impediram não apenas a entrada de cidadãos estrangeiros em seus territórios mas também inviabilizaram o retorno de nacionais aos seus países de origem. Os bloqueios à movimentação internacional de mercadorias levaram ao desabastecimento de produtos essenciais e de ponta em grande parte do mundo, particularmente nos momentos iniciais da pandemia, quando até itens de uso médico de urgência, como máscaras e respiradores, ficaram retidos.

Apesar disso, desde o início da circulação do vírus, a comunidade científica internacional se engajou num intenso movimento de colaboração que viabilizou a divulgação dos códigos genéticos do novo coronavírus, já nos primeiros dias após a notificação do Governo chinês à OMS sobre o surto da Covid-19. Com base nessas e em tantas outras informações que se avolumaram desde o início da emergência sanitária, laboratórios de todo o mundo mergulharam no desenvolvimento de protótipos de vacinas e terapias, o que permitiu a oferta de imunizantes para uso emergencial apenas seis meses após o início das iniciativas (PFIZER, 2020). Embora o lançamento de diversas iniciativas semelhantes tenha viabilizado o início de campanhas de vacinação, estas se concentraram em países desenvolvidos, como nos EUA e em diversas nações do bloco europeu, que fecharam acordos de compras prioritárias com laboratórios farmacêuticos e concentraram a grande maioria das doses disponíveis para as suas populações. No que se denominou “apartheid vacinal”, os países de menor desenvolvimento e, conseqüentemente, menor capacidade de compra desse insumo, passaram a depender de iniciativas de colaboração multilateral e multistakeholder, como a COVAX, para prover algum acesso a essas tecnologias às suas populações (FIOCRUZ, 2021). Ainda hoje, há mais de dois anos desde o início da pandemia, há países em que indivíduos ainda não receberam nenhuma das doses de todas as vacinas disponíveis (NYTIMES, 2022).

As iniquidades no acesso a vacinas e a percepção de que os mecanismos vigentes de concertação internacional frente a emergências sanitárias globais mostravam sinais de insuficiência, incluindo a capacidade de liderança da OMS de monitorar surtos de doenças em seus países membros, levaram à produção de três relatórios abrangentes sobre a necessidade de reformas no sistema corrente de preparação e resposta a pandemias (The Independent Panel, 2021, OMS, 2021a; GPMB, 2021). Dentre as propostas que encontram eco na comunidade internacional, destaca-se o lançamento de negociações para uma convenção, um tratado ou outro instrumento internacional sobre preparação e resposta a pandemias (OMS, 2021b).

Os artigos que compõem esta edição especial do PET-Rel sobre a Covid-19 abordam diversos dos elementos apontados mais acima, na medida em que se propõem a compreender o panorama corrente do multilateralismo e da cooperação internacional face à emergência do coronavírus e aos movimentos de cunho nacionalista que prevaleceram no acesso a vacinas (Ana Beatriz Zammi), assim como alternativas de financiamento à preparação e resposta a pandemias, como proposto por Ana Luiza Flores ao analisar a taxação de riquezas num mundo pós-pandemia. A preocupação com populações vulneráveis, seja na perspectiva do acesso a vacinas e outras tecnologias sanitárias pela flexibilização de direitos de propriedade intelectual (Yara Martinelli e Natália Gráss) ou pela superação de desigualdades (Mariana Nascimento) como também pela perspectiva do cuidado às populações de refugiados (Bruna Maciel) e do direito à vida (Luigi Maciel), são temas que têm figurado na ordem do dia na medida em que já se podem vislumbrar o impacto da pandemia em diferentes estratos da sociedade e os desafios decorrentes desta e de futuras emergências. Os debates sugeridos por Nicolás Nogueira, sobre o balanço entre restrições e liberdades individuais, como também por Lucas Cavalcanti dos Santos, no tocante à sinofobia, apontam para discussões as limitações do atual aparato global de vigilância de doenças infecciosas que merecem uma reflexão mais aprofundada. De forma semelhante, as questões levantadas por Jales Caur e por Vinícius Aguiar no tocante às respostas a Covid-19 em diferentes tipos de sociedades contemporâneas evidenciam que a assimilação das emergências sanitárias em diferentes contextos merece atenção renovada para que o estabelecido nos marcos internacionais sejam capaz de se adaptar de forma particularizada.

De forma geral, a riqueza dos textos deste número especial do PET-Rel nos remete à necessidade de aprofundamento de análises da resposta internacional a emergências sanitária sob a perspectiva de uma visão renovada e das relações internacionais, que considere aspectos fundamentais associados à saúde pública, tarefa que tem sido atribuído desde há alguns anos, ao campo da da saúde global. A partir de uma perspectiva crítica das relações entre países, organizações internacionais, atores não governamentais e outros stakeholders, voltada à superação das desigualdades, das vulnerabilidades e das negligências, é possível abordar de forma contundente as dinâmicas que conferem visibilidade a determinados problemas de saúde e acabam por invisibilizar outros tantos (VIEGAS et al., 2022). Refletir sobre as relações internacionais em tempos pandêmicos com um olhar sobre a condição dos indivíduos, aqueles que realmente vivenciam as consequências das emergências de saúde pública, é conferir o devido tratamento aos protagonistas dessas crises.

Referências

Alviar H, Azoulai L, Bismuth R, Forray V, Muir Watt H, Perelman J, et al. Ce que la Covid-19 révèle du rapport entre le monde et le droit. In: Lazar M, editor. Le monde d'aujourd'hui: les sciences sociales au temps de la Covid. Paris: Presses de Sciences Po; 2020. p. 169-89.

Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ). Covid-19: o mundo em um 'apartheid de vacinas'. Artigo de opinião. Agosto de 2021. Disponível em: <<https://cee.fiocruz.br/?q=Covid-19-o-mundo-em-um-apartheid-de-vacinas>>. (Acesso em: 19/07/2022).

Global Preparedness Monitoring Board (GPMB). Global Preparedness Monitoring Board. A world in disorder. Setembro de 2020. Disponível em: <<https://www.gpmb.org/annual-reports/annual-report-2020>>. (Acesso em: 19/07/2022).

The Independent Panel for Pandemics Preparedness & Response. Covid-19: Make it the last pandemic. Maio de 2021. Disponível em: <https://theindependentpanel.org/wp-content/uploads/2021/05/Covid-19-Make-it-the-Last-Pandemic_final.pdf>. (Acesso em: 19/07/2022).

The New York Times (NYTIMES). Tracking Coronavirus Vaccinations Around the World. Reportagem. Julho de 2022. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/interactive/2021/world/covid-vaccinations-tracker.html>>. (Acesso em: 19/07/2022).

Organização Mundial da Saúde (OMS). International Health Regulations. Página da internet. Disponível em: <https://www.who.int/health-topics/international-health-regulations#tab=tab_1>. Agosto de 2005. (Acesso em: 19/07/2022).

Organização Mundial da Saúde (OMS). Statement of the second meeting of the International Health Regulations (2005) Emergency Committee regarding the outbreak of novel coronavirus (2019-nCoV). Declaração. Disponível em: <[https://www.who.int/news/item/30-01-2020-statement-on-the-second-meeting-of-the-international-health-regulations-\(2005\)-emergency-committee-regarding-the-outbreak-of-novel-coronavirus-\(2019-ncov\)](https://www.who.int/news/item/30-01-2020-statement-on-the-second-meeting-of-the-international-health-regulations-(2005)-emergency-committee-regarding-the-outbreak-of-novel-coronavirus-(2019-ncov))>. Janeiro de 2020. (Acesso em 19/07/2022).

Organização Mundial da Saúde (OMSa). WHO's work in health emergencies. Strengthening preparedness for health emergencies: implementation of the International Health Regulations (2005). Maio de 2021. Disponível em: <https://apps.who.int/gb/ebwha/pdf_files/WHA74/A74_9Add1-en.pdf>. (Acesso em: 19/07/2022).

Organização Mundial da Saúde (OMSb). World Health Assembly agrees to launch process to develop historic global accord on pandemic preventions, preparedness and response. Dezembro de 2021. Disponível em: <<https://www.who.int/news/item/01-12-2021-world-health-assembly-agrees-to-launch-process-to-develop-historic-global-accord-on-pandemic-prevention-preparedness-and-response>>. (Acesso em : 19/07/2022).

Organização Mundial da Saúde - OMS (2022). WHO Coronavirus (Covid-19) Dashboard. Página da internet. Disponível em <<https://covid19.who.int>>. Julho de 2022. (Acesso em: 19/07/2022).

Organização das Nações Unidas (ONU). Covid-19 to slash global economic output by \$8.5 trillion over next two years. Artigo. Disponível em: <<https://www.un.org/en/desa/Covid-19-slash-global-economic-output-85-trillion-over-next-two-years>>. Julho de 2022. (Acesso em : 19/07/2022).

PFIZER. Pfizer and BioNTech to Submit Emergency Use Authorization Request Today to the U.S. FDA for Covid-19 Vaccine. Press release. Novembro de 2020. Disponível em: < <https://www.pfizer.com/news/press-release/press-release-detail/pfizer-and-biontech-submit-emergency-use-authorization>>. (Acesso em: 19/07/2022).

Ventura DF, Duarte FR. Atividades consideradas essenciais no Brasil durante a pandemia, Boletim Direitos na Pandemia 2021; (10):32-44

Viegas, Leandro; Ventura, Deisy FL; Ventura, Miriam. A proposta de convenção internacional sobre a resposta às pandemias: em defesa de um tratado de direitos humanos para o campo da saúde global. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro. Janeiro de 2022. Disponível em: <<http://cadernos.ensp.fiocruz.br/csp/artigo/1622/a-proposta-de-convencao-internacional-sobre-a-resposta-as-pandemias-em-defesa-de-um-tratado-de-direitos-humanos-para-o-campo-da-saude-global>>. (Acesso em : 19/07/2022).

The Covid-19 response on tight and loose societies

por **Jales Caur**

We reject wholesale references to the “spontaneity” of the movement, references which in most cases explain nothing and teach nobody.

LEON TOLSTOY

In the July/August 2021 issue of the famous magazine “Foreign Affairs”, Michele Gelfand, Ph.D., professor of Organisational Behaviour at the University of Stanford, wrote about the different reactions of societies around the world to the Covid-19 pandemic. The base of her main argument, based on her book “Rule Makers, Rule Breakers” (2018), is that societies exposed to certain degrees of threat can better behave in tough times than societies more used to peaceful times. It is commonly observed more of this type of behaviour in Asian countries than in Western ones — due to a wide range of causes, from social structures to the weakness of neoliberalism in the region, leading to the absence of an “individual liberty” discourse (NAVARRO, 2021). But how is it the limit of good behaviour in the long term? And the costs?

This analysis will raise some important points to understand how a 2-years-old pandemic cannot be an experience of knowledge to all societies. The different processes of their formations are the key variables to understand how a particular group of people living under the same territory, time, and exposed to the same historical process are capable of acting collectively for the greater good. It will be considered such variables as the concept of freedom and its speech backed by the constructivism idea of values, and the historical process of the main Western and non-Western countries.

Threats: tight and loose societies

In general, considering all the historical events of the 20th century, we can visualise Western societies with short or even no memory of certain types of tragedy. In the first part of the century, Europe was destroyed by two wars. On the second, the United States lived with the fear of a

nuclear attack from the former Soviet Union. The experience of war, so far before, now was part of the society, for example, the case of the Vietnamese war, televised to the whole country to see their soldiers dying (HOBSBAWN, 1992).

However, episodes such as the terrorist attacks on 9/11, and the Holocaust and Nazism are quite feared by people as well as it is remembered as threatening — which it is. How to is it to measure the importance of a nuclear war and two aeroplanes bringing down a building? There is no qualified answer due to the number of different perspectives of tragedy the analysis would require. But these specific events caused certain traumas in which the trigger is extremely specific and the livingness among the people is the same.

On the other hand, Asian societies, experiencing other types of historical events, created a people in whose bond is generational and political institutions rely on their authority on these bonds. If we look at China, we see a phoenix country: from the ashes of a past of shame provoked by the British invasions, to the feeling of pride. Japan is another splendid example as the only country in which a nuclear weapon was exploded, after experiencing the horror of a nuclear bomb used in a belligerent way. Most of Southeast Asia has not only the colonial past, but also secular and authoritarian kingdoms since the end of their colonialism processes.

These regions also deal with other consequences of these processes, such as poverty and hunger — even more catalyzed now because of the climate changes and the fact that it is affecting Asia more than any other region in the world (WOETZEL et al., 2020). So, staying united since the past was the way these people found to guarantee their survival not only as an individual, but as a nation of costumes, languages, religions, and traditions. From this, Gelfand (2021) distinguishes these societies as “tight” (e.g., China, Japan, South Korea) and “loose” (e.g., United States, most western European countries, New Zealand).

³ In theory. It is important to consider that the debate is highly generalised.

These terms are fundamental to a better understanding of the necessity to comprehend historical processes. Tight societies are qualified as that because of their difficulties with disasters in general — from government, to wars, and even harsh weather conditions³. Loose societies are those in which the difficulties neither do not exist nor their people remind them a lot — exactly as a consequence of their absence. Other facts that can contribute with this classification is how these countries deal with certain expressions on their political life. As an explicit example, there is this whole narrative on freedom of the population, and its applicability in the United States — after Donald Trump, in which such questions dialogues with this justification (PAZ, 2020).

Freedom & Collectivist

As mentioned, the concept of freedom is something important to the West. The United States already exported this idea directly and indirectly without a concept of greater good. In countries which slavery was a basal part of their development, or it was subverted to another country, the concept of freedom was highlighted as essential from past experiences. In the mentioned case, there was this whole subversion to England in the past, having freedom as one of the most important values to nourish in a society. Due to the high impacts on decisions and actions, the individual — as long as this individual was a man, white, and owner of properties — was supposed to be free to do whatever he wanted if it did not hurt the freedom of others.

The concept of Western freedom is already problematic in its rise. Highly influenced by the French Revolution and the United States' Independence, it gained strength and was named as the first-generation rights, assuring the individual described above the right to freedom and other individual rights (COUNCIL OF EUROPE, 2020). It happened on account of the fact these rights were jeopardised to some extent by a greater power (kingdoms, monarchy, the Church, among others). But, again, it is noticeable the call for the liberty of individuals, not of the group as in non-Western countries.

As the political institutions of non-Western countries were forged not only by other philosophies of existence and coexistence, the intervention and colonisation had their roles in shaping how these societies acted. In the first example, we have two groups battling the exert of power over their liberty, but on the same territory, sharing the same language, costumes, habits, sometimes even religion. Now, the second example exposes not only differences among them, but interferences of two completely different perspectives and understanding of life and existence.

As history says, non-Western countries battled among them in the same proportions as Westerns. Japan, for example, has a hideous past of colonialism and invasion of other Asian nations. But the Western contact left scars more visible as a society due to these differences. Southern Asia has more traces in common with its previous Western colonisers than with Japan (SATOSHI, 2018). The approach was also different, as in the China situation with the United Kingdom and Opium in the second part of the 19th century.

China, as written by Henry Kissinger (2012), did not want to be expansionist as the rest of the world. They believed they were chosen, and they were the closest human beings to their idea of salvation, exerting, hence, this feeling of superiority. It was the opposite of the English men that arrived in the region — wanting to trade, leading them to addict an entire nation on opium. The war and the unequal treaties led China to a collective shame and misery, creating, then, this collective sentiment

nourished by the socialism practised as a response to the injustice. It is important to notice that this feeling of shame survived until nowadays, when it was used as a fuel to change and to recreate the feeling of pride among the Chinese (SHAMBAUGH, 2013).

The same has happened to other nations in Asia, such as Japan and the nuclear bombs on World War II, and South Korea, not only with the Japanese invasion the hurt they provoke on the society by humiliating the people and sexually harassing women, but also with the constant tension with North Korea. In South Korea's case, the collective sentiment is stronger because of the imminent menace they live in since the Korean War has never ended on legal terms. These cases are provoked culturally by external threats, but there are cases of collectiveness forged by openly dictatorial governments, as in the case of Thailand, Vietnam, Philippines, and Indonesia — with different notes in the reason of their methodology analyse not only the freedom of speech or being able to vote, as classified by the Freedom House (2022a, 2022b, 2022c, 2022d).

In summary, there are lower grades of collective in Western societies due to the high value the individual has in these societies. Therefore, tight societies, as written by Gelfand (2018) can better face the threat because of their occurrence and the fact that they were built to face them. Otherwise, loose societies do not have the same experience attributed by their past of fewer diversities than the other — highlighting the fact that these countries usually are the adversities of those that now have a tighter society. Is it safe to state that tight societies responded better to the pandemic after two years than loose societies?

Threat reflex on Covid-19

The last disease with a pandemic status was H1N1 in 2009, but it was not as dangerous as Covid-19 as the advanced studies on flu viruses. When the pandemic was declared, the world faced a shut down, turning all the processes remote to avoid escalating, even more, the number of deaths caused by the first contact with this class of coronavirus, also pre-existing conditions, and even the lack of knowledge on treatment and shortage of medical supplies. International cooperation? It was not accomplished as expected. The seek for medical equipment, such as face masks and ventilators, provoked episodes of deviations in developed countries — such as the episode of Brazil and the United States back in 2020 (CAUR, 2020).

The societies were sorely evaluated as the sanitary protocol indicated the obligation of face masks, social isolation, and later the mass vaccination to stop the spread of the virus. There were societies in which such policies were strictly followed with the support of the government. It happened due to the impact of the pandemic on the national and international economy. And, of course, well-known tight societies had a better experience dealing with the pandemic. As an

example, South Korea exerted an excellent tight society with dwindling numbers of cases and deaths in the first year of the pandemic and a robust system of locating and quarantining people with the virus. This was also a result of previous experiences with SARS and MERS, other coronavirus diseases that left a legacy protocol of operation in these cases (ROSSI et al. 2022). Another example is China, the epicentre of SARS in the early 2000s.

Thailand is another example of its high dependence on tourism. The government was capable of holding as well as they could for an unstable country so the cases and deaths in Thailand were not as high as experienced in Italy, for example. Vietnam is another successful case of dealing with the virus as a tight society — as another example of an authoritarian government (WILLOUGHBY, 2021). However, to affirm that tight societies will deal better with the context of the Covid-19 pandemic is not completely true. Against the odds, Japan's reaction to the pandemic was not as expected, leading them to a higher number of cases due to the population's non-compliance to the protocols.

But the other way also has happened. Even when compared with the situation in Europe and the United States, New Zealand and Australia had one of the best results against the pandemic. On the other hand, Brazil, considered internationally as a well-behaved country on health matters, had one of the worst answers to the pandemic (GELFAND, 2021). The different results on Western and pro-West societies raises the debate about the health of each democracy if considered the strength of some narratives about the virus in the West. From the suspicion of a biological weapon from China to the conspiracy against the “big pharma,” this narrative gained body and voice in the West by populist leaders, jeopardising the fight of entire societies against the disease, leading to higher numbers of deaths (HUGHES et al., 2022).

4 Which is important to differ from fake news. Fake news, as self-explained, are false information, sometimes spread with no intentions of harm. Misinformation is the active spread of false information to generate profits or undermine someone.

And this response is a good indicator of how human irrationality can gain power over processes in challenging times. As stated by the constructivism theory, the world is built by ideas and values, in which we had the opportunity to visualise the historical process presented here (WENDT, 1999). However, there is no guarantee that the same response will happen at every difficult or threatening exposition. The age of the Internet has demonstrated it in the last decade with the rising of fake news, misinformation⁴, and radical political groups.

In the end, the scope of analysis proposed by Michele Gelfand (2018) provides instruments to explain why country a does better than country b. However, it is important to value the volatility of societies and ideas, which can lead to other paths and approaches towards difficulties — not only the pandemic, as analysed in this text, but also conflicts and other threats. The reflection of institutions on the people and vice-versa is also a great indicator of response, as in the case of New Zealand.

Referências

CAUR, J. Velhas práticas no mundo contemporâneo: como a pandemia arrisca mudar as relações internacionais. **Revista Petrel**, v. 2, n. 3, 2020. Available in: <http://petrel.unb.br/destaques/83-petrel-boletim-de-conjuntura-v-2-n-3-mai-2020>. Accessed on: 25 Mar. 2022.

COUNCIL OF EUROPE. **Manual for Human Rights Education with Young People**. 2nd ed. Hungary: Compass, 2020.

FREEDOM HOUSE. **Indonesia**. 2022a. Accessed in 25 mar. 2022. Available in: <https://freedomhouse.org/country/indonesia/freedom-world/2022>.

FREEDOM HOUSE. **Philippines**. 2022b. Accessed in 25 mar. 2022. Available in: <https://freedomhouse.org/country/vietnam/freedom-world/2022>.

FREEDOM HOUSE. **Thailand**. 2022c. Accessed in 25 mar. 2022. Available in: <https://freedomhouse.org/country/thailand/freedom-world/2022>.

FREEDOM HOUSE. **Vietnam**. 2022d. Accessed in 25 mar. 2022. Available in: <https://freedomhouse.org/country/vietnam/freedom-world/2022>.

GELFAND, M. **Rule Makers, Rule Breakers: How Tight and Loose Cultures Wire Our World**. Scribner, 2018.

GELFAND, M. The Threat Reflex: Why Some Societies Respond to Danger Better Than Others. **Foreign Affairs**, July/August 2021. Accessed in: 24 mar. 2022. Available in: <https://www.foreignaffairs.com/articles/world/2021-06-22/threat-reflex>.

HOBBSAWN, E. **Age of Extremes: The Short Twentieth Century (1914-1991)**. Michael Joseph, 1992.

HUGHES, J. et al. The impact of risk perceptions and belief in conspiracy theories on Covid-19 pandemic-related behaviours. **PLoS ONE**, vol. 17, n. 2, 2022. DOI: 10.1371/journal.pone.0263716

KISSINGER, H. **On China**. Penguin Books, 2012.

NAVARRO, V. Why Asian Countries are Controlling the Pandemic Better Than the United States and Western Europe. **International Journal of Health Services**, vol. 51, n. 2, 2021. DOI: 10.1177/0020731421999930

PAZ, C. All the President's Lies About the Coronavirus. **The Atlantic**, 2 nov. 2020. Accessed in: 25 mar. 2022. Available in: <https://www.theatlantic.com/politics/archive/2020/11/trumps-lies-about-coronavirus/608647/>.

ROSSI, T. et al. The Response by South Korea to the Covid-19 pandemic: lessons learned and recommendations for policymakers. **Cadernos de Saúde Pública**, vol. 38, n. 1, 2022. DOI: 10.1590/0102-311X00118621.

SATOSHI, N. **Japan's Colonial Moment in Southeast Asia 1942-1945: the occupiers' experience**. New York: Routledge, 2018.

SHAMBAUGH, D. **China Goes Global: The Partial Power**. Oxford: Oxford University Press, 2013.

WENDT, A. **Social Theory of International Politics**. New York: Cambridge University Press, 1999.

WILLOUGHBY, E. An ideal public health model? Vietnam's state-led, preventative, low-cost response to Covid-19. **Brookings**, 29 jun. 2021. Accessed in: 25 mar. 2022. Available in: <https://www.brookings.edu/blog/order-from-chaos/2021/06/29/an-ideal-public-health-model-vietnams-state-led-preventative-low-cost-response-to-Covid-19/>.

WOETZEL, J. et al. **Climate risk and response in Asia: Future of Asia**. McKinsey Global Institute, 2020.

Covid-19 restrictions vs individual freedom: is it a true dilemma?

por **Nicolas D. Nogueira**

While the West has debated to a great extent how far they should go on restricting social and economic activities, that issue does not seem to create a fuss in non-western countries, especially in Asia. With a historical process developed outside the scope of classical liberalism, the greater focus on social cohesion and collective effort justify the relatively homogeneous debate in the region. In Japan, as a matter of case, wearing a mask has been a habit long before the pandemic, as a practice in respect of the health of people around, therefore, a sanitary ethic that induced a better social cooperation during the current emergency of Covid-19 (RYALL, 2020).

Some comparison between main Asian countries and main western ones shows that the Asian method has offered so far a better solution to contain the virus. Deaths per million prove that affirmation to be true: Japan presents 209 deaths per million, for South Korea the number is 213 deaths/million, and India 377 deaths per million. China numbers are disputable due to lack of transparency (DING, 2020); nonetheless, no concrete suspects of mass deaths are brought up, despite a 1,4 billion population.

Figures are significantly worse for Western powers. They go from 1517 deaths/million in Germany up to 2431 deaths/million in the United Kingdom and 2930 deaths/million located in the United States (STATISTA, 2022). It is important to observe my choice of Asian countries. African nations could be analyzed in their low number of cases and deaths, but scarce tests and reports explain much of that situation. Latin America case is more ambiguous. In spite of outliers such as Brazil and Peru, the general number is better than West. Also, considerable Western influence on Latin nations makes it more complex to view more “adequate” non-western scenarios as in far-east Asia as mentioned above.

By effectiveness only, it would seem beneficial to the West to emulate massive social control, harder circulation restrictions — even if those measures were not to go as far as China’s. However, those policies would not be enough, for the main reason of the Asian method’s success lies in a profound compliance by their population, which

carries a legacy that opposes the individualistic liberal dogmas we find in the West. For instance, in areas influenced or that were at least for a short period of time, colonized by China we find traits of “new confucianist” philosophy (WEIMING, 2000), which is centered in social life and collective actions for the welfare and harmony of all (ROZMAN, 2002). Since the rise of modern Europe, more and more liberal ideas have grown, and principles extracted by Locke and Smith still resonate in Western civilization. And where the West imposes its world view, the principles and practices often meet some sort of resistance, especially in the defense of traditional values, norms and beliefs from the external menace. Brazilian indigenous author Ailton Krenak, expanding the topic of Covid-19 human suffering, inserts the pandemic amidst the debate of environmental destruction. This, in his view, is an effect of the “metastasis of what is called capitalism” (KRENAK apud MASUTTI, 2021).

Despite the criticisms and given the western philosophical motives, was there any chance that the liberal-influenced states could engage more effectively in collective actions? And to do so with the support of their national population? Resistance when it comes to social isolation casts a doubt on what degree (the so known model of) self-interested rational individual would be willing to lose in order that society gains. The liberal defense of free speech is also going to be analyzed on its limits, by what effects it can have either to improve the sanitary efforts or to worsen the pandemic scenario. In third place, religious freedom is also an issue, due to the imbroglio with restrictions on worship services and public gatherings, bringing back the debate of state intrusion on religious activities. Lastly, the autonomy of markets and their imbalances due to government lockdowns also play a role in this current discussion. So, basically, those four fundamental liberal rights — freedom of circulation, speech, religion and market— point out to an apparent dilemma in terms of necessary actions to tackle a pandemic crisis.

Still, as presented in the following sections, it will be demonstrated that not always liberal ideas are defended up to the end. Abnormal situations in the last century and in recent years show that individual rights may be put in second place in order to conform to a solution for a nationwide problem. Furthermore, conflict of liberal values themselves may offer a less radical position and a possible conciliation around a responsible middle-term solution.

1 The warfare imagery

Since Covid-19 was admitted as a health threat in early 2020, it has become common to refer to the pandemic as a “war”; not the typical one, but a war on the virus. Thus, once the enemy was defined, the “military front” started to act. Many media companies and national health ministries have addressed the metaphor of “front line” to the work of doctors, nurses and other health staff. In addition, the “supply line” soldiers had their correspondent during the pandemic: the

essential workers — notably, those in supermarkets, drugstores, police forces, firefighters, delivery of food etc.

Nevertheless, despite those similarities, the image of the enemy is not as clear as it would be in the case of a nation, a dictator or a terrorist group. A virus has no face, and laboratory footage at first sight does not reveal how powerful the enemy is. After all, outside the microscope, in social life, that enemy is invisible. So, the danger it causes has been, to a certain point, up to a subjective view, based on news picked to read, and personal experiences with the illness in close social circles. For some authorities, Covid-19 was treated as a “little flu”, as Brazil’s president Bolsonaro said or “Kung-flu”, in Trump’s speech (FOLHA DE S. PAULO, 2021) (BBC NEWS, 2020). To others, though, it was seen as a hazard to public health, or to put it in a broader sense, to many areas concerning the national functioning, such as economy, education and political stability.

If, indeed, it is possible to argue we are facing a war, how could liberal ideas operate unabashed? After all, when a war breaks, even in liberal democracies, martial law is applied (or similar laws, e.g. “state of siege”, “state of war”), shrinking or suspending individual liberties (FAIRMAN, 1928). For instance, martial law was held in the United States at the time Pearl Harbor was attacked by the Japanese, in 1941, lasting until 1943 (LIBRARY OF CONGRESS, 1946). More recently, in February 2022, martial law became active in Ukraine, in response to the Russian full-scale invasion. In this last case, president Zelenskyy suspended 11 opposition parties (accused of Russian influence) and unified TV channels in a single platform, in order to have a single trustworthy information source. This Ukrainian decision seems harsh, especially for a country that tries to link with the West and accept its liberal values, in contrast with the Russian position (SAUER, 2022). However, the emergency of war allowed legitimacy — and apparent some significant public support — for that.

After considering the situations above, was the warlike scenario of the Covid-19 pandemic enough to enforce such laws and have public compliance with it? Restrictions in individual rights, in fact, have taken effect in liberal-built countries, but the public reaction was (and has been) ambiguous. While many citizens have acted in conformity to the recommendations of public health authorities, large groups of people have protested and opposed isolation, mask-wearing and mandatory vaccination. Where the influence of this latter group was most noticed, the results have also been the most catastrophic. That is reflected in the number of deaths in the United States, the United Kingdom and Brazil, with the latter reaching 3118 deaths per million (STATISTA, *Ibidem*).

The pandemic, despite similarities, ultimately, is not war. The ruling authorities continue to be mostly civil ones, while in war, military broadens their scope of action. Perhaps, the civilian government does not impose the same level of intimidation as military councils, fomenting civil disobedience. Another difference is that the pandemic

is global, so the idea of a war (expressed mainly nationally) does not apply so easily due to the lack of international coordination and unity: a war across all borders is not like an enemy rushing through someone's country border specifically.

In short, despite controversies, some interpretations using the metaphor of war and its respective law may be useful to illustrate that some rights have clear limitations, in favor of welfare and health security. That means, an approach which gives primacy to national interest and understands the dangers that too much freedom can cause. In this sense, the typical realist perspective in IR could present a parallel, delegating greater actions in the figure of the state and providing a relatively unified social response around the pursuit of national interest — in this case the maintenance of public health of their citizens and protection from external sanitary perils, such as new variants. In the economic sphere, the war comparison also helps to justify state intervention to provide stimulus checks, emergency income programs and support to small businesses. Looking through this lens, it is no surprise the European Parliament discussed a “New Marshall Plan to assist Member States stricken by the Covid-19 pandemic” (GRAPINI, 2020). The pandemic economic recovery may be faced with a solution akin to those with postwar economic recovery.

2 The natural and inalienable right to life

At the same time that liberal individual liberties might spark outbreaks of Covid-19, as a result of self-interested behavior, one of the main liberal principles establishes the state responsibility to protect the lives of individuals (LOCKE, 2001). Thus, how can liberalism assure freedom and, simultaneously, keep citizens safe? The answer is not simple, and liberal democratic states have to deal with it by giving more or less importance to one value in detriment of another. Non-Western countries or those with different principles from that of liberalism do not have to balance so much the aforementioned values. Alternatives in the form of collective efforts may appear more adequate to them. Therefore, the liberal trouble must be analyzed by checking some of its types of freedom and their possible implications for the success or failure in coping with the present pandemic.

First, the freedom of public manifestation has been a highly debatable issue. Some governments limited the number of people in demonstrations while others have banned those gatherings altogether, under the justification of containing the spread of the virus. But, in most non-liberal states, as the pandemic advanced through months and months, authorities from different countries used the sanitary restriction as a pretext to abuse their power and silence people's criticism about their governments. In terms of that practice, the most repressive countries have been China, Cuba, Egypt, India, Russia, Turkey, Venezuela and Vietnam (HUMAN RIGHTS WATCH, 2021). From that perspective, liberalism has proved to avoid similar abuses.

As for freedom of speech, in general, misinformation and its free and quick dissemination poses a problem in liberal states. Some authorities have acted in a thin line in order to contain fake news and avoid censorship as well. In some cases, polemics have risen, such as in the Joe Rogan/Spotify situation, in which the podcaster invited to an interview Dr. Robert Malone, who stated doubtful information about the mRNA vaccines. The White House manifested requiring Spotify to halt misinformation. A middle-ground was adopted: the content was not removed, but a disclaimer was inserted to provide scientific-based information (BOWDEN, 2022). In a whole different scenario, a strict control on information may also be harmful to the Anti covid efforts: at the beginning of the crisis, China did not lay out to the world proper information concerning the outbreak in Wuhan. In addition, the Chinese government censored those (e.g. Li Wenliang) who tried to expose the illness surging there, claiming they were spreading rumors (BOCIURKIW, 2020).

Religious freedom is also part of the debate on how far states should go on restricting social activities. When it comes to religion, that is a delicate issue, since it involves deep beliefs of people on topics that transcend their material existence. During a pandemic, when religion brings comfort amidst suffering, limitations of worship services were imposed in some countries, and there were cases in which those restrictions caused some tensions in liberal influenced societies. In Canada, a pastor was arrested due to not conforming to sanitary legislation (MAYER, 2021). In Brazil, this issue had to be taken to the Supreme Court, which permitted restrictions on masses and services (D'AGOSTINO, 2021). On the other hand, in Iran, despite the high level of religiosity, their non-liberal background allowed the government to close mosques, as a way to contain Covid-19 dissemination. Some religious discourses have also been used to misguide the population, leading to denialism. That is the bizarre case of Tanzania former president Magufuli, who underestimated the virus and solely called for prayers. Magufuli himself died of suspected Covid-19 complications (BBC NEWS, 2021).

Lastly, the freedom of markets to operate autonomously has also been impacted. In rich countries, government economic support was sufficiently provided. However, there was still some rise in unemployment and a significant increase in inflation levels. In developing countries, the impossibility to work (with the exception of home-office) also caused more expressive unemployment and inflation, but, without plenty of public resources at hand, governments could not avoid the increasing number of people reaching poverty levels as well as starvation. (UNICEF, 2021). In synthesis, the rich liberal countries, while limiting some work activities, also acted unusually by directing state-guided economic support. In poor countries, even if the state were strong enough in a non-liberal manner, the resources, being scarce, would limit appropriate economic programs.

In sum, the main question in an apparent liberal dilemma is: what right should prevail over the other?

Conclusion

The point we reach is that a certain trade-off shall be made. For example, the defense of property (in terms of acquiring property through work and non-stop economic activities) might collide with the defense of life (requiring social isolation and, in serious cases, lockdown). The possible answer for liberal regimes to deal with this problematic situation lies on the middle-ground and on a reevaluation of rights, recognizing them not as absolute principles, but limited ones (such as war and the necessity of martial law tell us). By rejecting the reckless support of a single liberal principle, governments can balance some of them with the others, avoiding the danger of excessive (utopical) freedom in a society.

Furthermore, as a period of exception, vigilance should be kept, so that temporary and justified restrictions do not move on in times of “normality” under authoritarian form. Also, learning can be made from non-Western nations, where greater social cohesion and a less individualistic actions offered better Covid-19 responses.

Referências

BBC NEWS. **President Trump calls coronavirus 'kung flu'**. 2020. Disponível em : <https://www.bbc.com/news/av/world-us-canada-5317343>. Acesso em 20 mar. 2022.

BBC NEWS. **John Magufuli: Tanzania's president dies aged 61 after Covid rumours**. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-africa-56437852>. Acesso em 29 abr. 2022

BOCIURKIW, Michael. **China's hero doctor was punished for telling truth about coronavirus**. 2020. Disponível em: <https://edition.cnn.com/2020/02/08/opinions/coronavirus-bociurkiw/index.html>. Acesso em 19 mar. 2022.

BOWDEN, John. **White House urges Spotify to take further action on Joe Rogan: 'More can be done'**. 2022. Disponível em: <https://www.independent.co.uk/news/world/americas/us-politics/joe-rogan-spotify-covid-white-house-b2005488.html>. Acesso em 19 mar. 2022.

D'AGOSTINO, Rosanne. **Por 9 a 2, STF decide que estados e municípios podem restringir cultos e missas na pandemia. 2021**. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/04/08/julgamento-stf-proibicao-cultos-pandemia.gh.html>. Acesso em 21 mar. 2022.

DING, Chunyan. **Fatal Lack of Information Transparency in Public Health Emergency: Lessons from the Covid-19 Outbreak in China**. Hong Kong Law Journal, v. 50, n.2, p. 781-808, 2020 Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3715380. Acesso em 28 abr. 2022.

FAIRMAN, [The Law of Martial Rule](#). **The American Political Science Review**, Vol. 22, No. 3 (Aug., 1928), pp. 591-616.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Relembre o que Bolsonaro já disse sobre a pandemia, de gripezinha e país de maricas a frescura e mimimi**. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/03/relembre-o-que-bolsonaro-ja-disse-sobre-a-pandemia-de-gripezinha-e-pais-de-maricas-a-frescura-e-mimimi.shtml>. Acesso em 21 mar. 2022.

GRAPINI, Maria. **New Marshall Plan to assist Member States stricken by the Covid-19 pandemic**. Europea Parliament. 2020. Disponível em: https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/E-9-2020-002329_EN.html. Acesso em 20 mar. 2022.

HUMAN RIGHTS WATCH. **Covid-19 Triggers Wave of Free Speech Abuse**. 2021. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2021/02/11/Covid-19->

[triggers-wave-free-speech-abuse](#). Acesso em 19 mar. 2022.

LIBRARY OF CONGRESS. **Martial law in Hawaii December 7, 1941 - April 4, 1943**. Disponível em: https://www.loc.gov/collections/military-legal-resources/?q=pdf/Martial-Law_Green.pdf. Acesso em: 20 mar. 2022.

LOCKE, John. **Segundo Tratado sobre o Governo Civil**. 3ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

MASSUTI, Vivian. **Covid não veio para ensinar, mas para matar, afirma Ailton Krenak no fim da Flip**. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2021/12/covid-nao-veio-para-ensinar-mas-para-matar-afirma-ailton-krenak-no-fim-da-flip.shtml>. Acesso em 28 abr. 2022.

MAYER, Emma. **Canadian Pastor Arrested Over COVID Rules Offers a Warning to U.S. After What Happened to Him**. 2021. Disponível em: <https://www.newsweek.com/canadian-pastor-arrested-over-covid-rules-offers-warning-us-after-what-happened-him-1591821>. Acesso em 21 mar. 2022.

ROZMAN, Gilbert. **Can Confucianism Survive in an Age of Universalism and Globalization?** Pacific Affairs. Vol.75, No 1 (Spring 2002), pp. 11-37. Published by Pacific Affairs University of British Columbia.

RYALL, Julian. **How Japan's mask culture may have saved lives during coronavirus**. 2020. Disponível em: <https://www.dw.com/en/how-japans-mask-culture-may-have-saved-lives-during-coronavirus/a-55321518>. Acesso em 19 mar. 2022.

SAUER, Piotr. **Ukraine suspends 11 political parties with links to Russia**. 2022. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2022/mar/20/ukraine-suspends-11-political-parties-with-links-to-russia>. Acesso em 23 mar. 2022.

STATISTA. **Coronavirus (Covid-19) deaths worldwide per one million population as of March 22, 2022**, by country. 2022. Disponível em: <https://www.statista.com/statistics/1104709/coronavirus-deaths-worldwide-per-million-inhabitants/>. Acesso em 20 mar. 2022.

UNICEF. **Relatório da ONU: ano pandêmico marcado por aumento da fome no mundo**. 2021. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/relatorio-da-onu-ano-pandemico-marcado-por-aumento-da-fome-no-mundo>. Acesso em 22 mar. 2022.

WEIMING, Tu. **Implications of the Rise of "Confucian" East Asia**. Daedalus, Vol. 129, No. 1, Multiple Modernities (Winter, 2000), pp. 195-218.

Direito à Vida: um valor liberal durante a pandemia da Covid-19?

por **Luigi Fialho**

Liberalismo e o direito à vida

O liberalismo estabelece a vida como um direito humano fundamental, do qual todos os indivíduos, indistintamente e em pé de igualdade, devem gozar. Não à toa, na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), a vida é o primeiro direito citado, no Artigo 3 (ONU, art.3, 1948). Fruto de uma convergência de interesses ao fim da Segunda Guerra Mundial, no mesmo movimento que levou à criação da ONU, a DUDH é, sem dúvida, uma conquista e um legado do liberalismo. Incluindo traços de distintas correntes ideológicas e adaptando conceitos do liberalismo clássico a roupagens mais modernas, a Declaração, mais de 70 anos depois, ainda é uma referência de utopia social e praticamente uma unanimidade mundo afora.

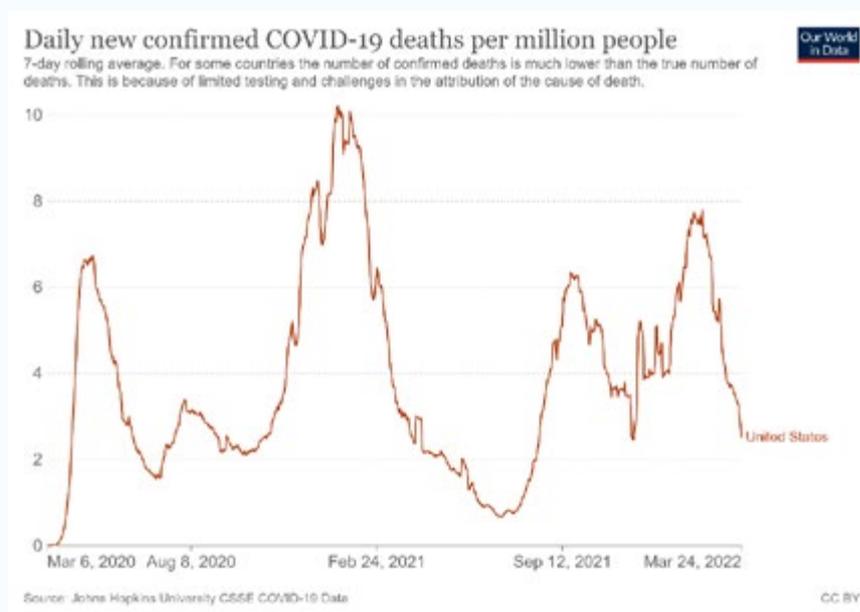
É desnecessário ressaltar, contudo, que a humanidade vê à distância um eventual estabelecimento pleno dos Direitos Humanos (DH). Diversos agentes, em todos os níveis, ao redor do planeta ferem os DH a cada instante. Mesmo os países, instituições e comunidades que os respeitam falham em aplicá-los em plenitude. Entretanto, há determinados eventos que se sobressaem nesse cenário global. Atentados flagrantes, como crimes de guerra, genocídios, ou escravidão em massa chamam de imediato a atenção e evidenciam regimes brutais e autoritários, guerras ilegítimas e multinacionais inescrupulosas. Outras situações, no entanto, vêm à tona pelo cinismo. Lar de diversas correntes ideológicas que reivindicam uma suposta superioridade moral ou “civilizatória”, os países ocidentais, não raramente, utilizam os Direitos Humanos como ferramenta política. A herança do liberalismo e de seus direitos fundamentais é tida como fonte de valores mais evoluídos, contudo, a prática conta, frequentemente, outra versão da história. O absoluto desastre que vem sendo o enfrentamento à pandemia de Covid-19 em muitos dos países desse imaginado ‘Ocidente’ atesta uma incoerência cínica da natureza dos piores massacres.

Respostas à pandemia

Nos primeiros dias do ano de 2020, a China chocou o mundo ao revelar – sob diversas interpretações, com um injustificável atraso (BUCKLEY et al., 2020) – o início de uma epidemia brutal que começava a assolar a província central de Hubei, na sequência da detecção dos primeiros casos de infecção ainda no final de 2019 (G1, 2020). O então ‘novo coronavírus’ rapidamente se espalhou, nos primeiros meses de 2020 e, após uma assustadora onda na Itália, levou a Organização Mundial da Saúde (OMS) a decretar o estado de pandemia, em meados de março (OPAS, 2020). Inicialmente, a China impressionou ao provocar duros fechamentos, os famigerados lockdowns, e uma política de rastreio de contatos. Copiados meses depois pelo resto do mundo, esses mecanismos preventivos com duração reduzida e tiveram sucesso contestável em boa parte dos países ocidentais.

Em 2 anos e 11 bilhões de doses de vacina aplicadas, os reflexos são apavorantes. Enquanto os EUA se aproximam da marca de 1 milhão de mortes decorrentes da Covid-19, e o Reino Unido ultrapassa a marca de 170 mil – às médias de cerca de 3 mil e 2,3 mil mortes por milhão de habitantes, respectivamente – a China acumula por volta de 5 mil mortes totais em todo o período, ou pouco mais de 3 mortes por milhão (RITCHIE et al., 2022). Tal índice atordoante é cerca de mil vezes inferior ao estadunidense. Outro dado, igualmente perturbador: em cerca de 400 dias (o equivalente a 13 meses) desde o início da pandemia, os EUA registraram um índice de mortes diárias superior a 3 por milhão (RITCHIE et al., 2022). Sendo assim, proporcionalmente, os registros indicam uma quantidade 400 vezes maior de pessoas que morreram nos Estados Unidos em um único dia do que o total registrado na China ao longo de dois anos. Como foi possível chegar a resultados tão brutalmente díspares?

Figura 1: Novas mortes diárias confirmadas por Covid-19 por milhão de pessoas (EUA)



Fonte: RITCHIE et al., 2022. Our World In Data.

As razões para cada país ter seguido seu singular caminho são evidentemente múltiplas. A conjunção de fatores que levou a esse cenário é complexa e, decerto, seria impossível exaurir todos esses com o critério necessário. Uma conclusão, contudo, é preliminar, mas inescapável: as decisões, as condutas, a forma com que determinadas sociedades se organizaram em torno da crise da pandemia representam um desprezo evidente ao direito à vida. É simples assim.

Os Estados Unidos, ao longo dos últimos dois anos, colecionaram uma série de péssimas políticas de saúde pública (LEWIS, 2021). Epicentro da pandemia, desde abril de 2020, concentrando casos e mortes, o país jamais coordenou uma política de lockdown em todo seu território, deixando a cargo dos estados esse tipo de decisão (GUIMÓN, 2020). O uso de máscaras, recomendado pelo Centro de Controle e Prevenção de Doenças (CDC, na sigla em inglês), tampouco foi obrigatório nacionalmente em qualquer estágio da pandemia. Mesmo a recomendação do uso de máscaras foi retirada para vacinados ainda em 2021 (FERNANDES, 2021). Desincentivados pelo então presidente Donald Trump (LEWIS, 2021), os hábitos de proteção – individual e pública – foram rapidamente rejeitados por diversos grupos políticos radicalizados (GUIMÓN, 2020). O uso de máscaras gerou controvérsias em território estadunidense desde o princípio da pandemia. Trump advogou negativamente em diversos outros aspectos: foi um dos principais divulgadores do uso da cloroquina como tratamento ou terapia preventiva para a Covid-19 (SANCHES, 2020), e iniciou o processo de retirada dos EUA da OMS (G1, 2020) – política posteriormente revertida por Biden.

5 “I believe in science. Donald Trump doesn't. It's that simple, folks.”
– No original

Trump, a seu favor, teve o incentivo à produção de vacinas, que os Estados Unidos obtiveram em tempo recorde (LEWIS, 2021). O ex-presidente, no entanto, não conseguiu reverter a rejeição que enfrentou devido à péssima condução da pandemia, o que certamente contribuiu para sua derrota nas eleições. Trump deixou o governo com pouco mais de 400 mil cadáveres atrás de si (VALOR, 2021). Biden foi incapaz de reverter a altíssima mortalidade. Em pouco mais de um ano, o democrata, que utilizou a crença na ciência como contraponto ao seu adversário eleitoral – o qual publicou em seu Twitter que dizia “Eu acredito em ciência. Donald Trump, não. É simples assim, pessoal”⁵ –, vê seu país se aproximar do número total de 1 milhão de mortes (RITCHIE, et al., 2022). Some-se a isso a inexistência de um sistema de saúde público e acessível, e está dado o cenário da tragédia no país e da incapacidade da sociedade estadunidense em se organizar no sentido da autopreservação.

O Reino Unido seguiu caminho semelhante. Após causar polêmica por declarar que tentaria superar a pandemia por meio da chamada “imunidade de rebanho”, incentivando o contágio geral na esperança de garantir a imunização coletiva – o que supostamente faria o vírus parar de circular –, ainda em março de 2020, o governo britânico voltou atrás e inaugurou uma política de lockdowns (DE MIGUEL, 2020). Dois anos depois, é perceptível que as medidas surtiram pouco efeito ou, quando

surtiram, apenas serviram para dirimir os impactos do descontrole anterior. Seja pela baixa adesão da população às medidas sanitárias (MACASKILL et al., 2020), seja pela ineficácia do isolamento da forma que foi implementado, o Reino Unido chega a 2022 com um histórico tenebroso, mesmo que os números atuais estejam consideravelmente menos alarmantes – muito graças à vacinação. Um dos períodos em que o Reino Unido enfrentou maiores dificuldades, a chamada segunda onda europeia foi especialmente devastadora, provocando um pico de mortes entre o fim de 2020 e os primeiros meses de 2021 que chegou a alcançar o índice diário de 18 mortes por milhão (RITCHIE, et al., 2022).

A China, em oposição, há dois anos trata a Covid-19 com a seriedade que a principal causa mortis do planeta no último ano merece. Com testagens em massa, rastreios de contatos e, repetidas vezes, lockdowns em cidades ou regiões inteiras, o país tem garantido, nos últimos dois anos, a efetividade da política “covid zero” (WANG; SONG, 2022). Tendo a esmagadora maioria de seus casos e mortes concentrada em Hubei e restrita temporalmente aos meses entre o fim de 2019 e o início de 2020 (RITCHIE, et al., 2022), a China atingiu um patamar de controle inimaginável na maior parte das regiões do mundo.

O regime chinês, decerto, não se encaixa nas definições de democracia liberal do mundo ocidental. Seu autoritarismo, certamente, é condenável, e o modelo de Estado, altamente criticado pela maioria das vertentes políticas com viés crítico. Os resultados, todavia, deveriam incitar, no mínimo, profundas e sinceras reflexões e autocrítica. Se, aos olhos do Ocidente, o modelo político-social estabelecido pelos chineses é inadequado e equivocado, por que razão o modelo defendido e implementado pelos pretensos defensores da vida e dos DH é tão inequivocamente incompetente, frente à eficiência das medidas implementadas pela China? Mais uma vez, é evidente, as respostas não são simples. Há uma conclusão, no entanto, que dificilmente pode ser discutida. O sistema capitaneado pelo ideário liberal, a bem da verdade, não tem a vida humana como seu mais inegociável objeto de proteção

Ética?

Yuval Harari, célebre autor liberalista, faz questão de não esconder suas críticas ao modelo liberal, tampouco seu receio de que este, num futuro próximo, apresente inconsistências ou deficiências difíceis de sustentar. Em seu livro ‘21 Lições para o Século 21’, Harari discute algumas dessas possibilidades. A existência de uma espécie de autocracia tecnológica, um regime autoritário que reúna uma quantidade gigantesca de dados e detenha capacidade de processamento e tecnologia de vigilância é um eventual desafio que o autor aponta. Segundo ele, a China é um dos países que caminha a passos largos nesse sentido (HARARI, 2018). Em entrevista concedida em fins de 2019, ele complementa que a obtenção e o processamento de dados de forma descentralizada e desconcentrada tem sido, até o momento, uma conjunção entre o ético e o eficiente. E

que há, no entanto, uma tendência para o desenvolvimento de sistemas centrais de monitoramento altamente eficazes que, com o auxílio de algoritmos e tratamento de big data, talvez sejam capazes de suplantar a eficiência da descentralização, separando, portanto, o modelo mais ético – não-centralizado – do mais eficiente (HARARI, 2019).

A pandemia da Covid-19 pôs à prova esse raciocínio. Se a eficiente centralidade chinesa é um dissenso ético aos princípios liberais, como fazer semelhante avaliação tendo em vista os resultados do combate à pandemia? A vida é um dos direitos básicos do liberalismo. Um modelo que claramente não a preserva ainda pode fazer qualquer reivindicação ética para si?

Conclusão

A tragédia da pandemia não assolou somente as potências ocidentais. Os países em sua direta esfera de influência apresentaram resultados muito próximos, com raras exceções. Entre os 40 países com maior índice acumulado de mortes registradas por milhão de habitantes, 28 são europeus e 11 americanos (RITCHIE, et al., 2022). E a ideologia liberal, os valores ocidentais, a valorização à vida permanecem, ao que tudo indica, apenas no papel.

O Brasil é um dos países cujo governo reproduziu fielmente as sórdidas políticas estadunidenses. Emulando, com extraordinária semelhança, Donald Trump (CABRERA, KIRKPATRICK, 2020), Bolsonaro levou o país à vala. Carregou às últimas consequências a defesa da ineficaz hidroxicloroquina como tratamento para a Covid-19 (CABRERA, KIRKPATRICK, 2020), advogou contra o uso de máscaras e, assim como Trump (LEWIS, 2021), desprezou a Covid-19 como não mais que uma “gripezinha”. O resultado é um índice de mortes por milhão quase idêntico ao estadunidense – 3,1 mil (RITCHIE, et al., 2022). Duramente criticado por seus pares internacionais, Bolsonaro, frequentemente, é tido como autoritário, antidemocrático e até mesmo iliberal. Se em alguns aspectos essas críticas são perfeitamente adequadas, quando o assunto é a pandemia elas são apenas cínicas e oportunistas. Afinal, a defesa dos Direitos Humanos enquanto bandeira política não vai até a página dois. Se o liberalismo é a ideologia fundamental do Ocidente, em termos de pandemia, os países do oeste adotaram a variante bolsonarista: “nossa liberdade [...] vale mais que a própria vida” (BOLSONARO, 2021).

Referências

BOLSONARO, J. **"A nossa liberdade vale mais que a nossa própria vida", diz Bolsonaro após novo recorde de mortes por Covid.** O POVO Online, 2021. Disponível em: <https://www.facebook.com/OPOVO/videos/a-nossa-liberdade-vale-mais-que-a-nossa-pr%C3%B3pria-vida-diz-bolsonaro-ap%C3%B3s-novo-rec/808191996760443/>. Acesso em: 25 mar. 2022.

BUCKLEY, C. et al. 25 **DAYS THAT CHANGED THE WORLD: HOW Covid-19 SLIPPED CHINA'S GRASP.** The New York Times, 5 nov. 2021. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2020/12/30/world/asia/china-coronavirus.html>. Acesso em: 30 abr. 2022.

CABRERA, J. M. L.; KIRKPATRICK, D. **HOW TRUMP AND BOLSONARO BROKE LATIN AMERICA'S Covid-19 DEFENSES.** The New York Times, 27 out. 2020. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2020/10/27/world/trump-bolsonaro-coronavirus-latin-america.html?action=click&module=RelatedLinks&pgtype=Article>. Acesso em: 30 abr. 2022.

DE MIGUEL, R. **Quando o coronavírus obrigou Boris Johnson a deixar de ser Boris Johnson.** El País, 23 mar. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2020-03-23/quando-o-coronavirus-obrigou-boris-johnson-a-deixar-de-ser-boris-johnson.html>. Acesso em: 25 mar. 2022.

FERNANDES, V. **CDC dispensa uso de máscaras para pessoas vacinadas nos EUA.** Panrotas, 13 mai. 2021. Disponível em: https://www.panrotas.com.br/mercado/destinos/2021/05/cdc-dispensa-uso-de-mascaras-para-pessoas-vacinadas-nos-eua_181503.html. Acesso em: 25 mar. 2022.

G1. **Cronologia da expansão do novo coronavírus descoberto na China.** G1, 22 jan. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2020/01/22/cronologia-da-expansao-do-novo-coronavirus-descoberto-na-china.ghtml>. Acesso em: 25 mar. 2022.

G1. **Trump anuncia que iniciou retirada formal dos EUA da OMS.** G1, 07 jul. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/07/07/trump-vai-retirar-formalmente-os-eua-da-oms-diz-agencia.ghtml>. Acesso em: 25 mar. 2022.

GUIMÓN, P. **O que pensam as pessoas nos EUA que, mesmo no epicentro da pandemia, protestam contra a quarentena.** El País, 10 mai. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2020-05-10/o-que-pensam-as-pessoas-nos-eua-que-mesmo-no-epicentro-da-pandemia-protestam-contra-a-quarentena.html>. Acesso em: 25 mar. 2022.

HARARI, Y. N. 21 **Lições para o Século 21**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

HARARI, Y. N. **Yuval Noah Harari & Steven Pinker in conversation**. YouTube, 7 out. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qHSzejQ95I>. Acesso em: 30 abr. 2022.

RITCHIE, H. et al. **Coronavirus (Covid-19) Deaths**. Our World in Data, 25 mar. 2022. Disponível em: <https://ourworldindata.org/covid-deaths>. Acesso em: 25 mar. 2022.

SANCHES, M. **Lançada por Trump e propagandeada por Bolsonaro, hidroxcloroquina está vetada em hospitais nos EUA**. BBC, 10 jul. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-53370870>. Acesso em: 25 mar. 2022.

LEWIS, T. **How the U.S. Pandemic Response Went Wrong—and What Went Right—during a Year of COVID**. Scientific American, 11 mar. 2021. Disponível em: <https://www.scientificamerican.com/article/how-the-u-s-pandemic-response-went-wrong-and-what-went-right-during-a-year-of-covid/>. Acesso em: 30 abr. 2022.

ONU. Declaração Universal dos Direitos Humanos, 217 [III] A, 1948, Paris, art.3. Disponível em: https://www.ohchr.org/sites/default/files/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf.

OPAS. **OMS afirma que Covid-19 é agora caracterizada como pandemia**. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/news/11-3-2020-who-characterizes-Covid-19-pandemic>. Acesso em: 25 mar. 2022.

UN. **Universal Declaration of Human Rights. United Nations**, [2021?]. Disponível em: <https://www.un.org/en/about-us/universal-declaration-of-human-rights>. Acesso em: 25 mar. 2022.

VALOR. **Governo Trump termina com mais de 400 mil mortos na pandemia**. Disponível em: <https://valor.globo.com/mundo/noticia/2021/01/19/governo-trump-termina-com-mais-de-400-mil-mortos-na-pandemia.ghtml>. Acesso em: 25 mar. 2022.

WANG, K; SONG, W. **Covid: como é a estratégia da China de tolerância zero contra o coronavírus**. BBC, 12 jan. 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-59966068>. Acesso em: 25 mar. 2022.

Sinofobia: O efeito perverso da politização na comunicação durante a pandemia de Covid-19

por **Lucas Cavalcanti dos Santos**

O antagonismo entre o Ocidente e a China é antigo, mas ganhou novo impulso entre o final de 2019 e os primeiros meses de 2020, quando o médico Li Wenliang compartilhou, em uma rede social chinesa, informações sobre pacientes com suspeitas de infecção por um novo vírus em Wuhan. A polícia local o deteve sob a acusação de “espalhar falsos rumores” e de “perturbar a ordem social”. Pouco tempo depois, ele foi diagnosticado com Covid-19 e faleceu. Por conta disso, internautas chineses foram à internet em uma incomum manifestação contra o Partido Comunista da China (doravante PCC ou Partido Comunista), que então iniciou uma investigação interna e a concluiu com um raro pedido público de desculpas, acompanhado de reprimendas à polícia de Wuhan e da promessa de punição aos responsáveis pelo erro (DAVIDSON, 2020).

A partir daí, iniciou-se, na mídia ocidental, uma avalanche incisiva e incessante de críticas ao Partido Comunista; não só pela falta de transparência, a que se atribui a não-contenção do vírus em seu estágio inicial, mas também pelas políticas públicas de combate à doença. O problema, contudo, não está nas críticas em si: surge, na verdade, quando essas críticas não são informadas pela ciência, pelos fatos ou pela razão — mas por convicções a priori do que é certo ou errado, por motivações políticas ou por preconceitos. Neste contexto, o argumento principal deste artigo é que a politização, ou enviesamento, da mídia ocidental contra a China na cobertura da pandemia da Covid-19 resultou em sinofobia — i.e. medo intenso ou hostilidade contra chineses (LEXICO, [2022]) — e reduziu, em parte, o potencial de cooperação internacional.

Para suportar essa afirmação, primeiro, apresentarei os conceitos de Orientalismo (SAID, 1978) e de Discurso (FOUCAULT, 1987). Segundo, sob a luz dessas duas formulações, analisarei um caso exemplificativo no qual um colunista do *The Atlantic*, uma revista estadunidense, faz alegações, comumente vistas na imprensa ocidental, sobre as supostas motivações isolacionistas das políticas anti-Covid-19 do governo chinês,

e buscarei evidenciar as inconsistências dessa narrativa. Terceiro, a partir de um segundo caso exemplificativo, desta vez do The New York Times (NYT), jornal também dos EUA, analisarei mais um erro comum de comunicação da mídia, que frequentemente associa a origem geográfica do vírus SARS-CoV-2 à China, e buscarei evidenciar, à luz da lógica e de dados empíricos, que essa associação é equivocada e desproporcional à relevância do assunto. Quarto, buscarei evidenciar, à luz de mais dados, como a dicotomia Democracia/Autocracia carece de poder explicativo no que tange ao sucesso ou insucesso na administração da pandemia, apesar de também ser empregada frequentemente pela mídia.

Por último, sustentarei que toda essa politização no trato das informações relativas à pandemia pela mídia ocidental tem desdobramentos perversos para a população de etnias chinesas que vivem fora da China, além de sabotar as condições favoráveis para a cooperação internacional no combate à doença.

Orientalismo: definição e análise de caso

De acordo com Said (1978), Orientalismo pode ser entendido como um processo ontológico e epistemológico através do qual acadêmicos, jornalistas e artistas do "Ocidente" produzem imagens e conhecimentos tendenciosos sobre o "Oriente", a partir de caracterizações admitidas como verdadeiras a priori, mas que não passam de simplificações, preconceitos e estereótipos reducionistas. O Oriente é antagonizado como um "Outro", inferior e oposto ao Ocidente, em uma realidade artificial, construída de forma não-objetiva. Assim, silenciando o Oriente até no que diz respeito a si mesmo, o Orientalismo habilita, autoriza e justifica a subjugação e a dominação do "Oriente" pelo "Ocidente" (SAID, 1978).

Para elucidar melhor o termo, Said lança mão da noção de “discurso” segundo Michel Foucault. Para Foucault, discurso se refere a “sistemas de pensamentos compostos de ideias, atitudes, cursos de ações, crenças e práticas que constroem sistematicamente os objetos e os mundos dos quais eles falam” (FOUCAULT, 1972 apud LESSA, 2005, p. 285, tradução nossa).

Referindo-se às medidas anti-covid do governo da China, um colunista do The Atlantic escreveu: “A pandemia proveu a liderança chinesa com uma oportunidade de consolidar seu poder domesticamente e isolar-se dos estados vizinhos sob o pretexto de defender a saúde pública” (MCLAUGHLIN, 2022, tradução nossa). Ora, é uma gravíssima pressuposição epistemológica assumir que a defesa da saúde pública não passa de um “pretexto” para o governo chinês fortalecer seu poder interno.

Por meio dessa lente, tais políticas, mesmo após cientificamente comprovadas como efetivas, são motivadas não por preocupações óbvias com a saúde coletiva, mas pelo ímpeto isolacionista de um

estado autocrático ou por um ditador maligno cujo único interesse é o poder como fim em si mesmo. Não convém ao discurso de Mclaughlin mencionar que o maior projeto de infraestrutura do mundo, a Belt and Road Initiative, é da China e — através da construção não de muros, mas de rodovias, ferrovias, pontes, portos, redes de fibra óptica, gasodutos, oleodutos, etc. — promove a integração com outros países, não o isolamento,.

Além disso, embora as políticas de distanciamento social possuam elevadíssimos custos sociais, políticos e econômicos (NICOLA et al, 2020; BAI, 2020), Mclaughlin percebe o isolamento provocado por tais medidas como um algo desejado pelo governo chinês, não como um efeito colateral negativo. Mas ele falha em substanciar sua alegação.

Percebe-se, dessa forma, que a afirmação de Timothy não é baseada em uma percepção objetiva do mundo real, mas sim fruto de uma perspectiva essencialmente orientalista, isto é, baseada em concepções a priori sobre a natureza da sociedade chinesa. Assim, apesar de aparentar descrever a realidade (ou parte dela), o que ele efetivamente faz é projetar, sobre o governo chinês, motivações imaginadas para as ações deste e, assim, reproduz uma “realidade” construída subjetivamente

Democracia e Autocracia

No início da crise, não foram poucas as publicações na mídia ocidental que apontavam para o caráter autoritário da China no combate aos surtos de Covid-19. Para além da censura inicial, o fechamento de fronteiras, lockdowns e a obrigatoriedade do uso de máscaras foram apresentados não como políticas de saúde pública, mas sim como medidas draconianas, anti-científicas, ineficientes, incompatíveis com a democracia e com os direitos humanos e inerentes à natureza totalitária do regime chinês.

Subentende-se, aí, o pressuposto comum no pensamento democrático liberal de que a liberdade de expressão e a transparência que propiciam a livre circulação de informação, em conjunto com mecanismos de accountability, levariam o governo a agir no interesse da população. Em particular, por conta dessa impossibilidade de suprimir informações e da responsividade advinda de incentivos eleitorais, democracias seriam inerentemente superiores a autocracias na prevenção e no controle de desastres.

Entretanto, pouco depois, casos e mortes fora de controle forçaram países democráticos a imporem as mesmas restrições que a China já havia imposto desde o início. Afinal, lá essas medidas se mostraram efetivas. (LAU et al. 2020). Contudo, em muitas democracias ocidentais, o sucesso chinês não pôde ser replicado: as “curvas” de contágio foram “achatadas”, mas não anuladas (COURTEMANCHE et al., 2020;

ALFANO; ERCOLANO, 2020; HAUG et al., 2020). Voltou-se, assim, para alegações diferentes: o país asiático teria sido mais eficiente justamente por ser uma autocracia, com poderes centralizados e irreverentes aos direitos individuais, dando-lhe uma assertividade decisiva, mas incompatível com a democracia e as liberdades individuais.

Contudo, na realidade não se verifica, empiricamente, uma correlação clara entre a resiliência à Covid-19 e o sistema político de um país; ou seja, há democracias e autocracias bem-sucedidas no combate à pandemia, bem como há democracias e autocracias malsucedidas (STASAVAGE, 2020; LENTON et al., 2022). Por outro lado, existe uma correlação entre a resiliência e a confiança social, seja em regimes democráticos, seja em regimes autocráticos (LENTON, 2022). A confiança social, por sua vez, relaciona-se, em larga medida, aos valores culturais, às experiências passadas e às expectativas futuras quanto ao comportamento e às intenções dos outros indivíduos e do Estado.

Em outras palavras, quer seja em democracias-liberais, quer seja em autocracias, quanto mais as pessoas confiam umas nas outras e no governo para agir de modo bem intencionado e competente, mais elas tendem a colaborar com as instruções das autoridades e mais responsáveis elas tendem a ser individualmente, sendo o oposto verdadeiro, independentemente do sistema político (LENTON, 2022). Ademais, governos com altos níveis de confiança podem sustentar políticas onerosas, como lockdowns, por mais tempo (LENTON, 2022). Tendo em vista que a China tem o maior Índice de Confiança entre todos os países medidos (EDELMAN, 2022), coloca-se um desafio à lente orientalista.

A origem do vírus

Desde o início da pandemia, a mídia ocidental tem dedicado muito espaço a discussões sobre a origem do vírus SARS-CoV-2. Em particular, é muito frequente e enfática a atribuição da origem do vírus à Wuhan, na China. Essa ênfase, como será demonstrado em seguida, é orientalista por dois motivos principais: primeiro, porque não está suportada por evidências científicas, apenas por especulações e artifícios lógicos falaciosos; segundo, porque mesmo que fosse verdadeira, a atenção dada pela imprensa à origem geográfica do vírus é desproporcional à utilidade que tal informação poderia potencialmente possuir.

Em uma publicação do NYT (ZIMMER; MULLER, 2022), se afirma o seguinte: “Cientistas divulgaram dois estudos extensivos [...] que apontam para um grande mercado de alimentos e animais vivos em Wuhan, na China, como a origem da pandemia de coronavírus”. Depois de chamativos título e subtítulo, e de uma longa exposição dos supostos “achados científicos”, o próprio NYT revela que 1) o pesquisador entrevistado é coautor de ambos os trabalhos, evidenciando algum viés de confirmação; e 2) nenhum dos dois estudos havia sido publicado

em uma revista especializada, isto é, ainda não haviam passado pelo processo de revisão por pares que caracteriza o rigor e confere credibilidade às publicações científicas.

Além disso, é preciso esclarecer a comunicação acerca de alguns pontos. Primeiro, o fato de o vírus ter sido inicialmente identificado em Wuhan, na China, não é base causal para afirmar que ele surgiu lá. Embora a evidência seja sólida em favor da origem animal do vírus e contra as hipóteses de criação em laboratório com posterior soltura deliberada ou vazamento acidental (HOLMES et al., 2021), o mesmo grau de certeza não se estende ao aspecto geográfico da origem (MAXMEN, 2022). Desse modo, partir das premissas “o vírus foi inicialmente registrado em Wuhan” e “Wuhan é na China” para a conclusão de que “o vírus foi originado na China” constitui uma especulação, isto é, um salto lógico, uma falácia.

Wuhan é a maior cidade da província de Hubei, com população superior a 10 milhões na cidade em si, e 19 milhões em sua área urbana funcional (OECD, 2015, p. 37). Além disso, Wuhan é intensamente conectada a outras regiões por infraestrutura extensa, tanto regional como internacionalmente, sendo um grande centro de turismo, comércio e transporte. Portanto, a ligação do vírus à Wuhan, ainda que clara — consoante aos artigos pré-publicados mencionados pelo NYT —, provavelmente reflete não o surgimento do vírus na região, mas sim as condições favoráveis que um local densamente povoado e integrado apresenta para a multiplicação e disseminação de agentes infecciosos possivelmente advindos de outras localidades (Pekar et al., 2021; HOLMES et al., 2021; WOROBEY, 2021; LAW, 2022). Em outras palavras, Wuhan pode ter sido apenas um amplificador do vírus, e não a sua localidade primária — os estudos, até o momento, não são conclusivos.

Ademais, baseado em antecedentes históricos — H1N1, HIV, EBOLA —, é possível afirmar que saber a origem do SARS-CoV-2 será praticamente irrelevante para o tratamento da doença em si (GALLO; JAMISON, 2022), ainda que a informação possa ser valiosa para entender melhor como o vírus se movimenta entre diferentes espécies e prevenir pandemias no futuro. Logo, a ênfase repetitiva dada pelos veículos de imprensa à origem do vírus é desproporcional à relevância prática desta informação, e a comunicação do fato em si é equivocada quando afirma ser Wuhan a origem da Covid-19.

Sinofobia à luz do Orientalismo

Como exposto acima, o Orientalismo leva à antagonização da China como “Outro” por meio da produção de conteúdos tendenciosos que constroem e reproduzem imagens negativas do país a partir de pressupostos falsos sobre a natureza da sociedade chinesa. Essa antagonização possui ao menos dois efeitos perversos: a sinofobia e a erosão da cooperação internacional contra a pandemia.

Sinofobia, ou sentimento anti-chinês, significa "medo intenso ou hostilidade contra a China, chineses ou sua cultura" (LEXICO, [2021], tradução nossa), ou ainda "um tipo de racismo que afeta chineses ou pessoas confundidas com chineses" (LI et al, [2022], tradução nossa). Ou seja, não só chineses, mas pessoas de diferentes etnias percebidas como "asiáticas", ao serem confundidas com chineses, também podem sofrer com a violência sinófoba.

Embora preexistente, a sinofobia aumentou após o início da crise de Covid-19 devido, especialmente, ao modo como a mídia enquadra as informações relacionadas à doença (WEN et al, 2020). A saber, não existe correlação entre a divulgação dos sérios riscos da Covid-19 à saúde e o aumento da sinofobia, mas essa correlação existe quando se trata de tipos específicos de mensagens, como aquelas que falam sobre o vírus em termos de um determinado grupo social ou país originário (DHANANI; FRANZ, 2021).

Muito se falou, ainda, a respeito da não cooperação chinesa para esclarecer a origem do vírus. Em 2020, após o episódio de supressão inicial de informações pela polícia local de Wuhan, a Organização Mundial da Saúde (OMS) engajou a China em um processo cooperativo com pesquisa em campo e compartilhamento de dados. Contudo, conforme a retórica anti-China se acentuou ao ponto de elicitare sinofobia e racismo, o país foi instigado a recuar, como disse o epidemiologista Ray Yip à Nature (MAXMEN, 2022, p. 775, tradução nossa): "Acho que houve uma mudança na atitude da China quando começaram a sentir-se humilhados ou culpados pela pandemia, mesmo que qualquer doença precise começar em algum lugar".

Em síntese, percebe-se que as nuances na maneira de se comunicar informações relativas à Covid-19 possuem grande impacto sobre a população asiática em geral, e chinesa em particular, bem como sobre as relações internacionais entre a China e o Ocidente. Conteúdos de mídia cuja linguagem e agenda enfatizam a associação da Covid-19 à China e aos Chineses instigam a sinofobia e colocam em risco a saúde física e psicológica dos chineses e asiáticos étnicos. Consequentemente, gera-se, na China, a expectativa de que novos dados possam ser instrumentalizados pelo Ocidente para reforçar a antagonização contra a sociedade chinesa, constituindo, assim, um obstáculo para a cooperação internacional no combate à pandemia. Por tudo isso, é imperativo que a imprensa ocidental seja mais cuidadosa na formulação de sua agenda e no emprego da linguagem utilizada para comunicar informações sobre a Covid-19.

Referências

2022 Edelman Trust Barometer. **Edelman**, 2022. Disponível em: https://www.edelman.com/sites/g/files/aatuss191/files/2022-01/2022%20Edelman%20Trust%20Barometer%20FINAL_Jan25.pdf. Acesso em: 25 mar 2020.

ALFANO, V.; ERCOLANO, S. The Efficacy of Lockdown Against Covid-19: A Cross-Country Panel Analysis. **Appl Health Econ Health Policy** 18, 509-517. 2020. doi: <https://doi.org/10.1007/s40258-020-00596-3>

BAI, H. M. The Socio-Economic Implications of the Coronavirus Pandemic (Covid-19): A Review. **ComFin Research**, v. 8, n. 4, p. 8-17, 2020. doi: <https://doi.org/10.34293/commerce.v8i4.3293>

COURTEMANCHE, C.; GARUCCIO, J.; LE, A. et al. Strong Social Distancing Measures In The United States Reduced The Covid-19 Growth Rate. **Health Affairs**, v. 39, n. 7, 2020. doi: <https://doi.org/10.1377/hlthaff.2020.00608>

DAVIDSON, H. Chinese inquiry exonerates coronavirus whistleblower doctor. **The Guardian**, mar 2020. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2020/mar/20/chinese-inquiry-exonerates-coronavirus-whistleblower-doctor-li-wenliang>. Acesso em: 25 mar 2022.

DHANANI, L. FRANZ, B. Why public health framing matters: An experimental study of the effects of Covid-19 framing on prejudice and xenophobia in the United States. **Social Science & Medicine**, v. 269, n. 113572, 2021. doi: <https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2020.113572>

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

GALLO, R. C.; JAMISON, Dean T. Knowing the Origins of Covid-19 Won't Change Much. **Time**. Fev 2022. Disponível em: <https://time.com/6150383/origins-Covid-19/>. Acesso em: 25 mar 2022.

HAUG, N., GEYRHOFER, L., LONDEI, A. et al. Ranking the effectiveness of worldwide Covid-19 government interventions. **Nature Human Behavior** 4, p. 1303–1312, 2020. <https://doi.org/10.1038/s41562-020-01009-0>

HOLMES, E. C.; GOLDSTEIN, S. A.; RASMUSSEN A. L. et al. The origins of SARS-CoV-2: A critical review. **Cell**, v. 184, n. 19, p. 4848-4856, 2021. doi: <https://doi.org/10.1016/j.cell.2021.08.017>

LAU, H., KHOSRAWIPOUR, V., KOCBACH, P. et al. The positive impact of lockdown in Wuhan on containing the Covid-19 outbreak in China. **Journal of Travel Medicine**, v. 27, n. 3, 2020. doi: <https://doi.org/10.1093/jtm/taaa037>

LAW, V. Covid-19: The endless search for the origins of the virus. **Al Jazeera**, abr 2022. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2022/4/5/Covid-19-source-china-animal-or-lab>. Acesso em: 28 abr 2022.

LENTON, Timothy M.; BOULTON, Christ A. SCHEFFER, Marten. Resilience of countries to Covid-19 correlated with trust. **Nature, Scientific Report** v. 12, n. 75. 2022. doi: <https://doi.org/10.1038>

LESSA, I. Discursive Struggles Within Social Welfare: Restaging Teen Motherhood. **British Journal of Social Work**, v. 36, n. 2, p. 283–298, 2006. doi: <https://doi.org/10.1093/bjsw/bch256>

LEXICO. **Sinophobia**. [2022]. Disponível em: <https://www.lexico.com/definition/sinophobia>. Acesso em: 28 abr 2022.

LI, S.; FAN, V.; LAM, J. et al. Sinophobia Guidance. **King's College London**, [2021]. Disponível em: <https://www.kcl.ac.uk/hr/diversity/guidance-and-resources/sinophobia-guidance>. Acesso em: 28 abr 2022.

MAXMEN, Amy. Scientists struggle to probe COVID's origins amid sparse data from China. **Nature**, v. 603, p. 773-775, 2022. doi: <https://doi.org/10.1038/d41586-022-00732-0>

MCLAUGHLIN, Timothy. Can China Ever Reopen? **The Atlantic**. Feb 2022. Disponível em: <https://www.theatlantic.com/international/archive/2022/02/china-covid-zero-policy-restrictions/621476/>. Acesso em: 25 mar 2022.

NEW Research Points to Wuhan Market as Pandemic Origin. **The New York Times**. Fev 2022. Disponível em: <https://www.nytimes.com/interactive/2022/02/26/science/covid-virus-wuhan-origins>. Acesso em: 25 mar 2022.

NICOLA, M.; ALSAFI, Z. SOHRABI, C. et al. The socio-economic implications of the coronavirus pandemic (Covid-19): A review. **International Journal of Surgery**, v.78, p. 185-193, 2020. doi: <https://doi.org/10.1016/j.ijssu.2020.04.018>

OECD. OECD Urban Policy Reviews: China 2015. **OECD Publishing**, 2015. doi: <https://doi.org/10.1787/9789264230040-en>

PEKAR, J.; WOROBEY, M.; MOSHIRI, N. et al. Timing the SARS-CoV-2 index case in Hubei province. **Science**, v. 372, n. 6540, p. 412-417, 2021. doi: <https://doi.org/10.1126/science.abf8003>

SAID, Edward W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. Tradução de Tomás Rosa Bueno. 1ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

STASAVAGE, David. Democracy, Autocracy, and Emergency Threats: Lessons for Covid-19 From the Last Thousand years. **International Organization**, 74(S1), E1-E17. 2020. doi: <https://doi.org/10.1017/S0020818320000338>

WEN, J.; ASTON, J.; LIU, X.; YING, T. Effects of misleading media coverage on public health crisis: a case of the 2019 novel coronavirus outbreak in China. **Anatolia**, v. 31, n. 2, 2020. doi: <https://doi.org/10.1080/13032917.2020.1730621>.

WOROBAY, M. Dissecting the early Covid-19 cases in Wuhan. **Science**, v. 374, n. 6572, p. 1202-1204, 2021. doi: <https://doi.org/10.1126/science.abm4454>

O Combate a Covid-19 sob O Embargo Econômico: Desafios e Exemplos Cubanos

por **Vinícius Nunes Aguiar**

O embargo americano contra Cuba é praticado desde 1958, quando, durante o regime de Fulgencio Batista, os Estados Unidos interromperam a venda de armamentos à ilha. Após a Revolução Cubana, em 1962, a política foi estendida para a vasta maioria dos produtos exportados. Atualmente, o embargo inclui todos os métodos disponíveis de sanções: controle comercial, congelamento de ativos financeiros, suspensão de ajuda e assistência técnica (DOXEY, 1980). A medida também previne todas as negociações entre Cuba e empresas americanas, empresas organizadas pela lei americana ou de propriedade majoritária de americanos. Além disso, companhias estrangeiras que realizam transações com a ilha correm riscos de sanções americanas. Assim, o embargo pode ser considerado o mais duradouro da história moderna.

A política demonstrou-se historicamente inefetiva em seu suposto objetivo: o de provocar a queda do regime comunista de Cuba. Mesmo assim, os impactos na economia e na qualidade de vida dos Cubanos são vastos. As sanções miram nas potencialidades econômicas da ilha, como o turismo e a exportação de profissionais, e explora suas vulnerabilidades, como a dependência energética e a necessidade de investimento estrangeiro. O embargo econômico já custou desde sua implementação, economicamente, 1,1 trilhão de dólares segundo estimativas de 2015 (KENNEDY, 2015).

Anualmente, desde 1992, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprova uma mesma resolução demandando o fim do bloqueio, com votações consistentemente contrárias partindo somente dos Estados Unidos e de Israel. Seguindo a aproximação ideológica com o governo do ex-presidente Trump, ministrada pelo governo Bolsonaro e pelo ex-chanceler Ernesto Araújo, o Brasil efetuou seu primeiro voto contrário à resolução em 2019. Em 2021 o governo brasileiro se absteve da votação.

Em março de 2020, duas semanas após a declaração da pandemia da Covid-19 realizada pela Organização Mundial da Saúde, o secretário-geral das Nações Unidas António Guterres, apelou à renúncia de sanções que poderiam minar a capacidade dos países de responder à pandemia (GUTERRES, 2020). No mesmo mês Hilal Elver, Relatora Especial das

Nações Unidas sobre o Direito à Alimentação, realizou um chamamento similar: *“The continued imposition of crippling economic sanctions on, Cuba, severely undermines the ordinary citizens’ fundamental right to sufficient and adequate food. [...] it is now a matter of humanitarian and practical urgency to lift unilateral economic sanctions immediately”* (ECONOMIC... , 2020).

Tais apelos se mostram ainda mais relevantes ao observarmos a relação entre o bloqueio e a escassez de água, comida e medicamentos na ilha. A falta de suprimentos médicos e sabão provocada pela política está relacionada a uma série de crises médicas e elevação nos índices de doenças infecciosas, assim como o aumento de doenças neurológicas e cegueira, causadas por má-nutrição (GARFIELD; SANTANA, 1997). Apesar do embargo permitir desde 2000 de jure a exportação de comida e remédios para Cuba, a aplicação de facto ainda restringe a acessibilidade de tais produtos em Cuba (KIRKPATRICK, 1996). Isto se deve a uma miríade de regulações mutáveis e um longo processo de aplicação de licença, com uma extensa lista de requerimentos, desencorajando as empresas (RODRÍGUES, 2020).

Os apelos internacionais não tiveram efeito sobre a política norte-americana. Durante a pandemia, o Banco Internacional de Havana foi colocado em uma lista de bancos sancionados, impactando os preços e a dificuldade de exportação de equipamentos e medicamentos. A capacidade das sanções de afetarem negociações de terceiros com a ilha também pôde ser verificada quando uma remessa de suprimentos enviada pelo bilionário chinês Jack Ma não conseguiu alcançar seu destino, pois a empresa responsável pelo transporte contava com investidores americanos (MELLO, 2020). Similarmente, duas companhias suíças fabricantes de ventiladores mecânicos se recusaram a vendê-los, pelo risco de punições americanas (US... , 2020).

Apesar de todas as dificuldades externas enfrentadas por Cuba, todos os dados indicam o sucesso na realização do controle e do combate da Covid-19, principalmente se compararmos os números da ilha com as estáticas de países caribenhos similares e até de países europeus e sul americanos. Como, afinal, uma pequena nação de 11 milhões de pessoas, com recursos limitados, e sob um regime de sanção, conseguiu se impor como uma potência médica e biotecnológica?

O Sucesso Cubano

Primeiramente, é obrigatório avaliarmos que o combate a Covid-19 na ilha não foi simples nem inequívoco. A economia cubana se encontrava em uma profunda crise no estouro da pandemia, amplificada desde que o embargo americano dificultou o envio de remessas familiares, importantíssimas para a manutenção da economia cubana, utilizando a justificativa de que o estado era patrocinador do “terrorismo”. A nação já sofria com a falta de recursos para seu sistema de saúde, com falta de itens essenciais como analgésicos e antibióticos. Um deles, a

amoxicilina, usada no tratamento de diversas infecções bacterianas, era vendido no mercado ilegal pelo valor de um mês de salário. Em algumas províncias, por conta da escassez de gesso, médicos tratavam ossos quebrados com papelão (AUGUSTIN; MONTERO, 2021).

A eliminação do turismo provocada pela pandemia foi um dos fatores responsáveis pela queda de 10,9% do PIB cubano, a maior recessão desde o Período Especial de 1989. A crise motivou manifestações inéditas, contrárias e favoráveis ao Partido Comunista (MORRIS, 2021). As primeiras comunidades afetadas pelo vírus estavam localizadas em áreas privilegiadas conectadas ao turismo internacional. A propagação do patógeno inicialmente foi facilmente controlada, mas assim que os casos alcançaram os bairros periféricos de Havana, a dificuldade da contenção trouxe à tona a desigualdade econômica presente na sociedade cubana. O sistema de saúde público foi, por diversas vezes, forçado a escolher entre a compra de equipamentos médicos e o desenvolvimento da vacina.

Mesmo diante destas adversidades, Cuba conseguiu alcançar resultados positivos usufruindo dos pontos fortes de seu sistema universal de saúde, dotado de longa experiência no combate à epidemias, aplicando os princípios de prevenção e assistência médica comunitária. Ao aproveitar a grande disponibilidade de médicos (o país tem o maior número de médicos por mil habitantes do mundo, 8,4) (SALAS, 2020) Cuba utilizou o método de monitoramento epidemiológico chamado localmente de pesquisa ativa, desempenhado por milhares de profissionais de saúde, estudantes de medicina e assistentes sociais, que acompanharam a saúde da população, percorrendo as casas de porta em porta, a procura de pacientes sintomáticos, mantendo quarentenando suspeitos em casa ou em centros de isolamento estatais, localizados em escolas e hotéis vazios. Utilizando desta estratégia, a nação conseguiu identificar a cadeia de contágio em 95,4% dos casos.

O país agiu rapidamente e fechou suas fronteiras internacionais em 22 março de 2020, com somente 48 casos confirmados. Escolas, transportes públicos, serviços realizados em locais fechados e atividades não essenciais foram suspensas. Checkpoints interprovinciais realizaram proibições de mobilidade, identificação de casos e desinfecção de veículos. O governo também subsidiou e disponibilizou produtos de limpeza, como água sanitária - normalmente escassos na ilha (AGUILAR, 2020).

O histórico provocado pela necessidade da soberania cubana, em especial no setor da saúde, explica a rapidez cubana em desenvolver suas vacinas. Desde a década de 60, o país conta com um robusto programa de vacinação. Nos anos 80, época em que a União Soviética já passava por um nítido claro processo de desintegração, a proposta de Fidel Castro de investir bilhões de dólares em institutos de biotecnologia era intrigante: porque gastar recursos preciosos em um setor que só daria frutos décadas depois? Hoje, esta decisão salva a vida de milhares de cubanos. Atualmente, Cuba produz nacionalmente 8 das 12 vacinas

de seu programa anual de vacinação, além de exportar centenas de milhões de vacinas para mais de 40 países (ESCOBEDO, 2019). Como grande parte dos países latino-americanos, a nação sabia que encontraria dificuldades em adquirir as vacinas pelas vias do mercado internacional, e rapidamente começou sua produção, em março de 2020. Em 12 de maio de 2021, começou a vacinar sua população. Os resultados são expressivos: 751 mortes de Covid-19 por milhão de pessoas (o Brasil, por exemplo, alcançou a marca de 3.081) (RITCHIE, 2022).

As vacinas cubanas que, segundo oficiais médicos da ilha, oferecem até 90% de proteção após a terceira dose, utilizam a tecnologia subunit, que ao contrário das vacinas mRNA, não precisam de refrigeração para serem conservadas. A tecnologia subunit tem um longo histórico de uso, como por exemplo, na vacina contra a hepatite B - fator especialmente relevante no caso da vacinação infantil. Estas especificidades despertaram o interesse de diversos países, e Cuba exportou vacinas e tecnologia para produção das mesmas para a Argentina, Bolívia, Irã, México, Nicarágua, Síria, Venezuela e Vietnã. Em 2022, Cuba entrou em um acordo com o Instituto Pasteur, do Irã, que já começou a produzir a vacina Soberana. Outras negociações estão em andamento, e deverão ser concretizadas futuramente, principalmente nos países do Sul Global (TAYLOR, 2021). Em março de 2022, porém, Cuba ainda aguarda a aprovação de suas vacinas pela OMS.

O combate coletivo

De acordo com dados de maio de 2022, mais de 87% da população cubana já completou o esquema de vacinação (RITCHIE, 2022). A vacinação infantil a partir dos 2 anos de idade começou em setembro de 2021, muito antes da maioria dos países, o que permitiu que praticamente todas as crianças fossem totalmente vacinadas. Agora, está na segunda fase de testes clínicos da vacinação em bebês abaixo dos dois anos. Tendo em vista estes dados, é natural concluir que a penetração dos discursos antivacina ocidentais é ínfima, ainda mais se considerarmos que a vacinação contra a Covid-19 não é obrigatória.

Como citado anteriormente, devido ao robusto sistema vacinal de Cuba, e a empírica demonstração de sua eficiência em combater as mais diversas doenças, a população certamente está acostumada a se vacinar. Mas, neste caso, o mesmo pode ser dito de países europeus e dos Estados Unidos, onde teorias da conspiração e discussões acerca da liberdade individual de escolher não se vacinar são os maiores obstáculos na imunização da população.

Na ilha, porém, os cientistas são tratados como heróis nacionais, protagonistas em campanhas publicitárias e músicas populares. O próprio nome de uma das vacinas, Soberana, invoca a saúde pública como uma conquista nacional. Tais medidas têm como meta evitar a fuga de cérebros dos especialistas, devido aos baixos salários

e condições precárias de trabalho (MARSH, 2022). Ainda assim, produzem a legitimação do discurso médico e científico. A efetividade necessária da ilha em estabelecer protocolos de mitigação de desastres, devido à alta incidência de furacões e epidemias de doenças tropicais, desenvolveu uma cultura de cooperação e confiança da população em situações de crise.

A política coletivista de Cuba também explica as altas taxas de vacinação. Em uma pesquisa sobre as notícias falsas estrangeiras sobre a vacinação, que eventualmente chegam no país por meio das redes sociais, os relatos dos cidadãos entrevistados são esclarecedores: “Na situação em que esta pandemia colocou o mundo, não há espaço para não se vacinar, é muito egoísta”. Outro adiciona: “A liberdade de cada pessoa não pode interferir na liberdade dos outros” (HOSEK,2022).

Durante a pandemia, Cuba enviou mais de 3.800 profissionais para 39 países. Em um dos exemplos mais emblemáticos de cooperação e solidariedade internacional, a nação foi uma das primeiras a fornecer assistência médica à Itália, no começo da pandemia, quando, em 21 de março de 2020, uma brigada de 52 profissionais da saúde cubanos chegou à cidade de Crema, na região da Lombardia. Em uma entrevista ao World Healthcare Journal, a prefeita da cidade comentou: “*Their sense of humanity left us overwhelmed [...], the relationship between doctors and their patients is much closer*” (MORO,2021)

Talvez o maior ensinamento que podemos apreender da experiência cubana esteja inserido nas palavras do Dr. Mitchell Valdés-Sosa, um neurologista nascido em Chicago, membro da força tarefa cubana, após ser questionado acerca de suas condições salariais: “*We do have offers, but we prefer to stay because we feel a commitment to the development of our country. We’re not working to make some chief executive obscenely rich; we’re working to make people healthier*” (AUGUSTIN,2021). Após um extenso período de pandemia e lockdown, e a prospecção de similares situações no futuro, é primordial aprendermos com uma nação que não confundiu atomização social com liberdade individual, demonstrando que a liberdade não é oposta à coletividade social, mas somente pode ser alcançada e realizada por meio da mesma. Afinal, o que é liberdade para um cadáver?

Referências

AGUILAR, T. Mobilizing Primary Health Care: Cuba's Powerful Weapon against Covid-19. *MEDICC Review*, 2020. Disponível em: <https://mediccreview.org/mobilizing-primary-health-care-cubas-powerful-weapon-against-Covid-19/>. Acesso em: 23 mar 2022

AUGUSTIN, E. Cuba punches above its weight to develop its own Covid vaccines. **The Guardian**, 2021. Disponível em: <https://12ft.io/proxy?q=https://www.theguardian.com/world/2021/may/04/cuba-covid-vaccines>. Acesso em: 23 mar. 2022.

AUGUSTIN, E; MONTERO, D. Cuba's health system buckles under strain of overwhelming Covid surge. **The Guardian**, 2021. Disponível em: <https://12ft.io/proxy?q=https://www.theguardian.com/world/2021/aug/22/cuba-coronavirus-vaccines-health-system>. Acesso em: 23 mar 2022

ECONOMIC sanctions should be lifted to prevent hunger crises in countries hit by Covid-19. **UN NEWS**; 2020. Disponível em: <https://news.un.org/en/story/2020/03/1060742>. Acesso em: 23 mar. 2022.

DOXEY, M. Economic Sanctions and International Enforcement, 2nd ed. **Oxford University Press**, 1980.

ESCOBEDO, A. Cuba: Solidarity, Ebola and Covid-19. **BMJ Public Health Emergency Collection**; 2019. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC8136810/>. Acesso em: 23 mar. 2022

GARFIELD, R; SANTANA S. The impact of the economic crisis and the US embargo on health in Cuba. **Am J Public Health**; 1997. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC1380757/>. Acesso em: 23 mar. 2022

GUTERRES, A. Remarks at G-20 Virtual Summit on the Covid-19 Pandemic. **UN Headquarters**; 2020. Disponível em: <https://www.un.org/sg/en/content/sg/speeches/2020-03-26/remarks-g-20-virtual-summit-Covid-19-pandemic>. Acesso em: 23 mar. 2022

HOSEK, J. Big Pharma vs. Little Cuba: Why Cubans trust vaccines and how they're helping vaccinate the world. **The Conversation**; 2022. Disponível em: <https://theconversation.com/big-pharma-vs-little-cuba-why-cubans-trust-vaccines-and-how-theyre-helping-vaccinate-the-world-178119>. Acesso em: 23 mar. 2022

KENNEDY, R. Unblocking long-suffering Cuba. **Aljazeera**; 2015. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/features/2015/6/17/el-bloqueo-55-years-of->

[obstructing-the-cuban-people](#). Acesso em: 23 mar. 2022.

KIRKPATRICK, A. Role of the USA in shortage of food and medicine in Cuba. **The Lancet**; 1996 Disponível em: [https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(96\)07376-X/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(96)07376-X/fulltext). Acesso em: 23 mar 2022

MARSCH, S. Cuba leads race for Latin American coronavirus vaccine. **Reuters**; 2020 Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-health-coronavirus-vaccine-cuba-focus/cuba-leads-race-for-latin-american-coronavirus-vaccine-idUSKBN27S10X>. Acesso em: 23 mar 2022

MELLO, M. Bloqueio dos Estados Unidos impede entrada de ajuda humanitária em Cuba. **Brasil de Fato**, 2020 Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/04/01/bloqueio-dos-estados-unidos-impede-entrada-de-ajuda-humanitaria-em-cuba>. Acesso em: 23 mar 2022

MORO, M. How Cuban doctors helped a small city in Italy tackle Covid-19. **Public Policy Projects**, 2021. Disponível em: <https://publicpolicyprojects.com/newsdit-article/983e78ab9c022670401656e797ad1856/how-cuban-doctors-helped-a-small-city-in-italy-tackle-Covid-19/>. Acesso em: 23 mar 2022

MORRIS, E. Cuba's mass protests are driven by the misery of COVID and economic sanctions. **The Conversation**, 2021. Disponível em: <https://theconversation.com/cubas-mass-protests-are-driven-by-the-misery-of-covid-and-economic-sanctions-164505>. Acesso em: 23 mar 2022

RITCHIE.H. "Coronavirus Pandemic (Covid-19)" **Ourworldindata.org**, 2022. Disponível em: <https://ourworldindata.org/coronavirus>. Acesso em: 23 mar 2022

RODRÍGUEZ, R. U.S. Economic Sanctions on Cuba in the context of the Pandemic Covid-19. **Ethics and International Affairs**, 2020. Disponível em: <https://www.ethicsandinternationalaffairs.org/2020/u-s-economic-sanctions-on-cuba-in-the-context-of-the-pandemic-Covid-19>. Acesso em: 23 mar 2022

SALAS, D. COVID pandemic: updates from Cuba **Dialectical Anthropology**, 2020. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10624-020-09607-0>. Acesso em: 23 mar 2022

TAYLOR, L. Why Cuba developed its own covid vaccine—and what happened next. **bmj**, 2021. Disponível em: <https://www.bmj.com/content/374/bmj.n1912.long>. Acesso em: 23 mar 2022

US blockade of Cuba condemned as medical aid blocked for a second time. **Morning Star**, 2020 Disponível em: <https://morningstaronline.co.uk/article/w/us-blockade-cuba-medical-aid-blocked-second-time>. Acesso em: 23 mar 2022

Taxação de riqueza: alternativas para um mundo pós-pandêmico?

por **Ana Luiza Flores**

Apesar do abandono da maioria dos impostos sobre fortunas em países europeus, muitos deles ressurgiram com essa temática para combater a crise da pandemia de Covid-19. No Reino Unido, estudos da London School of Economics (LSE) da comissão Wealth Tax Commission, sugerem a cobrança do imposto de recuperação da Covid-19 por cinco anos, 5% sobre o patrimônio líquido pessoal acima de 500 mil £ (MAIORIA...,2021). Já na Bélgica há a proposta do imposto solidário que seria cobrado de quem possuir patrimônio maior que 1 milhão euros (MAIORIA...,2021). Em países em desenvolvimento, essa sugestão também está sendo analisada e também implementada. Na Argentina, por exemplo, esse imposto de taxaço de riquezas para o combate a pandemia foi feita em 2020 em parcela única, (Argentina...,2020). Essa medida previu uma alíquota entre 2,0 a 3,5% quando a fortuna declarada ao Tesouro Nacional ultrapassasse 35 milhões de dólares, cerca de 180 milhões de reais (Argentina...,2020). Na Bolívia, a pandemia foi um catalisador para a criação desse imposto, mas, nesse caso de forma permanente. No caso boliviano, serão tributados, anualmente, cerca de 150 milionários que possuem fortunas a cima de 22 milhões de reais, a porcentagem de cobrança varia entre 1,4% a 2,5% (SUDRÉ, 2020).

A ideia também foi vista como solução por alguns milionários do movimento Patriotic Millionaires, que assinaram a carta Millionaires for Humanity. Nessa carta, mais de 100 bilionários dos Estados Unidos, Canadá, Alemanha, Noruega, Holanda, Austria, Austrália e outros países, pediram para que seus governos cobrem imediatamente, substancialmente e permanentemente os importos sobre os ricos para o governo investir mais em saúde e educação e, assim, reduzir os impactos causados pela Covid-19 (DYNIEWICZ, PEREIRA, 2020). Diante do exposto, é sugerido na presente análise a reflexão sobre as causas da criação desse imposto, a nova função do estado para a recuperação econômica no pós-pandemia, as experiências passadas sobre adoço de desse imposto e sua efetividade.

Aumento das desigualdades econômicas

Depois de dois anos de pandemia do Covid-19 pode ser visto diversos impactos sociais, econômicos, políticos, além dos sanitários (FIOCRUZ, s/d). Apesar de muitos aprendizados do ponto de vista de saúde, como o bom funcionamento de vacinas de mRNA e os hábitos de higiene, há outras lições que devem ser consideradas mais enfaticamente no pós pandemia, como a amenização das desigualdades sociais.

Desde o início da pandemia em março de 2020 há estudos que alertam sobre os efeitos desproporcionais do Covid-19 entre os mais vulneráveis no Brasil e nos EUA (CARVALHO et al, 2020). Segundo as pesquisadoras, já no começo era possível perceber que os bairros de baixa renda estavam sendo muito mais atingidos pela pandemia e era de onde vinham os pacientes com maior índice de severidade da doença (CARVALHO et al, 2020). Além disso, elas pontuaram a relevância de políticas de preservação da renda para que seja feito o isolamento social, como mais tarde foi feito por vários países, inclusive o Brasil (FERNANDES; TOMAZELLI, 2020).

Em 2021, novos relatórios mostravam o aumento da desigualdade de renda global em decorrência da pandemia (LAKNER; GERSZON MAHLER; YONZAN, 2021). Em relatório produzido por pesquisadores do Banco Mundial, a projeção de desigualdade entre os países aumentou durante a pandemia, sendo essa vista pela primeira vez desde 1993 (LAKNER; GERSZON MAHLER; YONZAN, 2021). Outro aspecto revelado nessa mesma pesquisa foi que em média os 40% dos países da base têm uma perda de 2,8 pontos percentuais maior do que a dos 60% mais ricos, mesmo excluindo China e/ou a Índia da amostra global - já que esses países causam distorções nas estatísticas.

Além disso, o Relatório de Desigualdades Globais (2022), mostra dados também interessantes para a temática. Segundo os pesquisadores, em 2021, os 10% mais ricos da população global respondem por 52% da renda global, enquanto a metade mais pobre da população ganha apenas 8% deles (WORLD INEQUALITY REPORT, 2022). Nesse sentido, em média um indivíduo entre os 10% mais ricos da distribuição de renda global ganha US \$122.100 por ano, enquanto um indivíduo da metade mais pobre da distribuição de renda global ganha US \$3.920 por ano (WORLD INEQUALITY REPORT, 2022). Outro estudo do Banco Mundial também apresenta dados que mostram a intensificação das desigualdades durante a pandemia, segundo Sánchez-Páramo et al (2021) os 40% países mais pobres não começaram a recuperar suas perdas de renda, enquanto os 40% mais ricos recuperaram mais de 45% de suas perdas iniciais de renda. Eles adicionam ainda que entre 2019 e 2021, a renda média dos países 40% mais pobres caiu 2,2%, enquanto a renda média dos 40% mais ricos caiu 0,5% (SÁNCHEZ-PÁRAMO et al, 2021).

A desigualdade na distribuição da vacina também colabora e intensifica a recuperação econômica dos países, impactando automaticamente

na distribuição de renda. Segundo as previsões do Painel Global sobre Equidade da Vacina contra Covid-19, iniciativa conjunta do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), da Organização Mundial de Saúde (OMS) e da Escola de Governo Blavatnik da Universidade de Oxford, a desigualdade na distribuição da vacina terá um impacto de longo prazo e profundo para a recuperação social e econômica em países de renda baixa se não houver uma ampla distribuição de vacinas (Desigualdade..., 2021). Outra previsão do painel é que se esses países de baixa renda tivessem taxas de vacinação semelhantes às de países de alta renda, os primeiros poderiam ter adicionado US \$38 bilhões à previsão de seus PIBs em 2021. A desigualdade na distribuição desse imunizante tem várias razões, entre elas o alto preço da dose em relação a outras vacinas disponíveis no mercado, o alto custo de entrega e o aumento da força de trabalho na área de saúde (Desigualdade..., 2021).

Como sugerem os dados anteriores, são os países mais pobres que estão em uma crise mais profunda e duradoura em razão dos efeitos da pandemia. Em consequência, houve um declínio da renda levando ao aumento da pobreza global o que reverte os avanços tidos nas últimas décadas em relação à redução da desigualdade entre os países. Segundo apontamentos do Banco Mundial, existem 97 milhões novas pessoas vivendo com menos de US \$1,90 por dia por causa da pandemia e outras 163 milhões vivem com menos de US \$5,50 (SÁNCHEZ-PÁRAMO et al, 2021). Assim, houve um aumento da taxa de pobreza global de 7,8 para 9,1%.

A quantidade de pessoas com menos renda se concentrou em regiões como África Subsaariana, América Latina e Caribe. Segundo pesquisas telefônicas domiciliares do Banco Mundial, 81% das famílias no Peru e 85% das famílias no Senegal relataram perdas de renda nos primeiros meses da pandemia. Assim, projeta-se uma recuperação econômica nesses países de oito a nove anos, enquanto o progresso nos países de renda média alta foi atrasado em cinco a seis anos (SÁNCHEZ-PÁRAMO et al, 2021). A mesma pesquisa ainda mostra que nas economias em desenvolvimento as famílias mais pobres perderam renda e empregos a taxas mais altas do que as famílias mais ricas (SÁNCHEZ-PÁRAMO et al, 2021). Além desse efeito imediato na renda de famílias de baixa renda, essas consequências também afetarão a mobilidade social no longo prazo, já que aqueles que perderam renda devido à pandemia tiveram quase duas vezes mais chances de gastar ativos ou poupanças, deixando-os menos capazes de lidar com perdas de renda contínuas ou recorrente.

A importância do Estado para a economia em momentos de crise

É nítido o impacto global que a crise sanitária da Covid-19 teve na sociedade. Ela aumentou as desigualdades sócio-econômicas dentro e fora dos países, sendo os países em desenvolvimento os mais impactados

negativamente por seus efeitos, seja pela distribuição de vacinas como também pela própria administração pública desses estados. A presente crise reviveu a teoria de Keynes de investimento estatal na economia para recuperar o crescimento econômico e estabilidade de mercado (WATKINS, 2021). Há diferenças entre a crise de 2008 e a de 2020 principalmente em relação à quantidade monetária distribuída pelo estado, mostrando uma clara ruptura com o princípio de austeridade, ainda que declaradamente temporária, justificada pelas condições extraordinárias da pandemia. A pesquisadora inglesa Susan Watkins (2021) fez uma comparação dos gastos fiscais emergenciais dos Estados Unidos em 2009, após a crise de 2008, e a no primeiro ano da pandemia em 2020. Abaixo encontra os resultados em porcentagem do PIB:

	2009	2020
US	6.5	16.7
UK	1.1	16.3
GERMANY	3.0	11.0
FRANCE	1.2	7.7
ITALY	4.4	6.8
JAPAN	3.4	15.6
CHINA	16.5	4.7

Nesse sentido, houve um grande aumento no gasto estatal durante a crise do Covid-19 nos países G7, com exceção da China que diminuiu, as maiores economias mundiais dobraram ou triplicaram os gastos emergenciais durante a pandemia.

Nos Estados Unidos, quando o mercado de ações começou a cair rapidamente e o mercado de títulos do Tesouro, com cerca de US\$ 14 trilhões, congelou, o Banco Central estadunidense (FED) lançou uma política de flexibilização indefinida para aumentar os ativos de seu balanço de US\$ 3,9 trilhões para US\$ 6,6 trilhões em dezembro de 2020 (WATKINS, 2021). Além disso, o FED iniciou linhas de crédito emergenciais destinadas aos grandes bancos, flexibilizou os requisitos regulatórios e colaborou para o financiamento do Cares Act, que deu suporte para empresas não financeiras (WATKINS, 2021). O Coronavírus Aid, Relief and Economic Security Act, conhecido como Cares Act, foi um programa proposto pelo então presidente estadunidense Donald Trump que se caracterizou pelo maior pacote de medidas econômicas

da história americana prevendo pagamentos diretos aos americanos e expansões no seguro-desemprego (A TIMELINE..., 2021). Já na gestão Biden em 2021, foi aprovado o “American Rescue Plan” com orçamento de 3 trilhões de dólares, distribuídos em 10 anos, para a recuperação da economia americana (PONCIANOS, 2021). O projeto será composto de benefícios para serviços sociais, bem-estar e infraestrutura, além de fundos alocados para reduzir os efeitos das mudanças climáticas.

Já em relação à União Europeia, o Banco Central Europeu (BCE) dedicou 750 bilhões de euros para seu programa de compra de ativos, como também para ampliação da aquisição de dívida empresarial e a redução dos requisitos de garantia para os bancos (WATKINS, 2021). O plano da Comissão Econômica, conhecido como Next Generation, é o maior pacote de medidas de estímulo temporário na União Europeia com o objetivo de reparar os danos econômicos e sociais imediatos provocados pela pandemia, tornando a Europa mais ecológica, digital e resistente às crises.

Dentre os maiores questionamentos desses planos estão a fonte de receita de todo esse recurso, ambos os planos citados cogitam, dentre outras medidas, a redistribuição dos lucros de grandes empresas multinacionais, questão que será discutida no próximo tópico.

Política redistributivas em perspectiva

Muitos estudos têm mostrado que a desigualdade de riqueza é ainda mais importante que a desigualdade de renda (CARVALHO; SOARES, 2021). De acordo com a OCDE (2021) e, como já mostrado anteriormente, a crise sanitária provocada pelo Covid-19, tende a aumentar a disparidade de renda e riqueza. Assim, com objetivo de amenizar essas diferenças, que já existiam, diversos países estão propondo planos de recuperação econômica. Para financiar esses projetos os governos precisarão de mais receita e uma forma compatível com os objetivos de redução de desigualdades e também já posta em prática por alguns países, é a criação de impostos para famílias mais ricas (PERRET, 2021).

A taxação de grandes fortunas que incidia sobre a riqueza líquida individual acontece desde 1990 em cerca de 12 países membros OCDE (PERRET, 2021). Embora a sua concepção tenha variado entre países, os impostos sobre a riqueza são cobrados anualmente sobre uma vasta gama de imóveis e bens móveis e dívida líquida. No entanto, a maioria destes impostos sobre a riqueza aumentou muito pouco os rendimentos dos países, menos de 1% do total das receitas fiscais, e, por isso, mais tarde, esses impostos foram revogados (PERRET, 2021).

Uma das principais críticas à revogação de impostos sobre riqueza foi que muitos bens são beneficiados de isenções e reduções, particularmente os ativos de pensões, os bens comerciais, as residências primárias, e

obras de arte, o que aumenta a complexidade e contribuiu para a redução de receitas e progressividade (PERRET, 2021). Além disso, outra crítica feita sobre esse imposto é sua aplicação em rendas relativamente moderadas (PERRET, 2021), como o caso francês que revogou em 2018 o imposto sobre fortunas. Ademais, os custos e a dificuldade para rastrear a riqueza a tornam também menos efetivas, já que na maioria dos países que tiveram altas taxas de riqueza era comum a prática de transferência de ativos ao estrangeiro fugindo das autoridades fiscais (PERRET, 2021).

Nesse sentido, impostos sobre a riqueza são uma forma possível de abordar a desigualdade de riqueza, mas existem outras ferramentas fiscais disponíveis que os países muitas vezes não utilizam em potencial máximo (PERRET, 2021). Em relatório sobre a taxaço de riqueza produzida pelo International Policy Center (2021) é afirmado que priorizar reformas que fortaleçam os impostos já existentes em particular impostos sobre renda de capital pessoal (dividendos, juros e ganhos de capital) e impostos sobre herança e doações são uma alternativa para aumentar a receita e diminuir as diferenças de riqueza. Assim, há espaço significativo, já criados, para melhorar o desenho de impostos para diminuição da desigualdade (PERRET, 2021). Por exemplo, em muitos países, lucros e dividendos de capital são tributados a taxas mais baixas do que a renda do trabalho, mesmo que esse tipo de renda esteja fortemente concentrada no topo da distribuição, o fato de serem tributados com alíquotas mais baixas reduz a carga tributária efetiva sobre as famílias mais ricas (PERRET, 2021).

Além disso, os impostos sobre heranças e doações pode desempenhar um papel importante na redução da desigualdade de riqueza e no aumento da igualdade de oportunidades de acordo com estudos da OCDE (2021b). Contudo, a forma como são desenhados permite, pelo menos em alguns países, que as famílias mais ricas paguem taxas mais baixas do que outras famílias. Sendo a principal razão disso a concentração de certos tipos de ativos em famílias mais ricas que se beneficiam de isenções e benefícios (PERRET, 2021).

Conclusão

Diante do exposto, nota-se uma grande consequência da pandemia: o aumento das desigualdades de renda. Foi apresentado na primeira parte diversos estudos que comprovam o aumento das diferenças sócio-econômicas na pandemia e como as projeções desse período aumentam as desigualdades já existentes. Nesse sentido, diversos países já pensaram na criação de um novo imposto sobre a fortuna para contribuir na recuperação da crise econômica originada pela pandemia.

Apesar de não ser mais utilizado em muitos países da OCDE, a taxação de fortunas, por um período limitado, ganha forças como alternativa para o financiamento dos projetos estatais de investimento econômico. Nesse sentido, a regulamentação estatal é importante para os ajustes legais, tendo em vista a importância do Estado para evitar as grandes perdas econômicas de uma crise. Contudo, mesmo sendo uma alternativa pouco eficaz para combater as desigualdades econômicas já existentes anteriormente, cada país deve encontrar a melhor forma daqueles que têm mais possam contribuir mais com a sociedade. Portanto, não existe uma fórmula pronta para a diminuição de desigualdades socioeconômicas. Uma carga tributária progressiva deve ser combinada com medidas de acesso à educação, tendo em vista que esse é um fator crucial para a melhora da distribuição de renda.

Referências

A TIMELINE Covid-19 Developments in 2020. AJMC, 1 jan 2021. Disponível em: <https://www.ajmc.com/view/a-timeline-of-covid19-developments-in-2020>. Acesso em: 23 mar 2022.

CARVALHO, Pedro Humberto Bruno de; SOARES, Fábio Veras. **Wealth tax: perspectives in a post-pandemic world**. International Policy Center for Inclusive Growth. Policy In Focus n° 49; ISSN: 2318-8995. 09 dez de 2021. Disponível em: https://ipcig.org/publication/30978?language_content_entity=en.

DYNIEEWICZ, Luciana; PEREIRA, Renée. Covid levanta debate sobre impostos e OCDE sugere que ricos sejam mais tributados. O Estado de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/infograficos/economia,covid-levanta-debate-sobre-impostos-e-ocde-sugere-que-ricos-sejam-mais-tributados,1136245>. Acesso em: 29 abr 2022.

IMPACTOS sociais, econômicos, culturais e políticos da pandemia. FioCruz. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/impactos-sociais-economicos-culturais-e-politicos-da-pandemia>. Acesso em: 22 mar 2022.

FERNANDES, Adriana; TOMAZELLI, Indiana. Ao menos 45 países já adotaram medidas para conter impactos da Covid-19 em emprego e renda. O Estado de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,ao-menos-45-paises-ja-adotaram-medidas-para-conter-impactos-da-Covid-19-em-emprego-e-renda,70003244688>. Acesso em: 22 mar 2020.

LAKNER, Christoph; GERSZON MAHLER, Daniel e YONZA, Nishant. **Is Covid-19 increasing global inequality?**. World Bank Blogs, 7 out 2021. Disponível em: <https://blogs.worldbank.org/opendata/Covid-19-increasing-global-inequality>. Acesso em: 22 mar 2022.

MAIORIA dos europeus abandonou tributo sobre fortuna, Folha de São Paulo, São Paulo, jan 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/01/maioria-dos-europeus-abandonou-tributo-sobre-fortuna.shtml>. Acesso em: 25 mar 2022.

PERRET, Sarah. **Wealth taxes: Past experiences and future role?**. Em Wealth tax: perspectives in a post-pandemic world. Policy In Focus n° 49; ISSN: 2318-8995. 09 dez de 2021. Disponível em: https://ipcig.org/publication/30978?language_content_entity=en. Acesso em: 23 mar 2022.

PIRES, Luiza Nassif; CARVALHO, Laura; XAVIER, Laura de Lima. **Covid-19 e desigualdade: a distribuição dos fatores de risco no Brasil**. Centro

Brasileiro de Estudos de Saúde. 06 abr. 2020. Disponível em: <http://cebes.org.br/2020/04/Covid-19-e-desigualdade-no-brasil/>. Acesso em: 21 mar 2022

PONCIANO, Jonathan. Plano de US\$ 3 trilhões para recuperação da economia de Biden será dividido em duas propostas. **Forbes Brasil**. 30 mar 2021. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbes-money/2021/03/plano-us-3-trilhoes-para-recuperacao-da-economia-de-biden-sera-dividido-em-duas-propostas/>. Acesso em: 22 mar 2022.

SÁNCHEZ-PÁRAMO, Carolina; HILL, Ruth; GERSZON MAHLER, Daniel; NARAYAN Ambar e YONZA, Nishant. **Covid-19 leaves a legacy of rising poverty and widening inequality**. WorLD Bank Blogs, 7 out 2021. Disponível em: <https://blogs.worldbank.org/developmenttalk/Covid-19-leaves-legacy-rising-poverty-and-widening-inequality>. Acesso em: 22 mar 2022.

SUDRÉ, Lu. Bolívia: Luis Arce cria imposto sobre grandes fortunas. Brasil de Fato. São Paulo. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/12/29/bolivia-luis-arce-cria-imposto-sobre-grandes-fortunas>. Acesso em: 29 abr 2022.

OECD. 2021a. **OECD Employment Outlook 2021: Navigating the Covid-19 Crisis and Recovery**. Paris: OECD Publishing. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/5a700c4b-en> . Acesso em: 21 de março 2022.

OECD. 2021b. Inheritance Taxation in OECD Countries. **OECD Tax Policy Studies**, No. 28. Paris: OECD Publishing. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/e2879a7d-en>. Acesso em: 23 de março 2022.

WATKINS, Susan. Paradigm shifts. **New Left Review**, n. 128. Londres Março–Abril, 2021. 1-24p.

WORLD INEQUALITY REPORT 2022. PIKETTY, Thomas; SAEZ, Emmanuel e ZUEMAN, Gabriel. Disponível em: https://wir2022.wid.world/www-site/uploads/2022/01/Summary_WorldInequalityReport2022_English.pdf . Acesso em: 22 mar 2022.

O multilateralismo no combate à Covid-19: perspectivas para o fim da pandemia

por **Ana Beatriz Zanuni**

Com a descoberta de um vírus altamente contagioso e a declaração de estado pandêmico pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 11 de março de 2020, a necessidade de cooperação para a resolução de um problema de nível global foi reconhecida por organizações e pela comunidade internacional. No âmbito das Nações Unidas, foram elaboradas propostas e recomendações de ações conjuntas para o combate à SARS-CoV-2. Entretanto, ao mesmo tempo, movimentações nacionalistas e negacionistas ao redor do mundo foram observadas. Como resultado deste tipo de posicionamento, a sociedade global perdeu mais de seis milhões de pessoas devido à doença (WHO, 2022) e entrou em seu terceiro ano de pandemia, mesmo após maior conhecimento acerca do vírus e do desenvolvimento e produção de vacinas contra a Covid-19.

Nesse cenário, a presente análise busca entender o panorama do multilateralismo e cooperação internacional em torno da pandemia ao longo dos últimos dois anos e, a partir disso, como contribuíram (ou não) para a recuperação global. Com isso, também visa-se analisar perspectivas para o fim da pandemia e qual deveria ser o papel do multilateralismo na etapa atual de combate ao coronavírus.

O reconhecimento da necessidade do multilateralismo no combate à Covid-19

O início da pandemia trouxe impactos econômicos, sociais e políticos imediatos para todo o mundo. Economicamente, a Covid-19 evidenciou as principais vulnerabilidades do sistema econômico e produtivo, e expôs a gravidade das desigualdades socioeconômicas, tanto em nível internacional quanto nos cenários domésticos de cada país. Nesse cenário, enquanto Estados trabalhavam para construir medidas

voltadas ao combate ao vírus e para lidar com as consequências da propagação da doença, foi possível observar tendências nacionalistas (que já cresciam há alguns anos ao redor do mundo) com a adoção de restrições de exportação de produtos de uso essencial na proteção contra o vírus, e acusações de cunho político entre países, por exemplo (DERVIŞ; STRAUSS, 2021).

Ao mesmo tempo, devido a sua natureza altamente contagiosa e sem se incomodar com fronteiras, a propagação do SARS-CoV-2 reforçava a necessidade de ações multilaterais, com a tomada de medidas conjuntas e coordenadas para seu combate. As iniciativas de cooperação entre os países deveriam ocorrer desde a adoção de medidas alinhadas e adequadas para a restrição da mobilidade social até o compartilhamento de tecnologias e equipamentos médicos voltados ao tratamento imediato e, concomitantemente, para o desenvolvimento de vacinas contra a doença, como foi apontado por autoridades sanitárias e organizações internacionais.

Nesse contexto, e principalmente após os primeiros meses de avanço da pandemia, estudos começaram a indicar a necessidade de cooperação internacional, junto à apresentação de propostas de ações estratégicas que poderiam gerar impactos positivos no combate ao vírus. Por exemplo, os analistas do Eurasia Group (2020) — uma entidade privada de consultoria e pesquisa de risco político —, atendendo à Bill & Melinda Gates Foundation, publicaram um relatório em novembro de 2020 que, além de pontuar a necessidade de uma abordagem global, incentiva a adoção dos países ao “Access to Covid-19 Tools Accelerator (Act-A) program”, como uma solução para acabar com a pandemia.

De acordo com o Eurasia Group (2020), o programa, que contava com propostas para acesso a testes, tratamentos e vacinas, apenas poderia ter sucesso com uma forte liderança global e cooperação internacional. Além disso, necessitava de um fundo de investimentos bilionário, que deveria ser financiado pelas grandes e mais avançadas economias (como Estados Unidos, Alemanha, Japão, Reino Unido e França) para equilibrar os níveis de desigualdade dos países e ainda ser capaz de proporcionar uma distribuição equitativa das soluções médicas. Dessa maneira, a mesma avaliação acerca do projeto pode ser aplicada a outras oportunidades e possibilidades encontradas pelos líderes mundiais ao longo da pandemia, em diferentes círculos de debates multilaterais, como a iniciativa de distribuição de vacinas Covax Facility, liderada pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

Entretanto, na prática, apesar de certa adesão e de esforços de programas como o Act-A, a pandemia é marcada pela falta de cooperação internacional e preparo em lidar com uma crise global. As ações desordenadas adotadas por cada país apenas marcam um cenário em que multilateralismo está em baixa, deixando o espaço para maior populismo nacionalista, que já se refletia nas medidas voltadas ao comércio internacional e ao combate as mudanças climáticas (EURASIA GROUP, 2020). Como um exemplo da falta de articulação

entre os países, em fevereiro de 2021, após o desenvolvimento de vacinas e o início das campanhas de vacinação ao redor do mundo, o Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres, pontou distribuição desigual dos imunizantes e a ressaltou a necessidade de um esforço global para vacinar a população de todos os países o quanto antes. De acordo com Guterres, naquele momento, apenas 10 países eram responsáveis pela administração de 75% da vacinação e 130 países ainda não haviam recebido doses da vacina (WILDLY..., 2021).

Dentro desse cenário, todavia, ainda cabe mencionar que foram vacinas como Sinovac (China) e Sputnik V (Rússia) que possibilitaram a aquisição por parte de países em desenvolvimento na Ásia, América Latina e África, devido ao preço e acessibilidade. Além disso, a China fez doações de vacinas a mais de 50 países em desenvolvimento e seu líder, Xi Jinping, afirmou que o país pretende fornecer mais de bilhão de doses para o continente africano em 2022, sendo a maior parte em forma de doação. Nesse sentido, o posicionamento do Ministro das Relações Exteriores da China, Wang Yi, também se colocou contra o “nacionalismo da vacina” e a favor de uma distribuição justa e equitativa (FRENCH, 2021; GRGIC, 2021; WILDLY..., 2021).

Enquanto isso, União Europeia (UE) e Estados Unidos demonstraram menos liderança e interesse em solucionar o problema a nível global. Por exemplo, os Estados Unidos, o maior fabricante de vacinas do mundo, forneceu 80 milhões de doses ao continente africano, que possui aproximadamente 1,4 bilhões de habitantes. Como resultado de ações deste tipo, o número de pessoas de países desenvolvidos que foram totalmente imunizadas (duas doses da vacina) chegou a ser quase o dobro do número de parcialmente vacinados (apenas uma dose) em países de baixa renda (FRENCH, 2021; GRGIC, 2021; WILDLY..., 2021).

Assim, percebe-se que o foco na competição entre as taxas de vacinação foi maior do que o nível de solidariedade no momento da distribuição dos imunizantes para uma proteção equilibrada e equitativa entre os países. Com isso, enquanto países com mais acesso aos imunizantes elaboram estratégias para aumentar o engajamento de suas populações na vacinação, mantêm também grandes estoques de doses, sem compartilhá-los com países em posição bem mais desfavorável, que acabam distantes da ponta da cadeia de distribuição, apesar das advertências da OMS. Nesse cenário, permitiu-se que o vírus ainda tivesse um grande número de hospedeiros disponíveis e pudesse sofrer mutações mesmo após a vacinação de certos grupos, possibilitando o surgimento de variantes que ultrapassem a proteção das vacinas (FRENCH, 2021; GRGIC, 2021).

Por fim, vale mencionar que o maior destaque do multilateralismo em tempos de pandemia é o Covid-19 Vaccines Global Access (COVAX), liderado pela OMS, em parceria com as entidades filantrópicas GAVI Alliance e Coalition for Epidemic Preparedness Innovations (CEPI). O programa — que utiliza da base construída pelo Act-A na criação de um fundo coletivo internacional para possibilitar a distribuição gratuita dos

imunizantes para países pobres — conseguiu alcançar a marca de um bilhão de doses fornecidas e objetiva aumentar a distribuição em 2022. Entretanto, mesmo dentro da iniciativa, alguns países, como o Marrocos, ainda aguardam por um grande volume de doses, enquanto Colômbia e Filipinas, por exemplo, estão em posição mais confortável em relação a parcela de seus lotes de vacina que já foi despachada (BUCHHOLZ, 2022).

Perspectivas para o fim da pandemia

Ao considerar perspectivas para o próximo ano de pandemia e, possivelmente, seu fim, também deve-se levar em conta que a crise do multilateralismo é um problema pré-pandêmico — inclusive com crescentes indicadores para a necessidade de reforma das principais entidades multilaterais, como a ONU e a Organização Mundial do Comércio (OMC) —, que apenas se tornou mais evidente durante a crise global. Com isso, há uma tendência pela substituição de acordos multilaterais por bilaterais ou entre países com interesses semelhantes ou geograficamente próximos (DERVIŞ; STRAUSS, 2021). Nesse sentido, o crescente descompasso na governança global, além da desestabilização da ordem mundial, contribui para uma visão mais negativa em termos de expectativas de melhores cooperações internacionais em busca de finalmente deixar o coronavírus sob controle.

De acordo com previsões da empresa de consultoria McKinsey & Company, o cenário para o fim da pandemia é mais favorável enquanto não surgirem novas variantes capazes de se tornarem as dominantes e que, assim, poderiam gerar um contexto de maior contaminação, além do risco de superarem as vacinas atuais. Entretanto, ainda há possíveis problemáticas desconhecidas, como a duração da imunidade promovida pela vacina, por mais que evidências indiquem que três doses de vacina podem fornecer proteção a médio prazo contra a variante Ômicron (CHARUMILIND et al., 2022).

Aqui, também cabe considerar que a terceira dose não tem o mesmo nível de apelo pelas populações, que podem se considerar protegidas apenas com as duas primeiras aplicações e se absterem da seguinte. Além disso, com uma crescente no debate sobre o aumento do número de doses necessárias para manter a imunização a longo prazo, também surgiu uma onda de desconfiança na eficácia das vacinas. Ao mesmo tempo, também cresce o número de pessoas que consideram que os riscos já não são altos o suficiente para adotar mudanças de comportamento contra o vírus. O mesmo vale para alguns governos, que não consideram que custos de lockdowns e restrições superam seus benefícios, apesar de outras gestões ainda se manterem mais cautelosas (CHARUMILIND et al., 2022).

Portanto, apesar do cenário mais controlado da pandemia, considerando o contexto de discussão sobre a aplicação de cada vez mais doses e, caso surjam variantes mais mutadas — ou até mesmo novos vírus com

6 Um exemplo mais imediato é de vacinas modificadas para combater melhor a variante Ômicron, que podem estar disponíveis em breve (CHARUMILIND et al., 2022).

potencial pandêmico —, de demanda por desenvolvimento de novas vacinas⁶, a necessidade de cooperação para o combate à pandemia ainda é existente, mesmo que em estado mais latente. Além disso, com o desenvolvimento de medicamentos terapêuticos de uso oral, como o paxlovid e molnupiravir, o número de casos e falecimentos pode decrescer (CHARUMILIND et al., 2022). Porém, o estado de vulnerabilidade de diversos países e a dificuldade de acesso se mantêm, então, ações multilaterais para o fornecimento dos produtos ainda continuarão a ser fundamentais.

Referências

BUCHHOLZ, K. Which Countries Are Still Waiting for COVAX Doses?. **Statista**, 18 jan. 2022. Disponível em: <https://www.statista.com/chart/24520/Covid-19-vaccines-delivered-under-covax/>. Acesso em: 20 mar. 2022.

CHARUMILIND S. et al. When will the Covid-19 pandemic end?. **McKinsey & Company**, 1 mar. 2022. Disponível em: <https://www.mckinsey.com/industries/healthcare-systems-and-services/our-insights/when-will-the-Covid-19-pandemic-end>. Acesso em: 13 mar. 2022.

DERVIŞ, K.; STRAUSS, S. Global governance after Covid-19: Survey report. **Brookings**, 9 ago. 2021. Disponível em: <https://www.brookings.edu/research/global-governance-after-Covid-19/>. Acesso em: 13 mar. 2022.

EURASIA GROUP. **Ending the Covid-19 Pandemic: The Need for a Global Approach**. New York, 25 nov. 2020. Disponível em: https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/act-accelerator/2020-summary-analysis-of-ten-donor-countries-11_26_2020-v2.pdf. Acesso em: 13 mar. 2022.

FRENCH, H. W. Only a Truly Global Vaccination Campaign Will End the Pandemic. **World Politics Review**, 1 dez. 2022. Disponível em: <https://www.worldpoliticsreview.com/articles/30156/vaccine-nationalism-is-prolonging-the-coronavirus-pandemic>. Acesso em: 13 mar. 2022.

GRGIC, G. The international politics of the pandemic. **Asia & the Pacific Policy Society**, 1 abr. 2021. Disponível em: <https://www.policyforum.net/the-international-politics-of-the-pandemic/>. Acesso em: 13 mar. 2022.

SANTOS, M. T. O que é a Iniciativa Covax contra a Covid-19 e como ela funciona. **Veja Saúde**, 5 mar, 2021. Disponível em: <https://saude.abril.com.br/medicina/o-que-e-a-iniciativa-covax-contra-a-Covid-19-e-como-ela-funciona/>. Acesso em: 23 mar. 2022.

'WILDLY unfair': UN says 130 countries have not received a single Covid vaccine dose. **The Guardian**, 18 fev. 2021. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2021/feb/18/wildly-unfair-un-says-130-countries-have-not-received-a-single-covid-vaccine-dose>. Acesso em: 20 mar. 2022.

WORLD HEALTH ORGANIZATION [WHO]. **WHO Coronavirus (Covid-19) Dashboard**. 21 mar. 2022. Disponível em: <https://covid19.who.int/>. Acesso em: 21 mar. 2022.

Os efeitos da Covid-19 em competições esportivas: o impacto da pandemia nas Olimpíadas de Verão de Tóquio 2020 e seus bastidores

por **Camila Gomes**

As Olimpíadas enquanto um evento político global

É irrefutável que as Olimpíadas são eventos de grande magnitude e que mobilizam milhões de pessoas, desde atletas e suas comissões, a telespectadores em todo o mundo e cidadãos dos locais que sediam suas edições. Assim, as Olimpíadas costumam modificar toda a rotina dos envolvidos nos períodos que as antecedem, e costumam alterar também as dinâmicas de administração dos locais-sede, as relações internacionais e as posições que os governantes assumem durante esse período. É nesse decurso, que os líderes, mobilizados com a visibilidade, prestígio e a chance de alavancar o soft power (LIPSCY; SMITH, 2021) nacional, tendem a direcionar grandes esforços políticos, econômicos e sociais em sua preparação.

Desse modo, as Olimpíadas, instituídas por Pierre de Coubertin – ex-presidente do Comitê Olímpico Internacional e considerado o criador dos Jogos Olímpicos da Era Moderna – para serem um evento esportivo apolítico (FAHMY 2021), na atualidade raramente cumprem o que por ele foi esperado. No século XX, por exemplo, os Jogos foram utilizados por razões políticas diversas, inclusive por meio de boicotes e/ou interrupções, como na edição de Berlim em 1936, quando Adolf Hitler tentou utilizar os Jogos para mostrar a superioridade da raça ariana frente às outras. Edição esta, inclusive, que sofreu boicote de alguns atletas e suas comissões, reunidos na Espanha para uma "edição paralela" do evento, onde afirmavam que seria "o maior espetáculo antifacista já visto" (STOUT, 2021).

Com exceção das edições que deveriam ocorrer em 1916, 1940 e 1944, canceladas em função das Guerras Mundiais, nenhuma outra edição dos Jogos Olímpicos da Era Moderna foi cancelada. Ainda assim, tal qual aconteceu em Berlim em 1936, outras edições também sofreram boicotes significativos como forma de protesto e resposta política, fossem eles para mostrar oposição ao país que sediava a edição em questão, fosse ela contra outra nação a qual possuíam algum conflito naquele momento. Nos Jogos Olímpicos de Melbourne 1956, por exemplo, alguns países europeus, como Espanha e Suíça, não participaram como forma de protesto contra a invasão da então União Soviética à Hungria (VILELLA, 2022). Os Jogos Olímpicos de Verão de 1980, que ocorreram durante a Guerra Fria em Moscou (Rússia), também foram palco de boicotes políticos, quando 66 países, convocados pelos Estados Unidos, se recusaram a participar da competição em protesto à invasão soviética ao Afeganistão em 1979. A edição seguinte, Los Angeles 1984, por sua vez, também recebeu resposta por parte da União Soviética para o boicote realizado em 1980, e contabilizou a ausência de 17 nações soviéticas (VILELLA, 2021).

Com os intensos preparativos para a realização das edições dos Jogos Olímpicos, consideráveis movimentos políticos tendem a acontecer para que a edição tenha êxito e seus desfechos sejam os melhores possíveis. Visando tornar próspera a manutenção/aprimoramento da política interna e externa do país e fazer com que o investimento, a longo prazo, valha a pena, os países buscam se preparar intensamente. Essa preparação, todavia, constantemente encontra obstáculos, sobretudo impostos pela população local, que com frequência realiza protestos nos países-sedes por motivos diversos.

Perpassando por questões de cunho político, como a dos jogos de Pequim 2008 (JACOBS, 2008), econômicos, como os de Londres 2012 (HUNDREDS..., 2012), e sociopolíticos e econômicos, como os que aconteceram na edição Rio 2016 (PHILLIPS; PLATONOW, 2016) e os que já tem acontecido em Paris, que sediará a edição de 2024 (BOURBILLÈRES; GASPARINI; KOEBEL, 2021), os movimentos sociais também tendem a realizar acentuados esforços para dar visibilidade às causas que defendem. Em Tóquio 2020, isso não foi diferente. As manifestações contra a realização desta edição, porém, foram motivadas por dois motivos adicionais que não haviam sido pauta durante os protestos anteriores: a segurança sanitária e a saúde coletiva.

A importância política dos Jogos Olímpicos de Verão de Tóquio 2020

Com o surgimento e a rápida disseminação da Covid-19 em todo o mundo, grande parte das indústrias mundiais dos mais diversos setores sofreram impactos significativos e enfrentaram uma paralisação repentina e, no setor esportivo, não foi diferente (NICOLA et al., 2020, p. 189). A XXXII edição dos Jogos Olímpicos de Verão, sediada em Tóquio,

foi realizada sob um contexto sem precedentes, tendo sido a primeira edição da Era Moderna a ser adiada, e por motivos relacionados à saúde global. Mesmo após intensa pressão para que o evento não ocorresse em 2020, ele não foi cancelado, mas adiado para 2021, pouco mais de um ano após a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarar a Covid-19 como uma pandemia. Em um cenário onde a vacinação para prevenir as formas mais graves da doença ainda avançava lentamente, os jogos aconteceram sob árdios protestos da população local. Motivados, em grande parte, pelo receio de que a realização do evento resultasse em aumentos significativos de casos de Covid-19 no país, os cidadãos reivindicavam seu cancelamento, assim como nas edições de 1916, 1940 e 1944.

Ainda assim, o pedido social não foi acatado, e a preparação para os Jogos seguiu conforme o novo calendário prevista, com início em julho de 2021, coincidindo com um momento em que o Japão enfrentava altas frequências no número de casos confirmados da doença (THE GUARDIAN, 2021). Tóquio entrava, então, em estado de emergência, como uma tentativa de frear a alta nos casos apenas duas semanas antes da abertura das Olimpíadas de 2020 (SIEG; PODER 360, 2021). A decisão do governo japonês de declarar estado de emergência, pouco antes do início dos Jogos, fez com que a presença de público nas arenas, que já vinha sendo contestada, fosse definitivamente suspensa (YAMAMITSU; KAJIMOTO, 2021). Desse modo, os Jogos ocorreram em formato “bolha”, somente com os atletas, comissões, mídia e pessoas envolvidas na organização geral podendo ter acesso às partes internas e à estrutura da Cidade Olímpica.

Para que, mesmo com a possibilidade de aumento de casos e a ausência de público, os Jogos pudessem ocorrer com o maior nível de segurança possível, rigorosos protocolos de segurança aconselhados pela OMS (CHUCHU; MAZIRIRI; RUKUNI, 2021, p. 86) e outros reconhecidos órgãos de saúde foram implementados para conter a transmissão de casos dentro da bolha. Por que, entretanto, mesmo com diversos fatores como os apresentados acima, propiciando o cancelamento da XXXII edição dos jogos, autoridades e entidades envolvidas ainda fizeram tanta questão de que ele acontecesse, indo contra o posicionamento de patrocinadores e da própria população, que clamava por seu cancelamento?

Um dos prováveis fatores que pode explicar essa decisão é o altíssimo capital envolvido na realização e preparação para os Jogos, especialmente pelo país-sede e pelo Comitê Olímpico Internacional (COI). As Olimpíadas, divergente do que desejava Coubertin, não são meramente um espaço onde atletas competem entre si e promovem a paz entre as nações, mas é também uma vitrine mundial para o país-sede. Como tal, influenciam de forma notável as decisões de política interna dos líderes durante esse período. O evento oferece, ainda, a possibilidade de influenciar fortemente a imagem externa que o país tem frente ao restante do mundo, sendo este mais um fator crucial que deve ser considerado quando a possibilidade de cancelamento,

mesmo em momentos excepcionais, surge como uma solução para amenizar outros problemas. Sendo assim, para o Japão, sediar os Jogos Olímpicos pela segunda vez em 2020 era encarado como uma maneira de reafirmar-se perante o mundo como grande potência, especialmente no ramo tecnológico, mostrando também sua resiliência e recuperação após o terremoto e o acidente nuclear de Fukushima em 2011 (KATO, 2021, p. 2) e, por fim, de alcançar alto retorno financeiro com toda a movimentação gerada pelos Jogos Olímpicos.

O efeito das Olimpíadas na economia e na imagem nacional do país-sede

Contando que Tóquio 2020 teria o mesmo sucesso para a imagem do país que Tóquio 1964 teve frente o restante do mundo, quando o evento desassociou a imagem do Japão da Segunda Guerra Mundial e apresentou-o ao mundo como potência democrática (UEHARA; BELINI, 2020, p. 5-6) e econômica em ascensão e que preservava os valores olímpicos de amizade, excelência, respeito e união entre os povos (COB, [2016?], [2019?]), o país investiu fortemente na realização da XXXII edição dos Jogos. Cotado como o mais caro da história (BOYOKOFF e GAFFNEY, 2020; LIES, 2021 apud KATO, 2021, p. 3), os Jogos Olímpicos de Tóquio também tinham o objetivo de, aproveitando a grande visibilidade do evento, alavancar o soft power japonês, sem imaginar que a organização alcançaria muito mais evidência do que o esperado em razão das circunstâncias extraordinárias nas quais foi realizado.

As expectativas iniciais de que houvesse alto retorno financeiro com o fluxo de turismo que Tóquio receberia com o evento inevitavelmente foram frustradas com a proibição de público nos jogos e as restrições de mobilidade impostas em diferentes partes do mundo. Assim, grande parte do valor investido foi perdido, especialmente em infraestrutura nos arredores da cidade olímpica, que não pôde receber visitantes e, por isso, teve a circulação em sua extensão comprometida. Consequentemente, o Japão não conseguiu gerar o retorno monetário esperado a princípio, deixando o país com um altíssimo prejuízo, com perdas estimadas em mais de U\$ 1,3 bilhão apenas por conta da ausência de público (DOOLEY; HIDA; UENO, 2021) durante os dias de evento.

Apesar dessa perda, seria inviável para o Japão cancelar a edição dos Jogos, uma vez que isso resultaria em prejuízos ainda maiores para o país, uma vez que as instalações ficaram inutilizadas e a organização não receberia sequer o capital referente às transmissões das Olimpíadas por canais de comunicação. A intensa pressão realizada pelo COI e por patrocinadores — que investiram mais de U\$ 3 bilhões na preparação (COLON, 2021) — para que o evento ocorresse foi também fator determinante para que a decisão de realizar os Jogos fosse final. Outro motivo para sua manutenção foi o desgaste político, que já era grande com a realização do evento, mas que possivelmente seria ainda maior

com seu cancelamento definitivo, mesmo que isso significasse passar até mesmo por cima de questões sanitárias recomendadas para buscar a contenção da Covid-19.

No que tange à imagem nacional, os Jogos, com a grande visibilidade que recebem, em particular nas Cerimônias de Abertura e nas de Encerramento (NILKANTH, 2022), são muito importantes para impulsionar o soft power do país-sede. Através dos espetáculos grandiosos promovidos e da grande atenção alcançada especialmente nesses dois momentos, o país tem a chance de conquistar público ao redor do mundo, além da simpatia de milhões de pessoas espalhadas pelo globo.

Assim, o Comitê Olímpico Internacional e o governo japonês optaram pela manutenção dos jogos mesmo com os casos de Covid-19 no mundo ainda altos. Dentre as razões para isso estava não perder a grande visibilidade que os Jogos trariam, especialmente pela ideia de “superação e resiliência”, de um país que superava as dificuldades impostas pelo vírus em prol de tudo o que as Olimpíadas representam. Ainda que perdas maiores que as monetárias estivessem em jogo, uma vez que a população foi exposta ao risco de que novas variantes da Covid-19 surgissem e/ou se espalhassem, a edição foi realizada e contou com um fluxo de mais de 11.000 atletas, de 206 diferentes nacionalidades (IOC, 2021).

Conclusões finais

Por fim, é possível dizer que mesmo com as limitações que foram impostas pela pandemia, as Olimpíadas de Verão de Tóquio 2020 alcançaram, ao menos em parte, seu objetivo inicial. Com mais de 3 bilhões de telespectadores simultâneos e mais de 28 bilhões de visualizações em plataformas digitais (IOC, 2021), o Japão ganhou grande visibilidade e consideração pela forma com que conduziu os Jogos durante a pandemia. Além disso, o país também surpreendeu e bateu seu próprio recorde no quadro de medalhas ao conquistar 58 medalhas, sendo 27 delas de ouro (DENYER; LEE, 2021), fazendo com que um sentimento de orgulho nacional se espalhasse pelo Japão e alcançasse também pessoas em diferentes partes do mundo.

Através de diferentes esportes, particularmente o skate, modalidade estreante nas Olimpíadas de Tóquio 2020, o país conseguiu ainda conquistar espaço e admiração graças à performance que atletas da modalidade feminina e masculina tiveram, tendo ganhado 5 medalhas olímpicas, 3 delas de ouro, apenas nesse novo desporto olímpico. Desse modo, o Japão conseguiu partilhar seus costumes, vitórias e conquistas – importantes ferramentas de consolidação de soft power – com o restante do mundo, atraindo mais atenção e afeição para si. Portanto, mesmo com o lucro que não foi ganho e o desgaste político gerado antes da realização do evento, parte do que era almejado pelo Japão ao desejar sediar uma nova edição dos Jogos Olímpicos foi conquistado.

Referências

BOURBILLÈRES, H.; GASPARINI, W.; KOEBEL, M. Local protests against the 2024 Olympic Games in European cities: the cases of the Rome, Hamburg, Budapest and Paris 2024 bids. **Taylor & Francis Online**, [s. l.], 13 ago. 2021. DOI <https://doi.org/10.1080/17430437.2021.1960312>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/citedby/10.1080/17430437.2021.1960312?scroll=top&needAccess=true>. Acesso em: 26 abr. 2022.

CHUCHU, T.; MAZIRIRI, E. T.; RUKUNI, T. F. A Systematic Review of the Impact of Covid-19 on Global Sporting Events in 2020: The Tokyo 2020 Summer Olympics. **GeoSport for Society**, [s. l.], v. 15, p. 82-89, 2021. DOI <https://doi.org/10.30892/gss.1502-072>. Disponível em: http://geosport.uoradea.ro/2021_2/gss.1502-072.pdf. Acesso em: 22 mar. 2022.

COMITÊ OLÍMPICO DO BRASIL [COB]. **O Olimpismo: FILOSOFIA OLÍMPICA DE VIDA**. [S. l.], [2016?]. Disponível em: <https://www.cob.org.br/pt/cob/movimento-olimpico/o-olimpismo>. Acesso em: 22 mar. 2022.

COB. **Transforma**, [2019?]. Disponível em: <https://www.cob.org.br/pt/cob/home/transforma>. Acesso em: 22 mar. 2022.

COLON, L. **Política e dinheiro atropelam bom senso e transformam Tóquio-2020 em 'Olimpíada do medo'**. Folha de São Paulo, 17 jul. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/esporte/2021/07/politica-e-dinheiro-atropelam-bom-senso-e-transformam-toquio-2020-em-olimpiada-do-medo.shtml>. Acesso em: 22 mar. 2022.

DENYER, S.; LEE, M. Y. H. Olympic magic cut through the pandemic gloom, but the Tokyo Games' legacy is complex. **The Washington Post**, 8 ago. 2021. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/sports/olympics/2021/08/08/olympics-tokyo-legacy-pandemic/>. Acesso em: 28 abr. 2022.

DOOLEY, B.; HIDA, H.; UENO, H.. Tokyo Was Promised Glory and Riches. It Got an Olympics in a Bubble. **The New York Times**, 6 ago. 2021. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2021/08/06/business/tokyo-olympics.html>. Acesso em: 22 mar. 2022.

FAHMY, N. The Olympics and International Relations: The Tokyo games illustrated how much the world is inter-connected. How and what can countries learn from the Olympic moment?. **The Cairo Review of Global Affairs**, 20 ago. 2021. Disponível em: <https://www.thecaireview.com/midan/the-olympics-and-international-relations/>. Acesso em: 22 abr. 2022.

HUNDREDS march in Olympics protest in east London. **New York Times**, 28 jul. 2012. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/uk-england-london-19028574>. Acesso em: 22 mar. 2022.

INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE. Olympic Games Tokyo 2020 watched by more than 3 billion people. **International Olympic Committee**, 8 dez. 2021. Disponível em: <https://olympics.com/ioc/news/olympic-games-tokyo-2020-watched-by-more-than-3-billion-people>. Acesso em: 28 abr. 2022.

INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE. Tokyo 2020 Summer Olympics - Athletes, Medals & Results. **International Olympic Committee**, 23 abr. 2018. Disponível em: <https://olympics.com/en/olympic-games/tokyo-2020>. Acesso em: 28 abr. 2022.

JACOBS, A. Olympic Official Calls Protests a 'Crisis'. **The New York Times**, 11 abr. 2008. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2008/04/11/world/asia/11china.html>. Acesso em: 22 mar. 2022.

KATO, T. Opposition in Japan to the Olympics during the Covid-19 pandemic. **Humanities and Social Sciences Communications**, [s. l.], 16 dez. 2021. DOI <https://doi.org/10.1057/s41599-021-01011-5>. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/s41599-021-01011-5#article-info>. Acesso em: 22 mar. 2022.

LIPSCY, P. Y.; SMITH, D. M. Nobody can go to the Tokyo Olympics. So why is the government going ahead with them?. **The Washington Post**, 19 jul. 2021. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/politics/2021/07/19/japans-government-faces-dual-challenge-tokyo-olympics-Covid-19/>. Acesso em: 21 mar. 2022.

NICOLA, M. et al. The socio-economic implications of the coronavirus pandemic (Covid-19): A review. **Elsevier**, [s. l.], p. 185-193, 17 abr. 2020. DOI <https://doi.org/10.1016/j.ijisu.2020.04.018>. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7162753/>. Acesso em: 20 mar. 2022.

NILKANTH, D. Olympics and International Relations: Uncovering an Intertwined Relationship. **The Rise**, 12 fev. 2022. Disponível em: <https://therise.co.in/10341/olympics-and-international-relations-an-intertwined-relationship/>. Acesso em: 28 abr. 2022.

PHILLIPS, D. Thousands join anti-Olympic protest in Rio before Games begin. **The Washington Post**, 5 ago. 2016. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/news/worldviews/wp/2016/08/05/thousands-join-anti-olympic-protest-in-rio-before-games-begin/>. Acesso em: 22 mar. 2022.

PLATONOW, V. Movimentos sociais marcam protestos no Rio na abertura da Olimpíada. **Agência Brasil**, 4 ago. 2016. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/rio-2016/noticia/2016-08/movimentos-sociais-marcam-protestos-no-rio-na-abertura-da-olimpiada>. Acesso em: 22 mar. 2022.

TÓQUIO declara estado de emergência e Olimpíadas não terão público. **Poder 360**, 8 jul. 2021. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/internacional/toquio-declara-estado-de-emergencia-e-olimpiadas-nao-terao-publico/>. Acesso em: 22 mar. 2022.

SIEG, L.. Tóquio inicia estado de emergência na iminência da Olimpíada. **Agência Brasil**, 12 jul. 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/esportes/noticia/2021-07/toquio-inicia-estado-de-emergencia-na-iminencia-da-olimpiada>. Acesso em: 22 mar. 2022.

‘STOP the Olympics’: hundreds protest outside Tokyo 2020 opening ceremony – video. **The Guardian**, 23 jul. 2021. Disponível em: <https://www.theguardian.com/sport/video/2021/jul/23/stop-the-olympics-hundreds-protest-outside-tokyo-2020-opening-ceremony-video>. Acesso em: 22 mar. 2022.

STOUT, J. A brutal história das Olimpíadas Populares de 1936: um boicote ao fascismo e a Hitler. **National Geographic Brasil**, 23 jul. 2021. Disponível em: <https://www.nationalgeographicbrasil.com/historia/2021/07/a-brutal-historia-das-olimpiadas-populares-de-1936-um-boicote-ao-fascismo-e-a-hitler>. Acesso em: 22 abr. 2022.

UEHARA, A.; BELINI, L. S. JOGOS OLÍMPICOS TÓQUIO 2020 E O SOFT POWER E NATION BRANDING DO JAPÃO. **Fundação Japão em São Paulo**, [s. l.], 23 mar. 2020. Disponível em: <https://fjsp.org.br/estudos-japoneses/wp-content/uploads/sites/3/2020/03/texto-alexandre-uehara-lais-santos-v2-1.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2022.

VILELLA, M. A. X. Boicote Olímpico: entenda o conceito e sua história!. **Politize!**, 10 fev. 2022. Disponível em: https://www.politize.com.br/boicote-olimpico/?utm_source=rss&utm_medium=rss&utm_campaign=boicote-olimpico&doing_wp_cron=1651330914.3026940822601318359375. Acesso em: 23 abr. 2022.

YAMAMITSU, E.; KAJIMOTO, T. Olimpíada não terá público após Tóquio declarar estado de emergência. **Agência Brasil**, 8 jul. 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/esportes/noticia/2021-07/olimpiada-nao-tera-publico-apos-toquio-declarar-estado-de-emergencia>. Acesso em: 22 mar. 2022.

Pandemia e desigualdades

por Mariana Nascimento

É fato que a pandemia da Covid-19 afetou a vida de toda a população mundial. Com 490.853.129 casos confirmados e 6.155.344 mortes (OMS, 2022), a vida pós pandemia nunca mais será a mesma para ninguém. Porém, é possível observar que a pandemia não foi sentida por todos de forma igual. Desse modo, essa análise buscará explicar, a partir da interseccionalidade, as desigualdades por meio das taxas de vacinação mundial, dos números de mortes e contaminados por etnia, classe e gênero.

As diferentes taxas de vacinação nos países

Ao observar as taxas de vacinação percebemos que diversos países africanos, por exemplo, apresentavam taxas baixíssimas de imunização. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2022), apenas quatro países, no continente, apresentam mais de 100 vacinas aplicadas a cada 100 habitantes, sendo eles: Botsuana, Marrocos, Ruanda e Tunísia. De 193 países reconhecidos internacionalmente, apenas vinte e dois aplicaram menos de vinte doses a cada cem habitantes, desses países, dezessete ficam na África (OMS, 2022). De acordo com a diretora do Escritório Regional da OMS para África, Matshidiso Moeti, naquele momento, apenas 11% de toda a população estava completamente imunizada em fevereiro de 2022. A Organização das Nações Unidas (ONU) informou que a taxa de vacinação no continente precisaria aumentar em seis vezes para que a meta de 70% de população completamente vacinada fosse atingida.

Já nas Américas, o problema é diferente. De acordo com a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS, 2022), embora a América Latina registre 63% de toda a sua população vacinada, a cobertura é extremamente desigual. Enquanto 14 países apresentam mais de 70% da sua população vacinada, os outros 14 não atingiram sequer 40% de cobertura vacinal. Além disso, a diretora da Organização, Carissa F. Etienne, se mostrou extremamente preocupada com a incerteza da extensão total da desigualdade já que os dados são limitados e não se sabe a real dimensão da vacinação (OPAS, 2022).

Ao comparar essas regiões com a Europa, percebemos uma clara desigualdade nas aplicações das vacinas no mundo, já que apenas 5 países europeus ainda não atingiram a taxa de 100 vacinas a cada 100 pessoas (OUR WORLD IN DATA, 2022). Essa nítida diferença afeta demasiadamente a vida das pessoas, uma vez que o mundo está caminhando rumo a um

“novo normal”, o que depende diretamente das taxas de vacinação. Assim, diversos países que ainda não atingiram taxas significativas de vacinação precisarão continuar com as restrições mais fortes, mas provavelmente enfrentarão dificuldades com a aceitação da população que está observando os outros países em direção contrária.

Contudo, a situação atual não deveria estar acontecendo de nenhuma forma, já que em 1978, na conferência de cuidados primários básicos das Nações Unidas, foi lançada a iniciativa Saúde para todos, cujo objetivo era deter a extrema desigualdade vista entre os países em relação às questões de saúde (MACLEAN; MARKS, 2020).

Os mortos têm cor e classe

De acordo com o relatório Health at a Glance da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2021), os idosos, as minorias étnicas e os mais pobres foram as maiores vítimas da Covid-19 (NEUMAN, 2021). Isso exacerba as disparidades da sociedade, porque, diferentemente dos idosos, a população pertencente às minorias étnicas ou a classes mais pobres não seriam naturalmente classificadas como grupo de risco.

Segundo o advogado e professor Silvio Luiz de Almeida (2018), na concepção institucional o racismo não se trata de atos individuais, mas sim do funcionamento das instituições que atuam sobre uma configuração que confere, mesmo que indiretamente, privilégios e desvantagens com base na raça. Os conflitos raciais compõem as instituições fazendo com que a desigualdade racial seja parte da sociedade.

No Brasil a desigualdade ficou clara ao perceber que embora pessoas brancas constituíssem 52% dos contaminados, enquanto pessoas pretas e pardas representavam 37% dos afetados, ao observar o índice de letalidade, os negros e pardos dispararam, compondo 45% das mortes confirmadas pela Covid-19. (AZEVEDO, M; COLY, S., 2020 apud Ministério da Saúde, 2020)

Investigando os dados, percebe-se que na maioria dos países a situação é a mesma: há maior número de mortes em regiões mais pobres e/ou compostas por minorias. Foi constatado pela OCDE (2021) que os riscos de infecção e maiores efeitos adversos para a saúde foram superiores em zonas carentes em países como Bélgica, Colômbia, Alemanha, Itália e Reino Unido. Na Inglaterra, especificamente durante o período de março e julho de 2020, o número de mortos foi 2.2 vezes maior nessas zonas comparadas às outras menos desfavorecidas.

Ainda, ameaças semelhantes foram enfrentadas pela população com menor renda na Bélgica, Coreia do Sul, Luxemburgo, Holanda e Suécia. Na Bélgica, a mortalidade desses indivíduos chegou a ser duas vezes

maior que a daqueles com maior renda. O maior efeito nas minorias étnicas foi notado no Brasil, Canadá, México, Nova Zelândia, Reino Unido e Estados Unidos. Entre os brasileiros, embora a maioria dos contaminados fossem brancos, o risco de mortalidade para a Covid-19 foi 1.5 maior na população negra (OCDE, 2021). Os imigrantes também foram os que mais deram entrada nos hospitais em diversos países europeus, atingindo até três vezes mais admissões hospitalares na Noruega, de acordo com o mesmo relatório.

Desta forma verifica-se que “...houve um claro gradiente social, com pessoas desfavorecidas, aqueles que vivem em áreas carentes e a maioria das etnias minorias e imigrantes com maior risco de infecção e morte” (NEUMAN, 2021 apud OCDE, 2021).

O impacto nas mulheres

Durante o período pandêmico, a desigualdade de gênero foi agravada. O relatório sobre a disparidade de gênero, feito pelo Fórum Econômico Mundial (FEM) em 2021, observou um retrocesso no caminho da paridade em relação a 2020. Atualmente, a distância média para a paridade é de 68%, 0,6 pontos percentuais abaixo do que o observado no ano anterior (FEM, 2021). Já as projeções da Organização Internacional do Trabalho (AGÊNCIA BRASIL, 2021 apud OIT, 2021), indicam que, durante a pandemia da Covid-19, 5% das mulheres ficaram desempregadas, enquanto 3,9% dos homens perderam seus empregos.

No Brasil, o impacto nas trabalhadoras também foi enorme, já que o país atingiu o menor índice de participação de mulheres no mercado de trabalho em 30 anos (ZANATTA, D'AVILA, apud Jornal Nacional, 2020 apud Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada, 2020). Isso mostra que, em somente 7 meses de pandemia, as evoluções históricas conquistadas pelas mulheres no âmbito do trabalho sofreram retrocesso (ZANATTA, D'AVILA, 2020). Logo, existiam mais mulheres desempregadas do que empregadas nos primeiros meses de pandemia no país. Embora os homens também tenham sido afetados pelo desemprego, a queda na participação masculina no mercado de trabalho foi de 6 pontos percentuais em 2020, comparado a 2019, enquanto a queda da presença feminina foi de 7 pontos quando comparado ao ano anterior, evidenciando o agravamento da disparidade de gênero (ZANATTA, D'AVILA, 2020).

Ademais, a questão de gênero é agravada para aquelas mulheres que ainda estão empregadas na pandemia, já que essas representam 70% dos profissionais da saúde que atuam na linha de frente contra a Covid-19 (OMS, 2021). Além de estarem mais expostas ao vírus em hospitais, as mulheres também são maioria nos trabalhos que abrangem cuidados com idosos, serviços domésticos e outras atividades pouco remuneradas que não podem ser executadas a distância e, portanto, estão mais propensas tanto à dispensa de seus empregos quanto ao contato com o vírus.

Conjuntamente aos problemas relacionados ao trabalho, os índices de violência contra a mulher cresceram exorbitantemente. Segundo o secretário geral da ONU (2021), em certos países o número de ligações para centrais de apoio à mulher chegou a dobrar. O 21º relatório da Confederação Nacional dos Municípios (CNM, 2021) registra um aumento da violência doméstica em 20,3% dos municípios brasileiros. Para mais, faz-se necessário pontuar que o aumento real de casos deve ser muito maior, uma vez que a subnotificação, que já vinha sendo um problema anterior ao período pandêmico, se intensificou, e a conjuntura do isolamento social tornou a denúncia ainda mais difícil em razão da limitação do acesso a meios de comunicação a mulheres e meninas.

O isolamento trouxe ainda um acúmulo de carga para a figura feminina. Em pesquisa com mulheres empreendedoras, a ONU Mulheres constatou a reclamação de que “aumentou” ou “aumentou muito” a carga de tarefas com os filhos e filhas com cerca de 92% das que responderam à pesquisa, outras 85% fizeram a mesma contestação quanto ao aumento da rotina de cuidados com a casa, 74% perceberam um crescimento no afazer de ajudar com as tarefas de casa. Em contraste, 64% alegaram que “diminuiu” ou “diminuiu muito” o tempo que tinham para dedicar ao lazer ou ao autocuidado (ONU Mulheres, 2021).

Conclusão

Por fim, percebe-se que a pandemia da Covid-19 foi devastadora em diferentes níveis, especialmente para grupos minoritários. Para os países que estão atrasados no processo da vacinação, o “novo normal” provavelmente tardará a chegar, propiciando assim uma exposição maior da população a contaminação e, conseqüentemente, aos riscos de morte.

Para além disso, foi constatado que as minorias étnicas e os indivíduos de classes sociais mais baixas foram os que mais sofreram em relação às questões de acesso à serviços de saúde durante a pandemia, tornando-se um grupo de risco graças às disparidades presentes na sociedade. As mulheres sofreram profundamente no mercado de trabalho e dentro de casa, acumulando um número alto de demissões e regredindo no progresso que foi alcançado com o passar dos anos. Ainda, o isolamento social foi devastador no quesito violência contra a mulher, afinal, muitas acabaram confinadas com os próprios agressores e impedidas de denunciar a violência que sofriam.

Os abalos foram e ainda serão enormes, e uma grande parte deles está além do que essa análise é capaz de abordar, porém a partir dessa visão interseccional, é possível desenvolver um estudo mais completo sobre a pandemia, aumentando o escopo dos aprendizados para as Relações Internacionais.

Referências

AGÊNCIA BRASIL. **Mundo perdeu 255 milhões de empregos na pandemia.** Correio do Estado. 21 jan. 2021. Disponível em: <https://www.moneytimes.com.br/mundo-perdeu-255-milhoes-de-empregos-na-pandemia/>. Acesso em: 24 abr. 2022.

ALMEIDA, S. L. **Racismo Estrutural.** 1. ed. São Paulo: Pólen, 2019.

AZEVEDO, M; COLY, S. **Pandemia do coronavírus acentua o racismo estrutural no Brasil.** Carta Capital. 26 jun. 2020. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/opiniao/pandemia-do-coronavirus-acentua-o-racismo-estrutural-no-brasil/>. Acesso em: 24 abr. 2022.

MACLEAN, R; MARKS, S. **10 African Countries Have No Ventilators.** That's Only Part of the Problem. The New York Times. 18 abr. 2020. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2020/04/18/world/africa/africa-coronavirus-ventilators.html>. Acesso em: 03 abr. 2022.

NEUMAN, Camila. **Negros têm 1,5 vezes mais chances de morrer por Covid-19 no Brasil, diz OCDE.** CNN Brasil. 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/negros-tem-15-mais-chance-de-morrer-por-Covid-19-no-brasil-diz-ocde/>. Acesso em: 5 abr. 2022.

OECD; **Health at a Glance 2021:** OECD Indicators, 2021.

OPAS. **Com 14 países que ainda não vacinaram 40% de sua população, Américas continuam sendo região mais desigual do mundo na luta contra Covid-19.** Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/2-2-2022-com-14-paises-que-ainda-nao-vacinaram-40-sua-populacao-americas-continuam-sendo>. Acesso em: 5 abr. 2022.

ONU MULHERES. **ONU Mulheres avalia desafio das mães empreendedoras na pandemia Covid-19 e economia no país.** Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/noticias/onu-mulheres-avalia-desafio-das-maes-empendedoras-na-pandemia-Covid-19-e-economia-no-pais/#:~:text=Al%C3%A9m%20disso%2C%20%E2%80%9Caumentou%E2%80%9D%20ou,tempo%20dedicado%20ao%20lazer%20e>. Acesso em: 5 abr. 2022.

ONU NEWS. **Mulheres são as mais afetadas por pandemia e devem ser ouvidas sobre o futuro.** Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2020/07/1720901>. Acesso em: 5 abr. 2022.

ONU NEWS. **Taxa de vacinação precisa aumentar seis vezes para atingir meta na África.** Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2022/02/1778652>. Acesso em: 5 abr. 2022.

OUR WORLD IN DATA. **Coronavirus (Covid-19) Vaccinations**. Disponível em: <https://ourworldindata.org/covid-vaccinations>. Acesso em: 5 abr. 2022.

UFJF NOTÍCIAS. **Desigualdade de gênero em tempos de pandemia e isolamento**. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/noticias/2020/04/06/desigualdade-de-genero-em-tempos-de-pandemia-e-isolamento/>. Acesso em 03 abr. 2022.

VALENTE, J; RODRIGUES, A. **Violência contra mulheres cresce em 20% das cidades da pandemia**. AGÊNCIA BRASIL. 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2021-08/violencia-contramulheres-cresce-em-20-das-cidades-durante-pandemia>. Acesso em: 03 abr. 2022.

WHO. **WHO Coronavirus (Covid-19) Dashboard**. Disponível em: <https://covid19.who.int/?mapFilter=vaccinations>. Acesso em: 5 abr. 2022.

WORLD ECONOMIC FORUM. **Global Gender Gap Report 2021**. Disponível em: <https://www.weforum.org/reports/ab6795a1-960c-42b2-b3d5-587eccda6023/digest>. Acesso em: 03 abr. 2022.

ZANATTA, Amanda Cereza; D'ÁVILA, F. F. D. S. **AS DIFICULDADES ENFRENTADAS PELA MULHER PARA SE MANTER OU SE REINSERIR NO MERCADO DE TRABALHO NO PÓS-PANDEMIA DA Covid-19**. PUCRS, RS, v. 21, n. 1, out./2020. Disponível em: <https://editora.pucrs.br/edipucrs/acessolivre/anais/serpinf-senpinf/assets/edicoes/2020/arquivos/21.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2022.

Refuge, Covid-19 and Global Health: the struggle of those who were already vulnerable

por **Bruna Maciel**

Travel bans, closing borders and social distancing: although this is what the world looked like for most people for the last two years, 1.4 million people still left their home countries looking for refuge elsewhere in the year 2020 only. According to data from the United Nations High Commissioner for Refugees - UNHCR, by the end of 2020, the amount of refugees worldwide had reached over twenty-six million people.

The measures against Covid-19 have greatly affected human mobility around the world, including humanitarian corridors and refugee rescue operations (KLUGE et al., 2020). Even though there has been a lot of talk about Global Health, the universal right to healthcare and the compromise of leaving no one behind, there hasn't been enough attention directed towards what is one of the most vulnerable groups when talking about health matters and resources to fight Covid-19: refugees.

What is Global Health?

In a straightforward definition, Global Health means “collaborative trans-national research and action for promoting health for all” (BEAGLEHOLE; BONITA, 2010, p. 1). After two years in a pandemic, it is not hard to see why Global Health matters. Even though pandemics have happened in past centuries, there has been a change in perspective regarding healthcare and health rights during the last few decades.

The term “Global Health” has become popular recently, and that is due to changes in the international system as well. The tendencies that come with globalization — increase in speed of travel and communication, interdependence between countries and their economic systems — are forces that are now shaping the health of populations around the world (KOPLAN et al., 2009). The rapid spread of Covid-19 and the global mobilization that took over is good testimony to the changes that are happening, even if many of the border closing measures weren't that effective in containing the dissemination of the virus.

The right to health for all has been assured multiple times in international and internal law (LEGIDO-QUIGLEY et al., 2019), as well as reaffirmed in the United Nations Sustainable Development Goal number 3: ensure healthy lives and promote well-being for all at all ages. Its goal number 3.8 is especially relevant in the debate concerning refugee access to healthcare: “achieve universal health coverage, including financial risk protection, access to quality essential health-care services and access to safe, effective, quality and affordable essential medicines and vaccines for all” (UN, 2015).

However, although nations have reinstated its compromise in the pursuit of universal health coverage for all, this is often not what translates into reality. Many migrant people and refugees still struggle with access to healthcare even when already settled at destination countries. They still face multiple challenges regarding their right to health, wellbeing and healthcare — and it hasn't been different with the spread of Covid-19. What is most alarming is that this situation sometimes includes obstacles imposed by the governments themselves (LEGIDO-QUIGLEY et al., 2019).

What are the issues stopping refugees from getting healthcare?

In an effort to understand the health conditions of refugees worldwide, it's important to first bring up a definition of social determinants of health (SDH). The World Health Organization (WHO) defines social determinants of health as non-medical factors that influence health outcomes. It includes conditions in which people live daily, such as education, housing, income, social protection, work and food (WHO, 202-?).

It's important to state that being a migrant is not in itself a risk to health, but it is the vulnerability associated with forced migration that may aggravate poor health conditions. Matters such as gender, education, work, and violence are social determinants that often leave refugees in quite vulnerable positions. According to data from UNHCR, 48% of child refugees remain out of school; and even before Covid-19, young refugees were around 30 percent less likely to complete primary school, and half as likely to complete lower-secondary school. In addition to that, enrollment rates were always higher for the male gender (STATISTICS..., 2022).

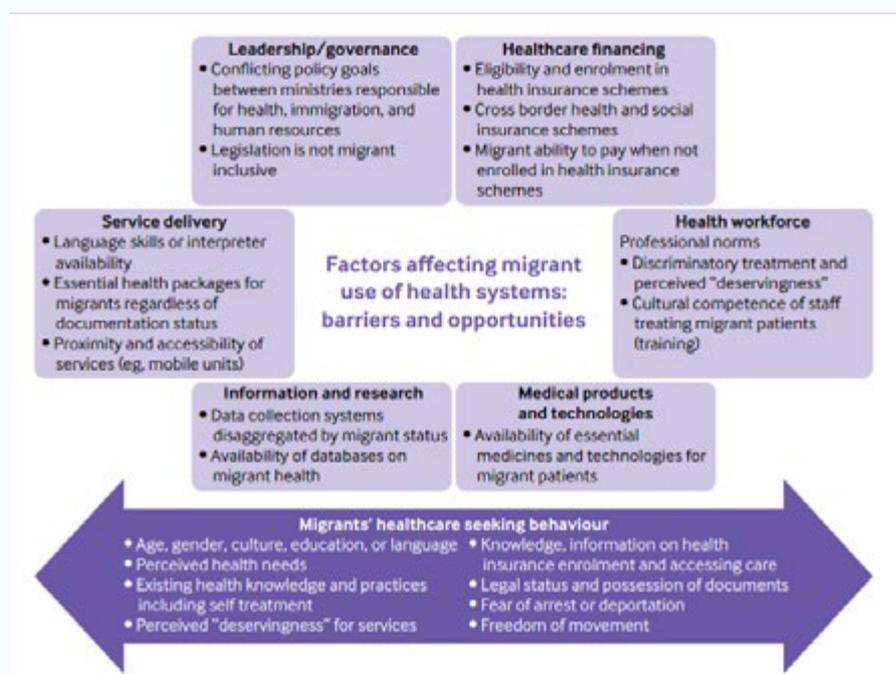
In the article “Healthcare is not universal if undocumented migrants are excluded”, Legido-Quigley (et. al, 2019) points out the many struggles that are faced by migrants when getting adequate healthcare. It's argued that policies for migrants often take place in silos, such as security, immigration enforcement, education, and housing, but the health sector is often excluded or marginal, which shows political incoherence (LEGIDO-QUIGLEY et al., 2019).

Still, a lack of attention to refugees' needs in order to achieve their wellbeing is not the only obstacle these people face regarding access to healthcare. Financial struggles are also common: while enrollment in health insurance schemes often depends on citizenship or legal immigration status, migrants that are not yet regularly documented often can't afford payments (LEGIDO-QUIGLEY et al., 2019).

Additionally, it is common that these people face a lack of cultural awareness from healthcare providers, and the language barrier is a well recognised problem. Finally, there are other social and psychological factors that may push refugees away from seeking appropriate healthcare. Unawareness of their rights, authorities and society behavior can influence refugees' behavior when looking for healthcare by causing fear of deportation or a lack of entitlement: the idea that they are "undeserving" (LEGIDO-QUIGLEY et al., 2019).

Legido-Quigley (et. al, 2019) summarizes the factors negatively affecting migrant use of health systems in six groups: leadership and governance, healthcare financing, health workforce, medical products and technologies, information and research, and service delivery. In each area, there are barriers that need overcoming. In addition, there are outside factors that influence migrants' healthcare seeking, which may include gender, culture, education, language, perceived health needs, fear of arrest or deportation, etc. It's essential to point out that every person's experience with refuge and healthcare is different and, although there has been an effort of identifying some factors that may cause struggles in some cases regarding access to refugees healthcare, they are not absolute, much less the same worldwide.

Figura 2: Factors affecting migrant use of health systems: barriers and opportunities



What happened to refugees' health during the Covid-19 pandemic?

As borders closed and travel restrictions were up, humanitarian corridors and rescue operations of migrants in areas such as the Mediterranean were compromised. When rescues were possible, migrants were sent straight to quarantine with no attention to their needs, even when they came from countries not yet affected by Covid-19 (KLUGE et al., 2020).

Refugees face increased risk of contracting diseases such as Covid-19 when living in overcrowded conditions without access to basic sanitation. Basic public health measures to contain Covid-19, such as social distancing and proper hand hygiene can be harder in refugee camps where there might be a lack of clean running water and soap, the health worker presence might be insufficient and health information is scarce. Emergency states and lockdowns have also affected volunteer work that might assist such groups (KLUGE et al., 2020).

In May 2020, United Nations humanitarian agencies confirmed the first Covid-19 case in the largest refugee camp in the world, the camp of Kutupalong, Bangladesh, where over 800 thousand people of the rohingya ethnicity that have fled Myanmar currently live. It was informed that the isolation and treatment capacity in the camp was still low, and that information about the disease was still a challenge (Covid-19..., 2020).

Initiatives in improving health conditions in health camps, spreading information about diseases should be priorities if we want to work in a Global Health approach. After all, “access to international protection and safeguarding public health are not and should never be mutually exclusive: States' obligations are not suspended in times of crisis” (UNHCR, 2020, p. 172).

The latest refugee crisis: Ukraine

The world is still learning how to live alongside the virus, although now in better conditions. Vaccination is available in most parts of the world, and there is more information about the disease and what can be effective in order to prevent dissemination. Still, the pandemic is not over, much less the struggles of refugees worldwide.

In the latest episode of the refugee crisis worldwide, over a million refugees left Ukrainian territory less than a week after Russia invaded the country. The amount of Ukrainian refugees reached over three million people in March (UCRÂNIA..., 2022). But according to data from Reuters (2022), the vaccination rate in Ukraine is still less than 40%, which is nowhere close to Brazil, where over 75.5% of the population

is fully vaccinated, or the United States, where the amount of fully vaccinated people equals about 66.1% of its total.

There are many struggles to face. Besides the few about refugees' access to healthcare worldwide that have already been addressed in the previous sections, the spread of fake news about prevention and vaccination are now more urgent than ever. Managing a refugee crisis along with a health crisis in Europe will not be easy and cannot be done effectively if misinformation about both keeps spreading freely.

Finally, inequalities between healthcare in the Global North and the Global South are urgent when addressing Global Health and getting over the current challenges. Although all attention is now in Ukraine, most of the migration that happens on a yearly basis takes place between countries in the Global South. It's not only a matter of regionalizing: after Covid-19, we now know that globalization is affecting health directly and everywhere.

Conclusions

Between pandemics and refugee crises, humanity is currently dealing with two major challenges that are likely to be recurrent in the next few decades, as it is now shown by the example of Ukraine. Although a pandemic is a global public health issue, multiple factors make them increasingly harmful to refugees. Because of the poor conditions in which refuge usually happens, vulnerabilities are added to these groups' situation. Refugees often experience trauma and difficult environments in refugee camps, and reduced or inexistent access to healthcare (MORTENSEN, 2011). In this scenario, infectious diseases can rapidly spread, and healthcare measures, including basic hygiene, are harder to achieve. Not only the virus proliferation is worrisome in such cases, but it may also affect mobility and safety in a number of ways: there may be impacts on humanitarian corridors and rescue operations of migrants in dangerous areas, and humanitarian assistance may be reduced.

In a pandemic context, it is important to take account of these struggles when working toward Global Health. If the meaning behind Global Health and Sustainable Development really is to leave no one behind, then it is crucial to assure that public healthcare efforts to contain infectious diseases are not strangling security, healthcare services or information for such groups (KLUGE et. al, 2020). On top of that, it is key to mind the social determinants of health in order for healthcare measures to be effective when applied to refugees. That means increased advancements are necessary in other development areas such as education, work, income, social services and gender equality.

Referências

BEAGLEHOLE, R.; BONITA, R. What is global health?. **Global Health Action**, v. 3, 6 Apr. 2010. Available in: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2852240/>. Access on: 25 Mar. 2022.

Covid-19 chega ao maior campo de refugiados do mundo. **UN News**, 15 May 2020. Available in: <https://news.un.org/pt/story/2020/05/1713692>. Access on: 25 Mar. 2022.

KOPLAN, J.P.; BOND, T.C.; MERSON, M.H.; REDDY, K.S.; RODRIGUEZ, M.H.; SEWANKAMBO, N.K. et al. Towards a common definition of global health. **The Lancet**, v. 373, p. 1993-1995, 2009. Available in: <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.560.6286&rep=rep1&type=pdf>. Access on: 25 Mar. 2022.

KLUGE, Hans Henri P; JAKAB, Zsuzsanna; BARTOVIC, Jozef; D'ANNA, Veronika; SEVERONI, Santino. Refugee and migrant health in the Covid-19 response. **The Lancet**, v. 395, p. 1237-1239, 18 Apr. 2020. Available in: <https://www.thelancet.com/action/showPdf?pii=S0140-6736%2820%2930791-1>. Access on: 25 Mar. 2022.

LEGIDO-QUIGLEY, H.; POCOCK, N.; TAN, S.T.; PAJIN, L.; SUPHANCHAIMAT, R.; WICKRAMAGE, K. et al. Healthcare is not universal if undocumented migrants are excluded. **BMJ**, v. 366, n. 14160, 2019. Available in: <https://www.bmj.com/content/bmj/366/bmj.l4160.full.pdf>. Access on: 25 Mar. 2022.

MORTENSEN, A. Public health system responsiveness to refugee groups in New Zealand: activation from the bottom up. **Social Policy Journal of New Zealand**, New Zealand, n. 37, June 2011.

REUTERS. **Covid-19 Vaccination Tracker**. 2022. Available in: <https://graphics.reuters.com/world-coronavirus-tracker-and-maps/vaccination-rollout-and-access/>. Access on: 25 Mar. 2022.

STATISTICS: Education. **USA for UNHCR**, 2022. Available in: <https://www.unrefugees.org/refugee-facts/statistics/>. Access on: 25 Mar. 2022.

UNITED NATIONS (UN). TRANSFORMING our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development. Resolution 70/1. AG Index: A/RES/70/1, October 21th 2015. Available in: <http://www.un.org>. Access on: 25 Mar. 2022.

UCRÂNIA. **UNHCR**. 2022. Available in: <https://www.acnur.org/portugues/emergencias/ucrania/>. Access on: 25 Mar. 2022.

UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES [UNHCR]. Global Trends in Forced Displacement. **UNHCR**. 2020. Available in: <https://www.unhcr.org/60b638e37/unhcr-global-trends-2020>. Access on: 25 Mar. 2022.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Social determinants of health. 202-?. Available in: https://www.who.int/health-topics/social-determinants-of-health#tab=tab_1. Access on: 25 Mar. 2022.

Humanitarian workers as Trojan Horses: Gender-Based Violence in times of crisis

por **Ana Luísa Vitali**

Violence against women is perhaps the most shameful human rights violation. It knows no boundaries of geography, culture or wealth. As long as it continues, we cannot claim to be making real progress towards equality, development, and peace.

KOFI ANNAN

After two years of living with the coronavirus, much has changed worldwide. Words like social distancing, lockdown, and remote working became a part of our day-to-day vocabulary. Although more than six million people unfortunately died, more than half of the world is fully vaccinated. However, during these past years, there has been one silent pandemic: gender-based violence (GBV) in times of Covid-19.

During the first weeks of the lockdown, news outlets from different countries broadcasted the increase in domestic abuse reports. Hand signals to silently ask for help during zoom calls went viral (RYAN, 2021), and in France, the government even allowed victims to be settled in hotels for free to run from their abusers (FRANCE..., 2020). In its 2022 Global Humanitarian Overview, United Nations Under-Secretary-General for Humanitarian Affairs and Emergency Relief Coordinator estimated that for every three months that Covid-19 lockdowns continue, roughly 15 million additional cases of GBV are committed (GRIFFITHS, 2022).

Figura 3: Domestic violence calls, April 2019 and April 2020



Fonte: Fairfax County Police Department (2020)

Still, not much is being said about who is committing such crimes. In domestic situations, usually, the victim's partner is the one assaulting them. What most people do not know is that many humanitarian workers also engage in such criminal activities, even though they were sent from organisations that believe in human rights to assist in times of emergency. Therefore, humanitarian workers turn into a trojan horse: the ones who are supposed to protect women and children actually exploit their trust and assault them, leaving life-long scars and contributing to the unstable situation of their environment and the mistrust of society in aid missions.

Given this situation, it is natural to wonder if the increase in cases is related only to lockdowns and situations of restricted movement or those are more generally present in times of crisis. The current analysis will answer the aforementioned question while presenting the case of the Ebola outbreak in Sub-Saharan Africa and projecting into what impacts of GBV of Covid-19 are still unseen.

The links between times of crisis and Gender-Based Violence

Unfortunately, the increase of GBV related to Covid-19 is not new or limited to the pandemic. Evidence acquired and analysed by the Louisiana Foundation Against Sexual Assault (LaFASA) & National Sexual Violence Resource Center (NSVRC) after Hurricane Katrina showed that states of emergency – including natural disasters, active conflict, or health crises – increase rates of sexual violence. In the case researched, it was found that the crimes increased up to 45%, an extremely high and alarming figure.

According to the World Health Organisation (2002), “there is a pattern of gender differentiation at all levels of the disaster process: exposure

to risk, risk perception, preparedness, response, physical impact, psychological impact, recovery, and reconstruction.” What happens is that the stress, fear, and sense of helplessness associated with disasters and emergencies increase the risks for women and children. This is, of course, exacerbated by poverty, gender roles, and the burden of care-taking responsibilities. If, during regular times, there is already a culture that tolerates gender-based violence and sexual abuse at high rates, this issue seems to be the last thing people care about during difficult times.

Furthermore, this lack of attention is related to the feeling that reporting sexual violence during a crisis is an exaggeration or a luxury since 'bigger complications are happening'. Yet, as seen, the reporting rates tend to be way larger than in normal times. This is alarming since the already super-high rates are most likely even higher, revealing a huge issue that is overlooked by national and international society. The works of Palermo and Peterman (2011) shine a light on that, explaining that the current understanding of sexual violence dynamics is particularly poor. Firstly, it is still viewed as a "feminist agenda" or a "gender issue", not a broad security issue.

A great example is the DRC, the so-called "rape capital of the world". The numbers of cases available are the ones reported to United Nations Peacekeeping Operations in the country, which already account for tens of thousands of cases. However, a study using data from 2006 to 2007 showed that the rate of rape among women aged 15 to 49 years in 12 months was 26 times higher than the estimates based on reports to United Nations authorities (PALERMO; PETERMAN, 2011). The major concern is that since the numbers available to authorities are "low", they fail to induce actions from the international community, further allowing these criminal acts to continue.

The Ebola health crisis and exploitation by humanitarian workers

A sex scandal during the Ebola crisis response was brought to the media in 2020. The biggest shock of the revelations was the fact that most allegations were against workers from the World Health Organisation (WHO). More than 50 of the women interviewed WHO workers and men from Congo's Ministry of Health and several aid organisations, including UNICEF, Oxfam, Médecins Sans Frontières, the International Rescue Committee (IRC), and others (FLUMMERFELT; KASONGO, 2021).

There were also claims in Burkina Faso, as eight women said men had requested sex in exchange for adding their names to government eligibility lists of food aid during the crisis (MEDNICK, 2021). All of these include contact with children, which elevates the relevance of the abuses. The clear exploitation of the position of power from the

aid workers is severely prejudicial to the well-being of the already torn nations and should be acted on immediately.

However, that is not the case. For example, WHO staff knew of the sexual abuse allegations in DRC in early May 2019, but it wasn't until October 2020 that an independent commission was established, just a month after a media vehicle published its first investigation (DODDS, 2021). Regarding claims in Burkina Faso, an inter-agency system to prevent and address sexual exploitation and abuse is not entirely in place nearly three years after the crisis escalated and aid efforts intensified (MEDNICK, 2021). That raises the question: are there any major concerns about GBV being hidden by the coronavirus pandemic?

Covid-19 and the silent pandemic

Given what was presented in this analysis, a conclusion that the humanitarian Covid-19 response since 2020 might have led to an increase of gender-based violence cases from humanitarian workers. An example is data on sexual abuse and exploitation (SEA) committed by UN Peacekeepers during operations since 2020. In 2021, which was also alarming in terms of cases due to new covid variants such as the Gamma and Delta, recorded the highest number of SEA allegations since 2016, an increase of 8% from 2020, both above the average from the last 10 years (GUTERRES..., 2022).

Indeed, peacekeepers are already living through several crises, but the increase in allegations even amidst lockdowns and movement restrictions shows a possible correlation between covid-related stress with higher numbers of GBV committed, even by humanitarian workers. Therefore, it is past the time to treat and analyse this issue more carefully as it impacts the functioning of the mission and the trust that the population has in aid workers in general.

Yet, as Rehn and Sirleaf (2002) already noted, sexual violence is one of history's greatest silences. As long as GBV is still a taboo topic, even in international organisations, women will be discouraged to report such cases, and most importantly, these will keep happening as the lack of attention and accountability regarding those crimes is low. Women's stories need to be heard and not sidelined, especially in times of crises, because they matter even during a global pandemic.

Referências

DODDS, P. World Health Organisation vows cultural overhaul after Ebola sex abuse scandal. **The New Humanitarian**, 22 out. 2021. Available in: <https://www.thenewhumanitarian.org/news/2021/10/22/World-Health-Organization-Ebola-sex-abuse-scandal>. Acesso em: 21 mar 2022.

FLUMMERFELT, R; KASONGO, A. New sex abuse claims against aid workers in Congo. **The New Humanitarian**, 12 mai. 2021. Disponível em: <https://www.thenewhumanitarian.org/2021/05/12/exclusive-new-sex-abuse-claims-against-ebola-aid-workers-exposed-congo>. Acesso em: 20 mar 2022.

FRANCE to put domestic violence victims in hotels as numbers soar under coronavirus lockdown. **France 24**, 30 mar. 2020. Disponível em: <https://www.france24.com/en/20200330-france-to-put-domestic-violence-victims-in-hotels-as-numbers-soar-under-coronavirus-lockdown>. Acesso em: 20 mar. 2022.

GRIFFITHS, M. Global Humanitarian Overview 2022. **UN Office for the Coordination of Humanitarian Affairs**, Nova Iorque, 2022.

GUTERRES vows to improve UN's handling of sexual exploitation and abuse. **UN NEWS**, 12 mar. 2022. Disponível em: <https://news.un.org/en/story/2022/03/1114012>. Acesso em: 20 mar. 2022.

KLEIN, Alisa. Sexual Violence In Disasters. A planning guide for prevention and response. **Louisiana Foundation Against Sexual Assault (LaFASA) & National Sexual Violence Resource Center (NSVRC)**, 2012.

MEDNICK, S. Sex demanded for food aid, say women displaced in Burkina Faso. **The New Humanitarian**, 26 jul. 2021. Disponível em: <https://www.thenewhumanitarian.org/investigations/2021/7/26/sex-for-food-aid-allegations-in-burkina-faso>. Acesso em: 21 mar. 2022.

RHEN, E; SIRLEAF, E. Women, War, Peace: The Independent Expert" Assessment. **Progress of the World's Women**, v. 1, n.1, p. ix-163, 2002.

RYAN, W. Hand signal helps dv victims reach out silently, virtually. **ABC**, 21 out. 2021. Disponível em: <https://www.abcactionnews.com/news/crime/taking-action-against-domestic-violence/signal-for-help-can-help-domestic-violence-victims-stuck-at-home-reach-out-silently-virtually>. Acesso em: 20 mar. 2022.

PALERMO, T; PETERMAN, A. Undercounting, Overcounting and the Longevity of Flawed Estimates: Statistics on Sexual Violence in Conflict. **Bulletin of the World Health Organization**, v. 89, n. 12, p. 924-25, 2011. [doi:10.2471/blt.11.089888](https://doi.org/10.2471/blt.11.089888).

WORLD HEALTH ORGANISATION. Gender and health in natural disasters. **WHO**, 2002.

O amor ao próximo durante a pandemia: uma reflexão pertinente às Relações Internacionais

por **Lenio Carneiro Jr.**

Trazer as preocupações afetivas para uma análise do internacional é, antes de tudo, abrir os olhos para a urgência e insurgência do que escapa a ordem padrão racionalizada das Relações Internacionais. É também contribuir para a virada emocional que ocorre no campo teórico:

“Pensar nas emoções nas interações internacionais pode fornecer insights sobre todos os tipos de comportamento internacional. [...] Abordagens teóricas bem estabelecidas, como realismo e construtivismo, podem discorrer sobre as emoções e estados emocionais, assim como as literaturas mais recentes sobre discurso, memória e imagem. Nós só precisamos ser rigorosos no desenvolvimento das nossas teorias e modelos, e cuidadosos no rastreamento de provas empíricas. Além disso, as emoções devem ser tão "normais" no estudo das RI como qualquer outro elemento ou variável. O que é animador é que elas têm se tornado cada vez mais.”
(SASLEY, 2013, tradução do autor)

7 Estas medidas de ilustração podem ser ilustradas no site da PAHO (Pan American Health Organization).

Durante a pandemia, a responsabilização do indivíduo perante o surto epidêmico global construiu-se enquanto discurso, ou seja: a narrativa política dos Estados, organizações internacionais, movimentos sociais, figuras políticas e “influenciadores” na mídia e nas redes sociais convergiram na tentativa de mobilizar a sociedade mundial a tomar medidas de segurança. Resumidamente, o esforço coletivo traduziu-se nos seguintes imperativos destinados a cada um de nós: higienize-se, use máscara, mantenha uma distância segura de outras pessoas, mantenha espaços bem ventilados e vacine-se na sua vez⁷.

Em contrapartida, não foi por entrelinhas que o discurso contrário às medidas de segurança emergiu. Em alto e bom tom, figuras políticas conservadoras como o presidente brasileiro Jair Bolsonaro assumiram orgulhosamente rebeldia frente às medidas protetivas. Em uma de suas frases mais marcantes em março de 2020, o mandatário disse que “Vamos ter que enfrentá-lo [o vírus], mas enfrentar como homem, porra, não como um moleque. Vamos enfrentar o vírus com a realidade. É a vida. Todos nós iremos morrer um dia”. (TAJRA, 2020) Metaforicamente, “enfrentar como homem” é o que os homens fazem em guerras sem sentido: expõem o peito à morte em vez de valorizarem a vida.

Após dois anos do surto da Covid-19, nota-se o amplo desenvolvimento de pesquisas e análises em torno do negacionismo, do populismo, da manipulação de informação, das fake news e da conduta e gerenciamento da crise. Todavia, nesta análise, a intenção é retroceder o objeto de estudo para o indivíduo, especificamente o sob influência do pensamento ocidental hegemônico e do sistema capitalista neoliberal. Afinal, foi esse mesmo indivíduo que, no Brasil, foi preterido: enquanto sofria as consequências de uma agenda política ancorada no mote “o país não pode parar”, foi responsabilizado perante os meios de comunicação e os espaços de interação virtual como principal definidor do desenrolar da pandemia.

Uma das principais características do sistema socioeconômico vigente é a abundância de escolhas, o que se traduz na diversificação e na maximização de possibilidades de prazer para os indivíduos. A violência neuronal, desenvolvida por Byung-Chul Han (2017) dentro do argumento da sociedade do cansaço, é parte da construção subjetiva inerente ao sistema, em que a pressão sobre a individualidade livre nos coloca em constante estresse, crise e colapso por não podermos falhar ou parar. Enquanto seres alocados em um ciclo produtivo hiper acelerado, a pandemia forçou as engrenagens do mundo globalizado a frearem por um instante. Da mesma forma, forçou os indivíduos a reduzirem suas opções de lazer e satisfação; e as instituições, o mercado, e até mesmo as manifestações socioculturais a se adequarem à crise de saúde global até o estágio atual de “novo normal”.

A nível individual, reagir também foi obrigatório. Não agir, abster-se desta preocupação ou ignorar a problemática, dado a gravidade da efemeridade viral, significava - e ainda significa - abster-se do autocuidado, da prevenção e também da própria saúde. Logo, abster é, por si só, uma forma de reação. A liberdade inalienável, cunhada por muitos na recusa ao uso de máscaras, por exemplo, é uma via de mão dupla: ao mesmo tempo em que há a proclamação do direito de ir e vir, há o desleixo pelo direito à vida. A solidariedade e o zelo coletivo tiveram papel importantíssimo na manutenção ou não das políticas públicas de enfrentamento à pandemia. Os sentimentos não podem, portanto, serem ignorados durante todo esse processo, pois são elementais na base da estrutura de enfrentamento ao coronavírus, como é o caso da empatia no uso de máscaras e distanciamento social (PFATTHEICHER, 2020).

Algumas destas emoções podem ser exploradas, como por exemplo impotência, ansiedade e medo (KINNVALL; MITZEN, 2020). Durante os momentos mais críticos da pandemia, os que se isolaram corretamente precisavam constantemente assistir notícias divulgando aglomerações clandestinas e postagens em redes sociais de pessoas que optaram por ignorar a realidade para satisfazerem seus desejos. O debate sobre “cancelamento” e perdão permeou os espaços físicos e virtuais. Quem merece perdão? E quem não merece?

Mais latente que a repulsa, houve acolhimento, afetuosidade e cumplicidade. O amor ao próximo foi amplamente cultuado e colocado como parte da responsabilidade de cada um. O cuidado se transforma e se consolida como uma poderosa ferramenta sociopolítica para a superação da crise global. Neste ponto, cabe ressaltar que dentro da virada afetiva (CLOUGH, 2020), há o esforço decolonial em repensar científica e academicamente o amor. Véronique Pin-Fat conclui em seu artigo “*What’s love got to do with it? Ethics, emotions, and encounter in International Relations*” (2018), que:

“O amor envolve o reconhecimento [acknowledgement] da realidade do outro. Um amor assim excede e não pode ser reduzido a amar os outros apenas de forma que o que é soberano reconhece. Como prática disciplinar das RI, reconhecer ao invés de evitar o amor implica também assumir a responsabilidade pelo risco de cumplicidade de um no ‘aniquilamento do outro’. Então, o que o amor tem a ver com isso? O amor como reconhecimento da realidade alheia resiste à exigência de reduzir o amor ao que pode ser conhecido e provado. Se recusa a limitar o amor apenas àquelas pessoas que o poder soberano pode reconhecer como amáveis.” (PIN-FAT, 2018, p. 199-200, grifo e tradução do autor)

Nesse sentido, o Eu, o Outro e a relação estabelecida entre estes dois universos diz respeito ao conceito de alteridade, sendo crucial compreendê-lo como uma ponte interdisciplinar entre as ciências humanas que não remete apenas à diferença, mas também à identidade. O progresso social depende da forma pela qual se interpreta a ideia de alteridade, logo, pela maneira como se lida com o outro (ALMEIDA, 2007).

Ao interpretar o que Pin-Fat coloca como “assumir responsabilidade pelo risco de cumplicidade de um no aniquilamento do outro”, a pandemia mostra como o amor não pode ser desconsiderado ao buscar entender as movimentações sociais ocorridas. Ficar em casa por obrigação, por mais angustiante que seja, é um ato de amor ao próximo. É também um ato político, um ato de responsabilidade social. Uma vez que a taxa de distanciamento e isolamento social se provaram variáveis cruciais para

o número de óbitos, e isolar-se é responsabilizar-se pelo outro, o amor é de fato fundamental para compreender os impactos pandêmicos no antropoceno, e vice-versa.

Especialmente nos momentos mais críticos da pandemia, o ato aparentemente simples de se isolar é, em outra instância, um ato de rebeldia contra o capitalismo global. O pesquisador Samo Tomšič é catalogado como uma das principais referências para pensar afetos, emoções e abordagens psicanalíticas nas Relações Internacionais (COELHO, 2019) e diz em entrevista que o capitalismo “explora a doença e, em última análise, quer que adoeçamos, ao mesmo tempo que nos bombardeia com ficções de normalidade, sendo o homo oeconomicus apenas uma ficção do que a “subjetividade normal” deve ser.” (SCHEP; TOMSIC, 2017). O indivíduo em situação pandêmica, inserido no capitalismo, é portanto exposto à ideia de que é preciso fazer uma escolha entre trabalhar e ficar em casa; entre a economia e as medidas de proteção; entre o sistema e a vida.

Tomšič (IRI/PUC-RIO, 2021), durante sua fala em um seminário sobre a vida psíquica da política internacional no Rio de Janeiro, explana sobre a construção da ideia de que o fim do mundo e o fim do capitalismo são indissociáveis. Ou seja, tão catastrófico quanto acabar o mundo é acabar o capitalismo – processo denominado self-naturalization do sistema capitalista. Baseando-se em Lacan, afirma ainda que o colapso climático é uma resposta do real à fantasia econômica de desenvolvimento e de crescimento constante, pilar do capitalismo selvagem global. O colapso pandêmico, portanto, não deixa de ser também uma resposta do real a esta mesma fantasia.

Em seu escasso leque de reação, o indivíduo fica à mercê do que o líder indígena Ailton Krenak, em “A vida não é útil” (2020), chama de esperança placebo. Esta seria um dispositivo parte do capitalismo neoliberal que não permite nenhum sentimento de revolta, podando ímpetus que não se enquadrem no sistema. Ainda que os indivíduos possuam esperança, as possibilidades de resolução de problema ficam condicionadas ao que o neoliberalismo enxergue como possibilidade válida.

Sofrendo de diversas pressões psíquicas causadas pela pandemia e nutrido por uma falsa esperança, o indivíduo, então, reage como pode às responsabilidades que lhe são sistematicamente atribuídas. Nesta tentativa de reação, muitos adoecem. Com base na coleta de dados brasileiros até março de 2022, com dois anos de pandemia, mais de 29 milhões de casos acumulados de Covid-19 foram confirmados. Mais de 650 mil pessoas morreram (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2022). Em abril de 2021, atesta-se piora na saúde mental de 53% dos brasileiros (COVID..., 2021). Se a ciência não se preocupar também com estes indivíduos, suas emoções e seus desejos ao analisar a conjuntura política após dois anos de pandemia, teremos falhado no verdadeiro aprendizado como sociedade.

Referências

ALMEIDA, S. R. G. Pensando o conceito de alteridade hoje. **Aletria: Revista de Estudos de Literatura**, [S. l.], v. 16, n. 2, p. 12–19, 2007.

COVID: saúde mental piorou para 53% dos brasileiros sob pandemia, aponta pesquisa. **BBC News**. 14 de abril de 2021. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/geral-56726583>. Acesso em: 25 de abril de 2022.

COELHO, N. S. **Afetos, emoções e abordagens psicanalíticas nas Relações Internacionais**. Instituto de Relações Internacionais, PUC-RIO. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: https://www.puc-rio.br/ensinopesq/ccpg/pibic/relatorio_resumo2019/download/resumos/CCS/REL/IRI-4973-Natalia%20S%20Coelho.pdf. Acesso em: 25 de abril de 2022.

CLOUGH, P. A **Virada Afetiva: teorizando o social**. (Tradução por Lucas Faial Soneghet) Blog do Labemus, 2020. [publicado em 16 de julho de 2020]. Disponível em: <https://blogdolabemus.com/2020/07/16/a-virada-afetiva-teorizando-o-social-por-patricia-ticinetto-clough>. Acesso em: 25 de abril de 2022.

HAN, Byung Chul. **Sociedade do cansaço**. Tradução de Enio Giachini. 2ª Edição Ampliada. Petrópolis: Vozes, 2017.

IRI/PUC-RIO. **A Vida Psíquica da Política Internacional** | Mesa 3: Amor Capital. 28 de abril de 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=N9MrYM15CwQ>. Acesso em: 25 de abril de 2022.

KINNVALL, C. MITZEN. J. **Anxiety, fear, and ontological security in world politics: thinking with and beyond Giddens**. International Theory. Cambridge University Press, 12(2), pp. 240–256. 2020.

KRENAK, A. **A vida não é útil**. Companhia das Letras, 2020.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Painel de casos de doença pelo coronavírus 2019 (Covid-19) no Brasil pelo Ministério da Saúde**. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 25 de abril de 2022.

PIN-FAT, V. ‘What’s love got to do with it?’ Ethics, emotions, and encounter in International Relations. **Review of International Studies**, 45: 2, p. 181–200, 2018.

PFATTHEICHER, S. et al. The Emotional Path to Action: Empathy Promotes Physical Distancing and Wearing of Face Masks During the Covid-19 Pandemic. **Psychological Science**, 31(11), p. 1363–1373. 2020.

SASLEY, B. Emotions in International Relations. **E-international relations**. 12 de junho de 2013. Disponível em <https://www.e-ir.info/2013/06/12/emotions-in-international-relations/>. Acesso em: 28 de abril de 2022.

SCHEP, D. TOMSIC, S. The Politics of Psychoanalysis: Samo Tomšič on The Capitalist Unconscious (Tradução por Moisés João Rech). **Zero a esquerda**, 2017. Disponível em: <https://zeroaesquerda.com.br/index.php/2021/04/15/entrevista-com-samo-tomsic-por-dennis-schep/>. Acesso em: 25 de abril de 2022.

TAJRA, A. Todos nós vamos morrer um dia: veja falas de Bolsonaro sobre o coronavírus. **UOL**. São Paulo, 1º maio de 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/05/01/todos-nos-vamos-morrer-um-dia-as-frases-de-bolsonaro-durante-a-pandemia.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 25 de abril de 2022.

Pandemia no Brasil: patentes, vacinas e o direito à vida

por **Yara Martinelli** e **Natália Gráss**

O Brasil e o mundo atravessam, desde 2020, uma crise sanitária, social, econômica e política. Até 25 de março de 2022, os dados oficiais apontam que, no Brasil, 658.310 vidas foram levadas pela pandemia (CORONAVÍRUS BRASIL, 2022), e no mundo, 6.098.771 (RITCHIE, 2022) embora as primeiras estimativas globais de excesso de mortes indiquem que 18,2 milhões de pessoas podem ter morrido até 31 de dezembro de 2021 (TOTAL..., 2022). Esses números podem parecer distantes, apenas mais um dado sobre a tela, e podem não gerar comoção ou dor aos que não perderam alguém querido. Mas representam sentidos muito mais profundos - o fim de vidas e potencialidades, a tristeza e o luto.

Os impactos da crise no Brasil podem ser sentidos no sistema público de saúde, nas condições de vida da população, na recessão econômica, que atinge fortemente empresas de pequeno e médio porte, e nos estados que enfrentam profundas crises financeiras (BANCO MUNDIAL, 2020). É relevante que, ao afetar a economia mundial, o vírus também afetou o mercado de trabalho. Por exemplo, de acordo com a Organização Internacional do Trabalho, cerca de dez milhões de americanos ficaram desempregados em apenas duas semanas de pandemia, e na Índia o índice de informalidade no trabalho chegou a 90% (ILO, 2020).

No Brasil, a subnotificação de casos, decorrente da deficiência na testagem, e os números de mortes registradas deflagraram a desigualdade e incapacidade governamental em conter o vírus. Essa incapacidade levou à necessidade de longos meses de isolamento social, que acabaram por provocar outras mortes, decorrentes da crise econômica (CARVALHO; WERNECK, 2020), embora o presidente tenha defendido fielmente a condenável “imunidade de rebanho”. O oligopólio vacinal, por sua vez, no contexto brasileiro, tem sido reafirmado pela letargia dos poderes executivo e legislativo, ao permitir o regime de patentes sem licenciamento, que, por sua vez, gera escassez artificial de vacinas (VILLARDI, 2021).

Com intuito de analisar as diferentes respostas governamentais à pandemia, o Instituto Lowy desenvolveu um ranking que apontou o Brasil como a pior gestão do mundo. É relevante ressaltar a forte

presença americana no fim da lista, afinal, foi o continente que pior lidou com a pandemia, em sua contenção e taxas de mortalidade (A COVID..., 2021). Entre as medidas não tomadas pelo governo brasileiro está a utilização da ferramenta de licenciamento compulsório para a produção de medicamentos no combate à Covid-19, prevista na legislação brasileira para situações de emergência e risco à saúde.

Historicamente, as políticas públicas e a legislação em ciência e tecnologia têm demonstrado forte relação com o desenvolvimento econômico, social e com a superação de problemas e quaisquer crises enfrentadas, o que faz com que o tema esteja presente na agenda de políticas públicas em todos os níveis governamentais (ALVIM et.al, 2022). Nesse sentido, o conhecimento sobre o sistema de licenciamento compulsório e o debate acerca da quebra de patentes se faz necessário, como uma estratégia para democratizar e viabilizar o tratamento da Covid-19 e outras doenças de maneira universal. Este esforço analítico tem como objetivo apresentar um breve contexto sobre as questões de propriedade intelectual e sua relação com a pandemia no contexto brasileiro.

Patentes e propriedade intelectual

O Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI, 2020) conceitua patentes como títulos “de propriedade temporária sobre uma invenção ou modelo de utilidade, outorgado pelo Estado aos inventores, autores (...) detentores de direitos sobre a criação”. O deferimento da patente garante, ao detentor, o direito de impedir que terceiros produzam, usem ou vendam produtos-objeto ou produtos-processo obtidos pela patente em questão. Como contrapartida, o autor revela em detalhes o conteúdo e processo técnico protegidos pela patente.

No Brasil, atualmente, existem dois tipos de patentes: ‘Patentes de Invenção (PI)’ que se referem à processos e/ou produtos de atividade inventiva, inovação e aplicação industrial, com validade de 20 anos; e ‘Patentes de Modelo de Utilidade (MU)’ que se referem a objetos de uso prático aplicáveis à produção industrial, com nova forma ou disposição agregadas no ato inventivo e que apresentem resultados aprimorados em funcionamento ou capacidade de fabricação, com validade de 15 anos (INPI, 2020).

A mais importante inflexão internacional contemporânea, no que concerne à propriedade intelectual, industrial e patentes, ocorreu em 1994, com a adoção do Acordo TRIPs (Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio, em português) pela Organização Mundial do Comércio (OMC). O Acordo TRIPs foi ratificado e incorporado na legislação brasileira através do Decreto N° 1.355, em 1994. De acordo com seu Artigo 7°, se propôs a criar um “sistema de proteção patentária” da propriedade intelectual, com objetivo de promover a inovação tecnológica garantindo o bem-estar social e econômico (TRIPs, 1994). A ratificação deste Acordo no Brasil

embasaria a promulgação da Lei N°9.279/97 (KWEITEL e REIS, 2007), que adequou regras nacionais ao direito internacional - estabeleceu a obrigatoriedade de garantia da propriedade intelectual para todos os campos tecnológicos, inclusive o farmacêutico, antes regulado de outra forma.

Diversos países ao redor do mundo modificaram suas legislações para esta adequação, “o que representou para muitos o reconhecimento de campos tecnológicos não desenvolvidos internamente e um fortalecimento da reserva de mercado das empresas transnacionais com sedes nos países desenvolvidos” (CHAVES, et. al, 2008, p. 174). Essa medida criou muitas barreiras para a implementação de políticas de saúde, especialmente nos países considerados ‘sub/em desenvolvimento’, mesmo com a garantia de prazos entre 10 e 20 anos para adaptação das legislações aos parâmetros estabelecidos.

No Brasil, esse impacto foi ainda mais forte - o período de transição de 10 anos garantido pela OMC não foi utilizado, nem mesmo para a produção de medicamentos - o que permitiria o fortalecimento de laboratórios nacionais para a competição internacional com grandes transnacionais farmacêuticas. O governo brasileiro, pelo contrário, utilizou o período de transição por menos de dois anos. Além disso, “a legislação brasileira deixou de adotar algumas das flexibilidades permitidas pelo TRIPS” (CHAVES, et. al, 2008, p. 174), implementando leis ainda mais liberais e desvantajosas à indústria nacional.

As flexibilidades e salvaguardas previstas pelo TRIPs são incluídas nas legislações nacionais para proteção da saúde pública, com objetivo de mitigar efeitos adversos e manter o equilíbrio entre os direitos à propriedade intelectual e de acesso ao conhecimento. No caso da saúde, as flexibilidades visam a produção de medicamentos e itens para garantia da vida a menores custos (por exemplo, versões genéricas ou da importação de produtos mais baratos).

Licença compulsória: contexto brasileiro e o caso dos antirretrovirais

Entre as flexibilidades do Acordo TRIPs inseridas na legislação brasileira, está a ‘licença compulsória’. Conhecida como ‘quebra de patente’, consiste na suspensão temporária do direito à patente, permitindo a produção, uso e venda do produto ou processo patenteado, por uma decisão estatal de interferência no monopólio de exploração. Embora essa flexibilidade esteja incorporada na legislação, sua utilização foi e é bastante limitada, pelo Brasil e especialmente por países ‘sub ou em desenvolvimento’.

No Brasil, a primeira grande experiência de licenciamento compulsório foi realizada para a produção de antirretrovirais. Em 1996, Fernando

Henrique Cardoso publicou a Lei N°9.313/96 que instituiu a distribuição gratuita de medicamentos para pessoas que vivem com o vírus HIV no Sistema Único de Saúde (SUS). Essa distribuição surtiu profundos efeitos na qualidade de vida da população, e garantiu a sobrevivência de muitos indivíduos. Entre 1997 e 2004, por exemplo, foi registrada redução de 40% na mortalidade e de 80% das hospitalizações. Entretanto, a produção dos medicamentos pelo Estado era muito onerosa em custos, principalmente por conta das patentes, o que reduzia a capacidade de distribuição universal do tratamento e ameaçava sua continuidade. Estima-se que “mais de 80% deste valor fosse utilizado para a aquisição de 11 medicamentos patenteados e 20% para a compra de 7 medicamentos fabricados por laboratórios nacionais” (CHAVES, et. al, 2008, p. 171).

Iniciou-se um complexo debate legislativo entre entidades da sociedade civil sobre a necessidade de aplicar uma licença compulsória aos medicamentos. A ameaça de emissão de licença foi, por anos, apenas um argumento de pressão utilizado nos processos de negociação de preços com laboratórios farmacêuticos, que preferiam reduzir preços a perderem patentes. Mas o lobby e a pressão da busca pelo lucro provocavam constantes reajustes dos preços. Apenas em 2007 a primeira licença compulsória foi emitida, para o medicamento efavirenz, parte do coquetel antirretroviral (CHAVES, et. al, 2008). Após a alteração da lei, patentes farmacêuticas e os novos medicamentos foram licenciados pelo Estado, reduzindo o custo de produção e aumentando a capacidade de distribuição (NASCIMENTO, et. al, 2021).

Esse processo de licenciamento emblemático foi travado em muitas lutas, inclusive lutas populares, e marcados pela disponibilidade das empresas detentoras das patentes em negociar valores muito mais baixos do que os antes estabelecidos - o que adiou a efetivação do licenciamento em 5 anos, e impactou diretamente na vida da comunidade portadora do vírus HIV. Desde então, a adoção de licenças compulsórias é apoiada por entidades da sociedade civil como instrumento para garantia dos direitos da população à vida.

Legislação brasileira, Direito à vida e Covid-19

O Artigo 71 da Lei de Patentes Brasileira prevê licenciamento compulsório em casos de emergência nacional ou interesse público declarados pelo Poder Executivo (CHAVES, et. al, 2008, p. 176). A hipótese de licenciamento compulsório em caso de emergência ou interesse público é regulamentada pelo Decreto n° 3.201/99, em cujo Artigo 2 se afirma:

§ 1º Entende-se por emergência nacional o iminente perigo público, ainda que apenas em parte do território nacional.

§ 2º Consideram-se de interesse público os fatos relacionados, dentre outros, à saúde pública, à nutrição, à defesa do meio ambiente, (...)

Atesta-se assim que o licenciamento compulsório para medicamentos/processos de produção da vacina da Covid-19 teriam base jurídica consistente para sua instituição, principalmente tendo em vista que a situação de emergência foi decretada pelo Congresso Nacional desde 20 de março de 2020 (Decreto Legislativo nº 6, de 2020).

A Constituição Federal (BRASIL, 1988) prevê, no Artigo 196, que “a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e outros agravos”. O Brasil assumiu a responsabilidade internacional, ao assinar o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (ratificado pelo Decreto nº 591, 1992), de garantir “a prevenção e o tratamento das doenças epidêmicas, endêmicas, profissionais e outras, bem como a luta contra essas doenças”. Como uma maneira de cumprir o Artigo 196, algumas iniciativas apontam alternativas possíveis: “um novo imunizante, desenvolvido com o objetivo de vencer o controle dos grandes laboratórios sobre as patentes e a produção de vacinas, pode ajudar a mudar esta história, é a Cobervax” (SCATOLINI, 2022). A vacina foi criada no Centro de Desenvolvimento de Vacinas do Hospital Infantil do Texas, e que sua eficácia é superior a 90% na prevenção de infecções sintomáticas (SCATOLINI, 2022).

Em 2020 a Assembleia Mundial da Saúde, realizada de maneira virtual, aprovou por unanimidade a resolução WHA 73. “Resposta à Covid-19”, que dedicou três parágrafos à questão no quadro de TRIPS. Em um marco histórico de questionamento ao sistema de patentes e impulso ao licenciamento compulsório, como descrito por Buss et. al (2020):

o primeiro, de caráter geral, pede a remoção urgente e injustificada de obstáculos ao acesso, consistente com as determinações de TRIPS e as flexibilidades inscritas na Declaração de Doha; o segundo faz um apelo às organizações internacionais e às partes interessadas para que utilizem repositórios voluntários de licenciamento de patentes (patent pools), consistentes com TRIPS; e o terceiro, dirigido ao diretor-geral, para que identifique e apresente opções, consistentes com TRIPS, que visem garantir o acesso a medicamentos, vacinas e equipamentos médicos.

A instituição internacional Médicos Sem Fronteira afirmou que “em uma pandemia global não é hora de continuar fazendo negócios como de costume. Não há lugar para patentes ou lucro de negócios, pois o mundo enfrenta a ameaça da Covid-19” (FILHO, 2021). Mesmo diante dos apelos internacionais pela humanização da resposta à pandemia, em uma perspectiva interseccional e atenta às desigualdades entre países, indivíduos e seus impactos na capacidade de atravessar a crise provocada, “segundo dados da Duke University, os EUA, com 16% da população, reservaram 60% do fornecimento de vacinas, exibindo a brutal desigualdade que o capitalismo impôs ao compartilhamento de recursos importantes para o mundo” (FILHO, 2021).

O Sistema Público de Saúde e o cenário internacional

O SUS tem funcionado como um redutor de desigualdades desde sua gênese, pela universalização de acessos a diversos serviços, integração assistencial e participação da sociedade brasileira (MACEDO, 2020). Os serviços proporcionados pelo SUS focam desde a atenção básica às mais complexas, sendo um dos sistemas de saúde mais complexos do mundo (O MÍNIMO...,2020). Além dos atendimentos hospitalares e de urgência, alguns outros órgãos estão vinculados ao SUS, o que torna sua importância ainda maior.

O Sistema de Saúde brasileiro é uma verdadeira inspiração para o mundo. Não à toa, o Brasil foi o país da América Latina classificado como o mais preparado para lidar com emergências de saúde pública (MASSARD, 2021), apesar de ter realizado a pior performance do mundo no combate à pandemia (A COVID..., 2021). No contexto da Covid-19, se fez necessária uma atuação ainda maior dos órgãos ligados ao SUS, como a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e a vigilância epidemiológica, que controlam epidemias e o combate vetores de doenças, fundamentais no combate ao Coronavírus e Dengue. A Fundação Oswaldo Cruz, que produz vacinas e medicamentos em conjunto com o SUS e atua na busca de patentes, também teve papel central diante da crise (O MÍNIMO..., 2020).

Apesar do sistema bem preparado, estruturado e articulado, e dos marcos legais necessários, as consequências da letargia governamental desembocaram em um cenário de restrição à produção de imunizantes. Essa inação constitui, também, uma política de morte - sabe-se que, embora a desigualdade vacinal seja enorme, um mundo sem patentes poderia vencer o controle dos grandes laboratórios sobre a produção de imunizantes contra a Covid-19 e universalizar sua distribuição (SCATOLINI,2022) preservando vidas e a dignidade da vida humana, garantida como direito fundamental em acordos internacionais.

Movimentações importantes ao redor do mundo vêm se delineando no sentido de flexibilizar as patentes para superar definitivamente a

pandemia de Covid-19. A diretora-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), Ngozi Okonjo-Iweala, celebrou em março o avanço nos acordos para flexibilização do uso de patentes para produção de vacinas contra a Covid-19. África do Sul, Índia, Estados Unidos e União Europeia esboçaram um pacto inicial sobre o assunto, que ainda deve ser delineado mais profundamente nos próximos meses para debate no âmbito da OMC, mas que desde já confirma uma renúncia temporária de certas obrigações do Acordo TRIPs. De acordo com a ONU Brasil, a lacuna de desigualdade entre países ainda é gritante, sendo que alguns países africanos que ainda não alcançaram 10% de vacinados (ONU BRASIL, 2022).

É relevante ressaltar também o papel da necessidade da produção nacional de imunizantes, seja pelo incentivo e valorização da ciência brasileira, ou mesmo pela diminuição da produção em massa (CABRAL; CHAVES, 2020). Além da capacidade de se produzirem imunizantes que atuem no combate do Coronavírus, também é fundamental a expertise tecnológica em doenças mais comuns no Brasil, que possuem caráter endêmico como a dengue, zika vírus e outras. Ademais, a produção de vacinas nacionais amplia o poder tecnológico e implementa a cooperação entre países, impulsionando a capacidade de nações que enfrentam as mesmas doenças em garantir o direito à vida e a dignidade de suas populações. Em suma, o papel de produção de imunizantes nacionais e sua aplicação pelo SUS só poderá ser efetiva se todos tiverem acesso equitativo à imunização, sem restrições que favoreçam a economia ao invés de vidas.

Considerações Finais

A resposta brasileira à pandemia foi considerada uma decepção para o mundo, e um triste marco para aqueles e aquelas que aqui viveram durante esse período. Uma gestão marcada por ausências - de articulação política, de ciência, de investimento em saúde, da promoção do bem viver da população, de empatia. Entre estas ausências, a escolha por não licenciar compulsoriamente medicamentos que poderiam ter poupado milhares de vidas, apesar das recomendações internacionais, da adequação ao quadro jurídico brasileiro e da oportunidade de ofertar vacinas tempestivamente para uma população arrasada pela pandemia.

Em perspectiva global, a desigualdade de distribuição de vacinas e a competição global entre grandes laboratórios e farmacêuticas deixa claro a quais objetivos se volta a 'indústria da saúde' - o lucro. Mesmo após dois anos de pandemia, apenas cerca de 60% da população mundial recebeu pelo menos uma dose da vacina contra a Covid-19. "Nos países de baixa renda, o índice cai para 10%, enquanto países ricos já aplicam reforço e até quartas doses. A desigualdade vacinal segue gritante" (RITCHIE, 2022), e a lógica perversa da acumulação de capital nas áreas de saúde segue ceifando vidas, tal qual pandemias e genocídios.

Uma revisão dos motivos que nos movem a ‘desenvolver-nos’ e produzir tecnologia se faz urgente. É preciso refletir sobre a importância e o valor da vida, de uma perspectiva ética e de pertencimento social. Para enfrentar as consequências de uma crise sanitária, econômica, social e política, complexas se faz necessário um planejamento estratégico de longo prazo, que transforme também desafios históricos do Brasil, as desigualdades estruturais, a pobreza, a desindustrialização, o trabalho informal e a dependência da produção de commodities para a exportação (COSTA, 2020), em uma política de investimento científico e tecnológico voltada para a promoção da dignidade humana e da preservação do meio ambiente, em busca de uma produção científica que seja ferramenta de cooperação pela manutenção da vida e garantia da sua dignidade, e não de competição e acumulação.

Referências

BANCO MUNDIAL. Covid-19 in Brazil: impacts and policy responses. **Banco Mundial**. Jun/2020. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/106541594362022984/pdf/Covid-19-in-Brazil-Impacts-and-Policy-Responses.pdf>. Acesso em: 22 março 2022.

BRASIL. Decreto nº 1.355 de 1994 - Incorporação dos Resultados da Rodada Uruguai de Negociações Comerciais Multilaterais do GATT. Brasília, DF. **Portal GovBR**. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inpi/pt-br/backup/legislacao-1/27-trips-portugues1.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2022. Acesso em: 23 março 2022.

BRASIL **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF. Presidência da República. 2022. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 23 março 2022.

BUSS, Paulo; ALCÁZAR, Santiago; GALVÃO, Luís. Pandemia pela Covid-19 e multilateralismo: reflexões a meio do caminho. Centro de estudos estratégicos da Fiocruz. 2021. Disponível em: <https://www.cee.fiocruz.br/?q=Pandemia-pela-Covid-19-e-multilateralismo-reflexoes-a-meio-do-caminho>. Acesso em: 23 março 2022.

CALIL, Gilberto. A negação da pandemia: reflexões sobre a estratégia bolsonarista. **Revista Serviço Social e Sociedade**, v. 140, Abril/ 2021. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.236>.

CARVALHO, M; WERNECK, G. A pandemia de Covid-19 no Brasil: crônica de uma crise sanitária anunciada. **Cadernos de Saúde Pública**. V .36, n. 5, p. 1-4, 2020. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00068820>

CHAVES, Gabriela; VIEIRA, Marcela; REIS, Renata. Acesso a medicamentos e propriedade intelectual no Brasil: reflexões e estratégias da sociedade civil. **Sur, Revista Internacional de Direitos Humanos**, v. 5 n. 8, Junho/2008. <https://doi.org/10.1590/S1806-64452008000100009>

CORONAVIRUS BRASIL. Painel Coronavírus. Brasília, DF. **Portal GovBR**, 2022. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em 23 março 2022.

COSTA, Simone. Pandemia e desemprego no Brasil. **Revista de Administração Pública**, V. 54, n.4 , 969-978, jul - ago 2020. <https://doi.org/10.1590/0034-761220200170>

CRODA, J. et al. Covid-19 in Brazil: advantages of a socialized unified health system and preparation to contain cases. **Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical**, v. 53, 2020. <https://doi.org/10.1590/0037-8682-0167-2020>

FILHO, José. As patentes, as vacinas e a saúde como negócio. **Revista Outras Palavras**, 2021. Disponível em: <https://outraspalavras.net/mercadovsdemocracia/as-patentes-as-vacinas-e-a-saude-como-negocio/>. Acesso em 25 março 2022.

GONÇALVES-ALVIM, Silmary et al. Fomento à ciência, tecnologia e inovação (CT&I) : mapeamento de políticas públicas no combate à pandemia de Covid-19 no âmbito estadual. **Revista Brasileira de Ciência Política**. V. 37, 2022. <https://doi.org/10.1590/0103-3352.2022.37.250243>

GONTIJO, Cícero. **As transformações do Sistema de Patentes da Convenção de Paris ao Acordo Trips** – A posição brasileira. Fundação Heinrich Böll, Brasília, maio de 2005.

ILO MONITOR. Covid-19 and the World of Work: Second Edition. Updated estimates analysis. **International Labour Organization**, Geneva, 2020. Disponível em: [wcms_740877.pdf \(ilo.org\)](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/-/media/ilo-press/publications/monitor/2020/09/20200901-wcms_740877.pdf). Acesso em: 23 mar. 2022.

INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL (INPI). Patentes. Brasília, DF. Portal do Governo Federal Brasileiro, Julho/2020. Disponível em: <https://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/perguntas-frequentes/patentes#:~:text=Patente%20%C3%A9%20um%20t%C3%ADtulo%20de,de%20direitos%20sobre%20a%20cria%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 23 março 2022.

KWEITEL, J. e REIS, R. **A primeira licença compulsória de medicamentos na América Latina**. International Centre for Trade and Sustainable Development – ICTSD. Editora Pontes, v. 3, n.3, 2007.

A COVID PERFORMANCE INDEX. **Lowy Institute**, Sydney, 13 mar. 2021. Disponível em: <https://interactives.lowyinstitute.org/features/covid-performance/>. Acesso em: 23 março 2022.

MACÊDO, Dartagnan. A importância do Sistema Único de Saúde brasileiro para o enfrentamento de emergências de saúde pública. **Revista de Administração Hospitalar e Inovação em Saúde**. V. 17, n. 2, 13-21, 2020. <https://doi.org/10.21450/rahis.v17i2>

O MÍNIMO que você precisa saber sobre o SUS. Portal Colab, 2020. Disponível em: <https://www.colab.re/conteudo/o-minimo-saber-sobre-o-sus>. Acesso: 23 março 2022.

MASSARD, Elize et. al. **Covid-19 in Brazil: Presidential Denialism and the Subnational Government's Response**. Inn GREER, Scott, KING, Elizabeth King, MASSARD, Elize, PERALTA-SANTOS, André. Coronavirus Politics: The Comparative Politics and Policy of Covid-19. University of Michigan Press. 2021. Pp. 494-510. <https://doi.org/10.3998/mpub.11927713>

NASCIMENTO, Ananda; LIMA, Bruno; SILVA, Marcos; NASSAR, Paulo. Reflexões pela quebra de patentes da vacina da Covid-19: em defesa da vida em um ambiente de necropolítica. **Revista Movimento**. Maio/2021. Disponível em: <https://movimentorevista.com.br/2021/05/reflexoes-pela-quebra-de>

[patentes-da-vacina-do-Covid-19-em-defesa-da-vida-em-um-ambiente-da-necropolitica/](#). Acesso em: 22 março 2022.

ONU BRASIL. OMC celebra avanço na isenção de patentes da vacina contra Covid-19. **Portal ONU Brasil**, 2022. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/175146-omc-celebra-avanco-na-isencao-de-patentes-da-vacina-contra-Covid-19>. Acesso em 27 março 2022.

O PERVERSO ecossistema que viabilizou a política de morte de Bolsonaro na pandemia. El País, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-10-21/o-perverso-ecossistema-que-viabilizou-a-politica-de-morte-de-bolsonaro-na-pandemia.html>. Acesso em: 22 março 2022.

POR QUE é importante para o Brasil ter vacina nacional contra a Covid-19. Portal CNN, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/por-que-e-importante-para-o-brasil-ter-vacina-nacional-contra-a-Covid-19/>. Acesso em 23 março 2022.

RITCHIE Hannah et. al. **Coronavírus Pandemic (Covid-19)**. Published online at OurWorldInData.org. Março/2022. Disponível em: <https://ourworldindata.org/coronavirus>. Acesso em: 22 março 2022.

SCATOLINI, Lucas. A esperança de uma vacina sem patente. **Revista Outra Saúde**, 2022. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasaude/a-esperanca-de-uma-vacina-sem-patente/>. Acesso em: 22 março 2022.

TOTAL de mortes causadas pela Covid no mundo pode ser 3 vezes maior do que apontam registros oficiais, diz estudo. Portal G1, 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/saude/coronavirus/noticia/2022/03/10/total-de-mortes-causadas-pela-covid-no-mundo-pode-ser-3-vezes-maior-que-apontam-registros-oficiais-diz-estudo.ghtml>.

petrel

[v. 1 / n. 7, agosto de 2022]